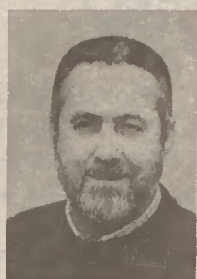


# Portugal a CEE e a UE As razões do PCP



No interior de cada país tem crescido o fosso entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, isto é, têm progredido as assimetrias regionais.

■ Agostinho Lopes Pág. 21

# IVG Lei actual é perversa e antinatalista

Colóquio promovido pelo PCP sobre Interrupção Voluntária da Gravidez.

Pág. 23

# TIMOR Jovens solidários com povo maubere

Pág. 10

# 7 DE NOVEMBRO Para uma revalorização da actualidade da herança revolucionária de Outubro

■ Aurélio Santos Pág. 22

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Novembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1198 • Director: Carlos Brito

# Pensões e Reformas EM AUMENTOS ZERO

A Comissão Política do PCP critica vivamente a actualização das pensões anunciada pelo Governo: «Vir agora o Governo do PS anunciar uma actualização do Regime Geral de apenas 3,3%, um valor semelhante ao da inflação verificada no presente ano, significa que de facto e acima da pensão mínima, os pensionistas não vão ter quaisquer aumentos reais de pensões.» Pág. 20



# TÊXTEIS Liberalização compromete futuro

Carvalhas visitou na Covilhã empresas de lanifícios com futuro ameaçado. Pág. 5



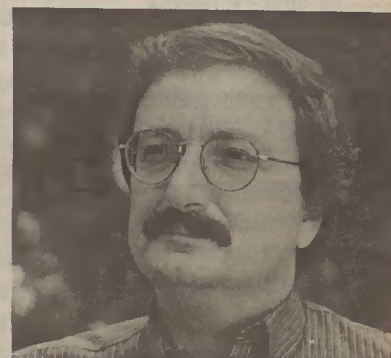
# Construir a alternativa

Conversa com os camaradas Vítor Dias,

Helena Medina, Jorge Sarabando e José Caetano.

Págs. 18 e 19

# ESCOLAS DE LISBOA Gestão da Câmara é transparente e participada



Entrevista com António Abreu

Centrais





O incêndio na Câmara Municipal de Lisboa, na sexta-feira

## RESUMO

### 6 Quarta-feira

Os estudantes universitários de Vila Real, Aveiro, Viseu e Coimbra saem à rua para protestar contra a alteração à Lei de Bases ■ É decidido que o Orçamento de Estado vai consagrar o princípio de apoio em defesa do povo timorense, mas não a Fundação Paz e Democracia de Ramos Horta ■ É anunciado que, por decisão do Governo, os medicamentos mais baratos vão subir oito por cento a partir de dia 15 ■ Previsões da Comissão Europeia colocam a maioria dos quinze Estados-membros em condições de acesso à moeda única, incluindo Portugal ■ Na Rússia, milhões de pessoas manifestam-se contra os salários em atraso e os sindicatos ameaçam com uma greve geral ■ O Zaire aceita uma intervenção humanitária estrangeira no leste do país ■ No Paquistão, o novo governo afasta e prende partidários da ex-primeira-ministra.

### 7 Quinta-feira

Um fogo destrói parcialmente os Paços do Concelho da cidade de Lisboa ■ Os estudantes do Instituto Superior de Serviço Social do Porto entram em greve ■ Distúrbios em Dili fazem um ferido grave ■ O Conselho de Segurança da ONU inicia o processo de escolha do próximo secretário-geral da organização.

### 8 Sexta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se à Covilhã, em visita de informação sobre as consequências da aplicação da segunda fase da integração dos produtos têxteis na OMC ■ Álvaro Cunhal participa na inauguração de uma exposição sobre «as lutas das mulheres aos longo dos 75 anos do PCP», em Lisboa ■ Na zona dos Grandes Lagos, os refugiados hutus começam a regressar ao Ruanda ■ Um antigo conselheiro do presidente Kennedy afirma que tem provas em como o voo 800 da TWA foi derrubado por um míssil da marinha norte-americana ■ A ONU publica um relatório onde se afirma que na última década morreram dois milhões de crianças vítimas da guerra e seis milhões ficaram feridas ■ Um avião cai na Nigéria, matando 141 passageiros.

### 9 Sábado

Carlos Carvalhas participa na IV Assembleia da Organização

dos Professores Comunistas, em Lisboa ■ Portugal, Espanha, a França e Itália fundam a Eurofor, uma força europeia para utilização em situações de crise humanitária ■ Inicia-se a VI Cimeira Ibero-Americana ■ Na Malásia, os participantes da Conferência pró-Timor são presos e/ou expulsos do país ■ A polícia israelita detém 11 manifestantes em Hebrón.

### 10 Domingo

Reunidas no Porto, as associações académicas de todo o país decidem pedir ao Conselho de Reitores que defina uma posição sobre a alteração à Lei de Bases ■ O Governo da Síria manifesta o desejo de a União Europeia ter um papel mais activo no relançamento do processo de paz do Médio Oriente ■ Os integralistas argelinos fazem explodir uma bomba em Argel, matando dez pessoas e ferindo 20 ■ Uma violenta explosão em Moscovo mata 13 pessoas ■ Realizam-se as eleições gerais na Eslovénia.

### 11 Segunda-feira

O Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados decide por unanimidade avançar com um processo disciplinar contra Proença de Carvalho ■ Os bolseiros angolanos voltam a protestar contra o atraso nos pagamentos das bolsas, junto à embaixada de Angola em Lisboa ■ A OUA pede o envio urgente de tropas estrangeiras para o Zaire ■ Cerca de uma centena de oficiais do exército sérvio bósnio declara-se leal ao general Mladic, destituído do seu posto de comandante militar pelo presidente.

### 12 Terça-feira

O PCP critica, em conferência de imprensa, o Orçamento de Estado, e alerta que a situação económica do país se está a deteriorar ■ O ministro Jorge Coelho e o Presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, assistem à demolição de barracas no Casal Ventoso e entregam oito novas casas aos desalojados ■ O Governo britânico reage à decisão do Tribunal Europeu de Justiça sobre a semana de 48 horas, ameaçando bloquear a revisão do Tratado de Maastricht ■ Começa no Cairo a terceira Cimeira Económica do Médio Oriente e do Norte de África ■ Uma colisão entre dois aviões, perto de Nova Deli, provoca a morte de 351 pessoas.

## EDITORIAL

# Faça-se justiça!

**F**aça-se justiça! - É a expressão que ocorre para comentar vários «casos» que agitam a produção mediática do país e o descontentamento e o mal-estar crescentes que se manifestam no viver dos portugueses, nestes dias de Outono.

Ela aplica-se com especial propriedade à campanha desencadeada em torno do processo de Leonor Bezeza.

Esta campanha lançada, alegadamente, para defender a imagem da ex-ministra da Saúde dos prejuízos sofridos perante o julgamento da opinião pública por violações do segredo de justiça e informações incorrectas acerca da acusação que sobre ela impende, processa-se através de ainda maiores e mais descaradas violações do segredo de justiça e, também, de uma completa deturpação sobre o sentido da acusação.

A parada de ex-titulares dos mais importantes cargos políticos e outras figuras gradas, especialmente da direita, que se exibiu em apoio do livro do advogado de Leonor Bezeza, prefaciado por Mário Soares, e a operação propagandística que se lhe seguiu destinam-se, evidentemente, não só a impressionar a opinião pública, mas também a exercer uma grande pressão, de mais que duvidosa legitimidade, sobre os tribunais, em vésperas de decisões importantes em relação ao processo.

Os ataques de Proença de Carvalho, Freitas do Amaral, Marcelo Rebelo de Sousa e outros ao Ministério Público e ao Procurador Geral da República conferem à campanha um sentido que não é favorável à justiça, mas que visa, realmente, o seu denegrimto e a sua paralisação.

**A**os olhos do País o que ressalta é um coro de pessoas política e economicamente «importantes», «uma classe política incomodada pelo poder judicial», como escreveu o «Expresso», que salta em defesa de um dos seus, em termos tais que as solidariedades mais parecem cumplicidades. É muito significativo, neste aspecto, que o advogado de Leonor Bezeza tenha defendido que o Ministério Público fique na dependência do Governo e que perca a sua independência.

Ninguém pode estar de acordo que a presunção da inocência, que deve ser garantida a todos os arguidos, possa ser posta em causa por fugas de informação que violam o segredo de justiça e conduzem a «julgamentos» e «condenações» por via mediática.

Tais factos merecem firme condenação, mas não podem servir de argumento para desacreditar e paralisar a justiça, antes torna mais necessário que ela funcione para que a verdade seja reposta.

O que está em causa neste processo (e é escamoteado na campanha) são as responsabilidades do Estado no caso da contaminação dos hemofílicos com o vírus da sida, todo o seu cortejo de dramáticas consequências, especialmente as várias dezenas de mortes, que exigem que se faça justiça.

Como salientou a Comissão Política do PCP, na declaração apresentada por Edgar Correia, em conferência de imprensa, na passada terça-feira, «nenhuma razão pode

ser legitimamente invocada para que não seja levado até ao fim o apuramento rigoroso de eventuais responsabilidades na trágica contaminação dos hemofílicos, com todas as suas consequências legais».

**F**aça-se justiça! - É também a expressão adequada para protestar contra os irrisórios aumentos das pensões e reformas que o Governo anunciou no princípio da semana.

O grande escândalo foi também denunciado pelo PCP, na mesma conferência de imprensa, quando salientou que «de facto e acima da pensão mínima, os pensionistas não vão ter quaisquer aumentos reais de pensões».

Esta situação torna-se especialmente gritante quando se sabe que, mesmo depois destes aumentos, ficam a vigorar para um milhão e 650 mil reformados e pensionistas pensões e reformas de 30.100 escudos (mínima do regime geral), 22 mil escudos (regime especial dos agrícolas) e 21 mil escudos (pensão social). Os aumentos diários destas pensões, que oscilam entre 37\$00 e 34\$00, quase nem chegam para meia bica, mesmo nos estabelecimentos mais modestos.

Como estes irrisórios aumentos das reformas diferem dos belos hinos aos idosos que os dirigentes do PS e outros líderes da «nova maioria» cantavam na campanha eleitoral!

Lembre-se que ainda o Programa do Governo preconizava que «uma sociedade mais solidária é uma sociedade com mais igualdade de oportunidades para todos» para salientar um especial apoio «aos grupos mais vulneráveis», com referência prioritária aos idosos.

É claro que, neste enquadramento, ninguém acreditava que quando o Programa do Governo fala da taxa de inflação como referencial para a actualização das reformas, que isso significasse que os aumentos não iam ultrapassar aquela taxa, como o Governo agora faz com todas as reformas acima da mínima do regime geral, daí resultando que estas reformas não têm nenhum aumento real.

Assim, nunca mais ultrapassam o nível baixíssimo em que estão colocadas em comparação com o salário mínimo e médio do nosso país e, ainda mais, com as reformas dos outros países da União Europeia.

A actualização extraordinária das reformas mais degradadas agora anunciada pelo Governo é tão condicionada na sua aplicação - mais de 24 anos de descontos, menos que o salário mínimo e mais de 75 anos de idade - que, beneficiando positivamente alguns reformados, pouco significado terá em relação ao conjunto dos idosos.

O que choca sobremaneira é que o Governo se mostre tão avaro e severo para com os reformados, com um nível tão baixo de reformas e pensões, ao mesmo tempo que exhibe tanta generosidade para com os grandes senhores do dinheiro a quem prodigaliza toda a espécie de isenções, benefícios e indemnizações, como acontece no Orçamento de Estado que está em apreço na Assembleia da República.

Tal é mais uma razão para dizer não ao Orçamento.

*O que está em causa neste processo (e é escamoteado na campanha) são as responsabilidades do Estado no caso da contaminação dos hemofílicos com o vírus da sida, todo o seu cortejo de dramáticas consequências, especialmente as várias dezenas de mortes, que exigem que se faça justiça.*

## Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
— 1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de retomação:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Limbó - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial de Maia  
Sector IX  
Rua B. Li. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## O sorriso do lagarto

A encenação Proença/Beleza apresentada na semana passada, em grande espectáculo, com uma brigada de casacas no tradicional papel do coro das antigas tragédias gregas - poderia parecer, à primeira vista, apenas uma nova versão, com pompa e circunstância, do jogo de sociedade a que poderíamos chamar "cheque à justiça" lançado pela SIC quando pegou em P. Caldeira e, na telenovela "O último corrector", de réu o transformou em vítima e herói (de estilo pimba, conceda-se).

Mas a comparação seria superficial e perigosa.

No caso Proença/Beleza estamos perante uma operação político-mediática que, potenciada pelos meios e personagens mobilizados e pela configuração que lhe foi dada, ganha um alcance que ultrapassa de longe o processo judicial de L. Beleza.

Encurralada na sua arrogância e pesporrência, que deixou marcas também neste trágico caso do sangue contaminado, L. Beleza quer a todo o preço escapar ao julgamento, pela tangente de uma inversão de culpa. Apresentando-se como vítima de uma quebra de segredo de justiça, invoca "legítima defesa" - para apontar como réu o Ministério Público.

E quando o coro da brigada das casacas dá os "améns" a esta operação, sentem-se aí os ranços de classe que na sociedade capitalista unem os que detêm os poderes políticos e financeiros, quando se trata da defesa dos seus privilégios. Estão com L. Beleza porque ela é "um deles".

(Esses sectores gostam muito de se apresentar como defensores intransigentes dos "grandes princípios", das "instituições" - enquanto elas estão ao seu serviço, entenda-se).

Mas quando Freitas do Amaral abriu fogo contra o PGR (Procurador Geral da República) e quando Rebelo de Sousa o acusou de "insensatez", lançando um assalto em que trazem pela trela outros acólitos menores (como a tal "associação dos jovens advogados") - torna-se claro que o caso Beleza/Proença está a ser trampolim para uma tentativa que visa mais alto: visa o linchamento do sistema judicial no seu conjunto ("enforcando-o" sem julgamento, com a cumplicidade da comunicação social e comentaristas como S. Tavares e Arroja a soprar o fogo).

E assim se passou a um ataque aberto à liberdade e independência do Poder judicial, que põe em causa os princípios básicos do

Estado democrático de Direito. Ataque que não podemos desligar das granadas de "referendos" que o PSD vai lançando para espalhar a confusão política, das punhaladas que se conspiram dar na proporcionalidade do sistema eleitoral, e de outras mutilações que se maquinam contra a própria essência do regime democrático (ante a passividade, e em vários casos com a cumplicidade, do PS). Enquanto, atrás do caso Beleza outros "casos" (facturas falsas, etc.) procurarão certamente as suas escapatórias passando de jurídicos a "políticos".

Quando Cavaco Silva, à época Primeiro Ministro, começou a sentir-se encurralado pela acção legítima doutros poderes do estado (que não dependiam dele, tal como o PR e a PGR) lançou a célebre campanha contra "as forças de bloqueio". Há, na presente arruaça contra o sistema da Justiça, um cheiro forte de desforra... O que explica o sorrizinho que C. Silva tinha na cara, sentado entre L. Beleza e F. do Amaral, enquanto lia, certamente com delícia, o prefácio de Mário Soares no livro de Proença de Carvalho sobre o caso de L. Beleza.

■ Aurélio Santos

## «Parabéns, América»

Estimada América:

Depois de vermos que esse epígono nacional da liberal-chatice que se dá pelo nome de João Carlos Espada te mandou os parabéns, através do «Público», por teres tido a grande sabedoria de escolher um democrata para Presidente e uma maioria republicana para o Congresso, embora com atraso também te queremos mandar os parabéns.

Mas não fiques já desconfiada imaginando que, cruelmente, te vamos mandar os parabéns pelos milhões de cidadãos que aí não têm tecto; pelos 30 milhões que aí não têm assistência na doença; por seres um país onde, se as coisas não mudaram, as empresas podem promover referendos para acabar com os respectivos sindicatos, com a edificante consequência de a minoria ficar impedida de ter organização sindical; pelos casos de alargamento da pena de morte a adolescentes; ou por outros longos rosários deste tipo.

Descansa, estimada América, que só te queremos dar os parabéns pela tua resplandesciente «democracia representativa» que, agora a pretexto das presidenciais, voltou a ser tão glorificada «urbi et orbe».

Parabéns, América, por voltares a ter um Presidente eleito por cerca de 25% dos cidadãos inscritos no recenseamento, já que, como é costume, 90-milhões-90 de americanos se abstiveram, e isto para já não falar naqueles muitos milhões que há muito deixaram de ter qualquer interesse em se recensearem.

Parabéns, América, por teres tido a campanha presidencial mais cara de sempre e por teres candidatos que, na disputa a único lugar de sena-

dor, gastaram cinco milhões de contos, assim se provando que os inflamados debates de há uns anos sobre a necessidade de conter a espiral despesista nas eleições eram só conversa fiada.

Parabéns, América, por teres um sistema político e eleitoral tão escarvo das generosas contribuições do grande capital e por, ao fixares sabidamente os mandatos para a Câmara dos Representantes em apenas dois anos, teres arranjado uma excelente maneira de os deputados, ainda mal acabaram de tomar posse e já estarem a pensar no juizinho que precisam de ter, para que, dali a pouco, não lhes falte o dinheiro indispensável para a sua a reeleição.

Parabéns, América, por teres um sistema eleitoral baseado, de alto a baixo, no princípio «winner takes all» (o vencedor leva tudo) e no sistema maioritário, o que está certo para um país habituado a incensar os vencedores e a trucidar os vencidos.

Parabéns, América, por teres criado um sistema de verdadeiro monopólio da actividade eleitoral unicamente pelo partido do burro e pelo partido do elefante, levantando em cada Estado exigências, em número de filiados ou em assinaturas para apresentação de candidatos, praticamente inultrapassáveis por novas ou diferentes forças políticas.

E, para terminar, parabéns, América, por havendo na tua história, na tua vida e na tua sociedade tanta coisa digna de atenção e até de admiração, conseguires afinal ser endeusada e glorificada por coisas como estas que só deviam causar desgosto e indignação.

■ Vítor Dias

## O Pigmeu e o Gigante

Inflamaram-se os sentimentos democráticos do Primeiro-Ministro Guterres mal pisou o solo chileno. Denunciou o conteúdo de um registo de um chefe supremo das Forças Armadas um psicopata assassino chamado Pinochet? Não. Ergueu a sua voz solidária num protesto contra a prisão de Gladys Marin, Secretária-Geral do PC do Chile? Também não. Relembrou que há 23 anos, um golpe de Estado perpetrado pelo governo dos EUA (utilizando a CIA e Pinochet) instaurou no Chile um cruel e insidioso ditadura, assassinando o presidente Allende - socialista, eleito democraticamente - e milhares de outros chilenos? Não. Aliás, o engenheiro Guterres não é pessoa para se deixar inflamar por questões de lana caprina como estas são. O que o preocupa e lhe tira os sonos é - vejamos lá! - a ausência de democracia em Cuba. Que é, de facto, não só um problema real como o problema maior da nossa Era -

como primeiro disse Clinton e agora Guterres repete.

Há quem se preocupe com o facto de, por exemplo, em cada minuto que passa haver mais 47 pobres no Mundo; ou de haver 820 milhões de desempregados; ou de 100 milhões de pessoas não terem abrigo nem o suficiente para comer; ou de, em cada ano, 17 milhões de pessoas (crianças na sua maioria) morrerem de doenças curáveis; ou de 500 milhões de crianças não terem acesso à escola... Guterres, esse, preocupa-se com a situação de Cuba. Onde - apesar do bloqueio imperialista - não há uma só criança sem escola; onde as crianças são a primeira prioridade no que respeita aos cuidados de saúde (que são dos melhores do Mundo) e à distribuição de bens alimentares. Enquanto ali ao lado, nos EUA - «Pátria da democracia», «Berço dos direitos humanos» - em cada nove segundos há uma criança que abandona a escola, em cada 14

segundos é presa uma criança, em cada 32 segundos há um bebé que nasce na pobreza, em cada 15 minutos há um bebé que morre, de duas em duas horas uma criança é assassinada com arma de fogo, de quatro em quatro horas há uma criança que se suicida... Mas o que vale tal comparação? Que importância tem isso? Trata-se de minudências, de coisas de crianças... o que conta é a democracia...

Clinton diz que «Cuba é o único regime não democrático do Mundo». Quer ele dizer com isto que não tolera que Cuba recuse integrar-se no rebanho dos seus fiéis, submissos e reverentes servidores; que não tolera que Cuba ouse rejeitar o modelo de democracia made in USA. Daí a Lei Helms Burton... Daí, também, a heroica e continuada resistência do povo cubano, ao qual Guterres não pode perdoar a coragem, a firmeza, a dignidade, a verticalidade, a coerência.

Guterres, mal chegou à Cimeira Ibero Americana, afirmou que não tinha interesse nenhum em encontrar-se com Fidel Castro: «Nem sequer o solicitei. Espero que um dia venha a encontrar-me com os dirigentes de Cuba democrática»; e concluiu que prefere esperar até que «haja democracia em Cuba».

Pois que espere. E que essa eterna espera lhe faça muito bom proveito.

Pondo em confronto com Fidel a sua estatuta democrática, humana, de Estado, Guterres ridicularizou-se como pigmeu, em bicos de pés, aos saltinhos, procurando atingir o Gigante.

PS: Pigmeuzinho tão pequenino como Guterres ou ainda mais, é um tal José Manuel Fernandes que no Público do dia de S. Martinho destilou um editorialzinho muito adequado à data.

■ José Casanova

## ÁFRICA

## Mobutu e a catástrofe

Os graves conflitos que varrem impiedosamente o Leste do Zaire e a região dos Grandes Lagos, na fronteira com os minúsculos Burundi e Ruanda, não pode ser desligada da situação socioeconómica desses países.

O Zaire é um enorme e rico país que domina toda a África Central e que tem fronteiras com outros grandes países, desde logo Angola, Tanzânia, República Centro-Africana, Zâmbia - entre outros. Tornou-se também um símbolo de um país pilhado por um homem e a sua clique.

Mobutu subiu ao poder através de meios violentos e apoiado pelo Ocidente. É um dos homens mais ricos do mundo, enquanto o povo zaireense vive numa das mais cruéis misérias. Teve, sempre que esteve em perigo, o apoio da França, a qual detém poderosos interesses em todo o continente africano.

Mobutu é um símbolo da corrupção, do autoritarismo, do poder pessoal absoluto com o qual os países ocidentais se entenderam. Quando as populações do Zaire, em 1992, vieram para a rua exigir democracia, liberdade, criação de partidos políticos, o Ocidente continuou a fazer grandes e chorudos negócios e a fechar os olhos ao facto do governo zaireense ter posto termo à Conferência Nacional para a realização de eleições livres que lhe escapavam ao seu controlo. Mobutu em 1994 depois do genocídio de um milhão de ruandeses deu luz verde à "Operação Turquesa" decidida unilateralmente pela França. Sentia na presença das tropas francesas o apoio que não tinha entre o povo. A França via em Mobutu, apesar de desacreditado, um homem que lhe permitia a hegemonia na região.

Depois, e face à degenerescência do regime, Mobutu tentou, no Shaba, através da perseguição aos balubas originários do Kasai e no leste aos tutsis zaireenses de origem ruandesa, banyamulenge, desestabilizar estas regiões onde a oposição é forte e dominante.

Certamente que o conflito é mais complexo e vasto, mas ele tem a ver com a opressão ditatorial e profunda deterioração social em que está mergulhado o Zaire. Ora, é essa deterioração engendrada pelas elites dirigentes zaireenses com Mobutu à cabeça e com o apoio do FMI e Banco Mundial que ajuda a explicar a situação. É absolutamente impossível que as populações possam continuar a viver em condições infra-humanas. Essas condições levam à explosão social, na qual as componentes étnicas jogam o seu papel. Neste quadro o envio de tropas para a região não vai resolver os problemas e eventualmente irá agravar velhos conflitos.

Cabe aos africanos resolver entre eles os problemas de África. É uma questão de soberania e de mentalidade.

Qualquer intervenção militar deve ser condenada com toda a veemência. Que resolva a "Operação Turquesa" em 1994? Em 1996 saltou aos olhos do mundo todo o drama da região...

Esta posição não significa que a comunidade internacional não tenha a obrigação de ajudar do ponto de vista humanitário as populações que morrem à fome e à sede e sem os mais pequenos cuidados médicos.

Mas uma coisa é levar ajuda humanitária, outra é levar tropas para impor soluções que as próprias populações não aceitam. A defesa no Público do dia 11.11.96 da alteração das actuais fronteiras africanas presta-se a abrir processos de intervenção militar ocidental em África. Sendo certo que as actuais fronteiras são artificiais em muitos casos, não é menos certo que levantar a questão das fronteiras conduziria à guerra generalizada em África.

Não podemos ficar indiferentes ao que se passa na região dos Grandes Lagos, mas o nosso empenho deve ir para a solidariedade à populações e aos povos em luta pela liberdade, a democracia, o pão, o futuro e a paz e contra os ditadores do tipo Mobutu e outros. É Mobutu e os seus apoiantes que devem ser sentados nos bancos dos réus.

■ Domingos Lopes



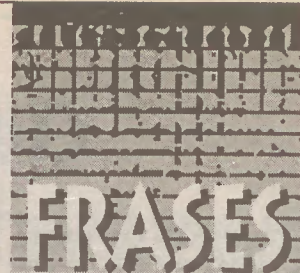
## SEMANA

## Criação da «Eurofor»

Numa reunião realizada em Florença, os ministros da Defesa de Portugal, Espanha, França e Itália - os quatro países latinos da União Europeia Ocidental (UEO) - constituem uma força militar conjunta de reacção rápida a que deram o nome de «Eurofor», que afirma o objectivo de dotar a UEO de «instrumentos próprios» para actuar em futuras missões humanitárias e de

manutenção da paz, como a que se está a preparar para o Zaire. Esta nova força militar conjunta disporá entre 10 mil e 15 mil soldados, conforme as necessidades, e, para além de «braço armado» da UEO, poderá vir a ser colocada à disposição tanto da NATO como da ONU para «servir os interesses do Ocidente ou de toda a Comunidade Internacional» - leia-se arrogação do

direito de ingerência e de limitação de soberania sobre outros Estados. A UEO - de que também fazem parte a Alemanha, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Grécia, a Holanda e o Luxemburgo - é a única organização europeia competente em matéria de Defesa. Agora, com a «Eurofor», passa a dispor de um instrumento de ingerência directa e «rápida» nos assuntos de outros países.



“Se me permitem, para facilitar a comunicação, vou falar em Português.”

(António Guterres, primeiro-ministro português, no México - «Público», 08.11.96)

“A Europa está a ser dirigida por contabilistas e já não por homens de Estado.”

(Medina Carreira, citado em «Público», 08.11.96)

“Quem faz os negócios são os empresários, não é o Governo.”

(António Guterres, no México, citado em «Expresso», 09.11.96)

“É um escândalo que seja a comissão do ambiente, nem sequer o comissário da agricultura, a revelar o estado a que chegou a agricultura portuguesa. O governo português, que há muito devia ter feito do tema o seu principal cavalo de batalha, faz de conta que não sabe de nada.”

(António Campos, eurodeputado PS - «Semanário», 09.11.96)

“Desde o futebol à fraude fiscal, passando pela própria transparência da classe política, impôs-se o dito popular segundo o qual “toda a gente sabe, mas ninguém faz nada”.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 11.11.96)

“Se o aborto é um problema de consciência, como referendá-lo? Poderão as convicções de cada um sujeitar-se à regra da maioria?”

(Helena Roseta - «Visão», 07.11.96)

“Concordo com o jornalismo de investigação mas não com a violação do segredo de justiça.”

(Cunha Rodrigues, PGR - «Diário de Notícias», 09.11.96)

“A justiça é cega a tudo o que não for a averiguação dos factos e a aplicação da lei. Tem de ser cega ao aberrante espectáculo de ver, enquanto um processo decorre, um advogado de defesa publicar a sua visão dos factos e, pior, cultivar manifestações públicas de apoio ao réu. Mas que é isto senão obstrução psicológica à justiça?”

(Rogério Martins - «Público», 10.11.96)

“Passei a alinhar pela pedagogia das cinco regiões.”

(Narciso Miranda - «Expresso», 09.11.96)

“Pinto da Costa pretende calar-me. Mas só o vai conseguir, se me mandar matar!”

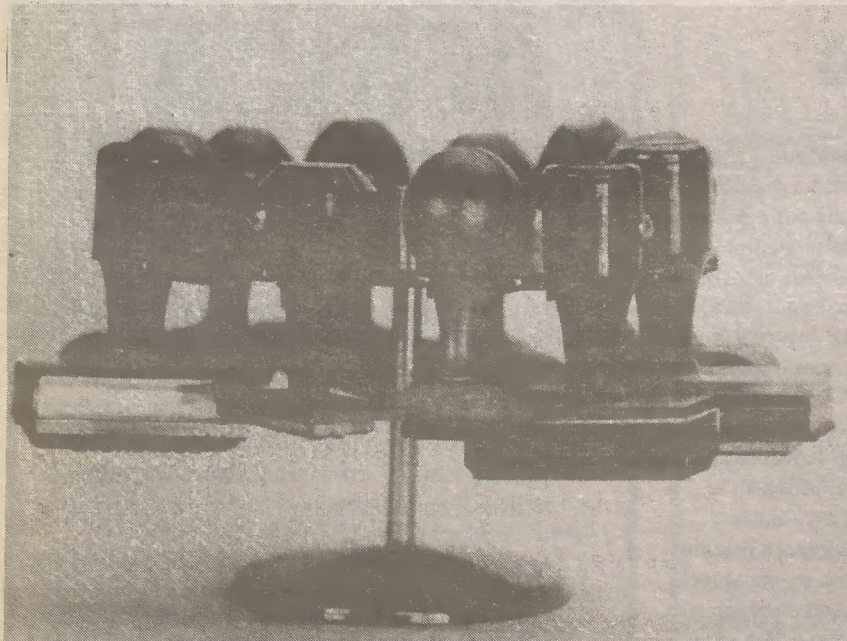
(Gaspar Ramos - «Record», 07.11.96)

“Santana Lopes parece Cintra com o curso de Direito”

(Manuel Damásio - «Record», 10.11.96)

“Faltam políticos não consensuais”

(Pacheco Pereira, num debate no Porto, citado em «Público», 10.11.96)



## Condenação dos implicados no caso das «facturas falsas»

O Tribunal de Loulé, presidido pelo juiz Antero Luís, condena 15 dos 24 arguidos - pessoas individuais e empresas - implicados no chamado «megaprocésso das facturas falsas» a penas de prisão efectiva que oscilam entre os dois anos e oito meses e os nove anos. As penas situaram-se, na generalidade,

muito próximas do máximo legalmente permitido, mas o Tribunal não decretou a prisão imediata dos condenados, o que significaria que o Supremo Tribunal Administrativo (a que recorreram de imediato 11 dos 12 advogados de defesa e o próprio delegado do Ministério Público) teria apenas três meses para se pro-

nunciar. Assim, o processo poderá arrastar-se durante anos nas instâncias superiores. A pena mais pesada recaiu sobre o empresário algarvio António Lopes, condenado a nove anos por o Tribunal ter considerado provados todos os crimes de que vinha acusado, nomeadamente de burla agravada, fraude fiscal,

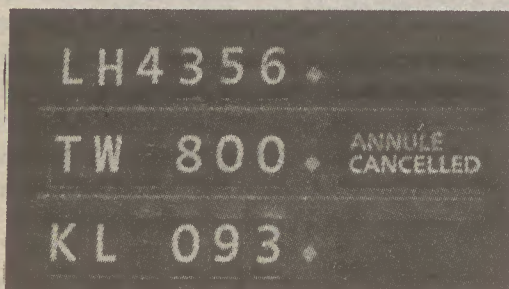
falsificação e abuso de confiança fiscal, tendo sido absolvida a empresa Engil, tendo em conta que a empresa repôs o montante dos impostos em dívida. As empresas Proquímica, Tecnipavi e Escavasul, todas pertencentes a António Lopes, foram condenadas a pagar multas no valor de 42.500 contos cada uma.



## Míssil accidental?

Em declarações à Agência France-Press, Pierre Salinger, antigo chefe do Serviço de Imprensa do presidente norte-americano John Kennedy, afirma que o avião da TWA que em Julho passado explo-

cano», garantiu Salinger perante os dirigentes de companhias aéreas de cerca de 20 países que participavam, em Cannes, num fórum sobre aviação civil. As autoridades oficiais norte-americanas



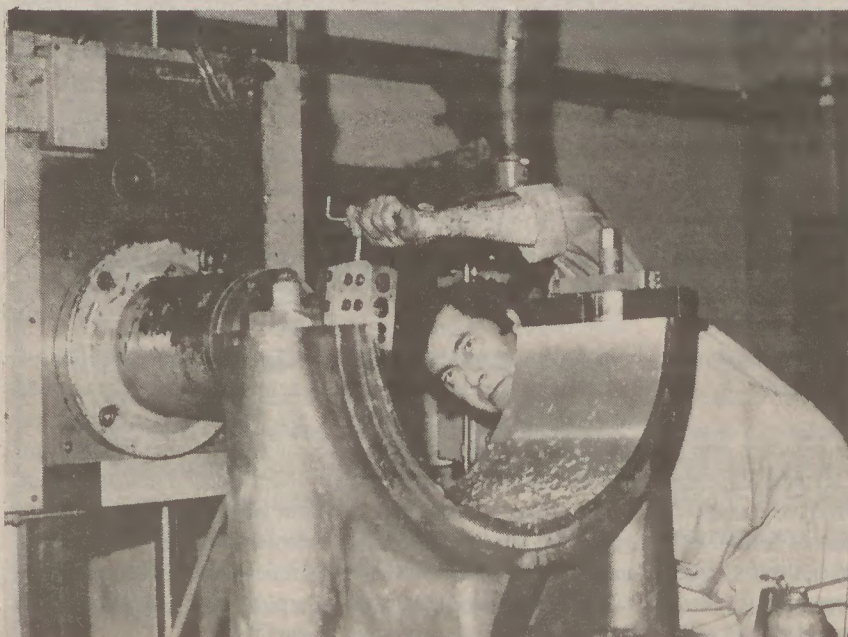
diu ao largo de Nova Iorque matando os seus 230 passageiros e tripulação, foi derrubado accidentalmente por um míssil lançado por um navio de guerra norte-americano, em manobras militares realizadas nas imediações do local do acidente. «Recebi um dossier muito importante nesse sentido de alguém muito próximo do governo norte-ameri-

recusaram, até ao momento, comentar as declarações de Pierre Salinger, nomeadamente a Casa Branca, o Departamento de Defesa e o Pentágono, enquanto o FBI, através do seu porta-voz Joseph Valiquette, declarou que se Salinger dispõe de informações que possam esclarecer o acidente, o FBI «está interessado em escutá-lo».

## PEDIP sem verbas

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) anuncia que vai suspender a Medida 3.3. do PEDIP II, de apoio à inovação e internacionalização, o que significa a suspensão de 23 milhões de contos de incentivos para 80 projectos de investimento já aprovados. Castro Guerra, presidente do IAPMEI desde Janeiro deste ano, justificou este «buraco» financeiro com os compromissos herdados do passado. A medida 3.3., a mais importante do PEDIP

II, abrange projectos de inovação e internacionalização com investimentos entre 100 mil contos e 2,5 milhões de contos e dispõe de 200 milhões de contos para incentivos às empresas, verba que, segundo o IAPMEI, está neste momento totalmente esgotada pelos projectos já aprovados. De fora ficam 80 projectos igualmente aprovados, cujos apoios ascendem a 23 milhões de contos que não existem, aguardando-se uma decisão do Governo para resolver a questão.



## Processo de suspensão contra Proença de Carvalho

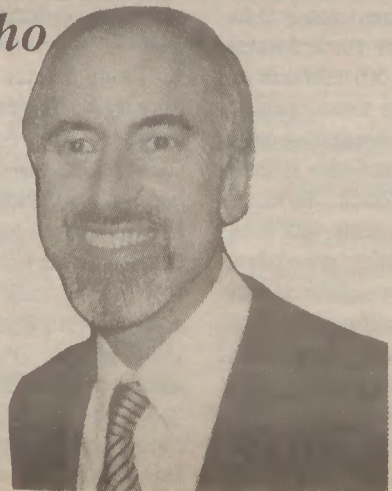
O Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados decide instaurar um processo disciplinar a Proença de Carvalho «com base na participação feita pelo senhor bastonário», «dado entender

haver indícios de infracção disciplinar» por parte deste, que se encontra debaixo da acusação de ter violado o segredo de justiça como defensor da ex-ministra da Saúde, Leonor Beleza, no caso

dos hemofílicos atingidos pela SIDA através de sangue contaminado importado do estrangeiro sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Proença de Carvalho fez publicar um livro com pormenores

sobre o caso quando o processo ainda está em fase de instrução e, portanto, sob segredo de Justiça. José Carlos Soares Machado, presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advo-

gados, afirmou à saída da reunião que «as penas previstas no Estatuto vão da advertência à suspensão» e que «qualquer uma é possível», acrescentando que a deliberação «foi aprovada por unanimidade».





O secretário-geral do PCP deslocou-se na passada semana à Covilhã, onde visitou empresas de lanifícios, manteve contactos e reuniões com associações representativas de trabalhadores e de empresários da região. No centro das preocupações esteve invariavelmente a perspectiva de liberalização do mercado dos têxteis a países terceiros, medida que prejudicará fortemente este sector de actividade e poderá ser fatal para a região.

A visita de Carlos Carvalhas foi seguida com interesse pelos órgãos de comunicação regional e alguns nacionais, mas a estrutura local do PCP fez questão de sublinhar a ausência das televisões, nomeadamente da RTP e da SIC, às quais enviou prontamente uma nota de protesto.

Sempre acompanhado de membros da DORCB e da Comissão Concelhia da Covilhã, Carlos Carvalhas iniciou o seu programa pelas 11.30 horas, com uma visita à «Paulo de Oliveira», uma das empresas de lanifícios mais modernas no país, onde foi acolhido com simpatia pelos trabalhadores, bem demonstrada num comentário de um deles: «Há 30 anos que não se via na empresa um homem que defende abertamente os interesses dos trabalhadores.»

Dali, a comitiva dirigiu-se à empresa Moura & Matos, na vila de Tortosendo, onde, após um encontro com a administração, foi possível observar as diversas fases do fabrico da fazenda e trocar opiniões sobre aspectos da laboração e da necessária modernização das empresas de lanifícios, especialmente de cardados, assim como das dificuldades de penetração nos mercados, criadas em grande parte pela sobrevalorização do escudo.

De tarde, depois da visita ao Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios, Carlos Carvalhas reuniu com a direcção do Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa, constatando grande proximidade de posições nas matérias relativas aos têxteis, designadamente quanto às consequências negativas da liberalização dos produtos da lã. No encontro foram manifestadas preocupações pela situação social na região, que apresenta remunerações baixas, mesmo nas empresas mais modernas, muitos contratos a prazo, salários em atraso e repressão nos locais de trabalho.

Carlos Carvalhas salientou que a crise pode ser superada, mas «tudo depende da política que for seguida, das defesas criadas, da valorização que se faça da produção nacional».

As apreensões sobre o futuro dominaram também o encontro com a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios. A política liberalizadora para o sector, imposta pela União Europeia, a falta de apoios para a modernização das empresas e para a conquista de mercados estrangeiros foram algumas das razões evocadas para as dificuldades sentidas pelas empresas.

#### Sala cheia

Depois do jantar com uma centena de militantes e simpa-

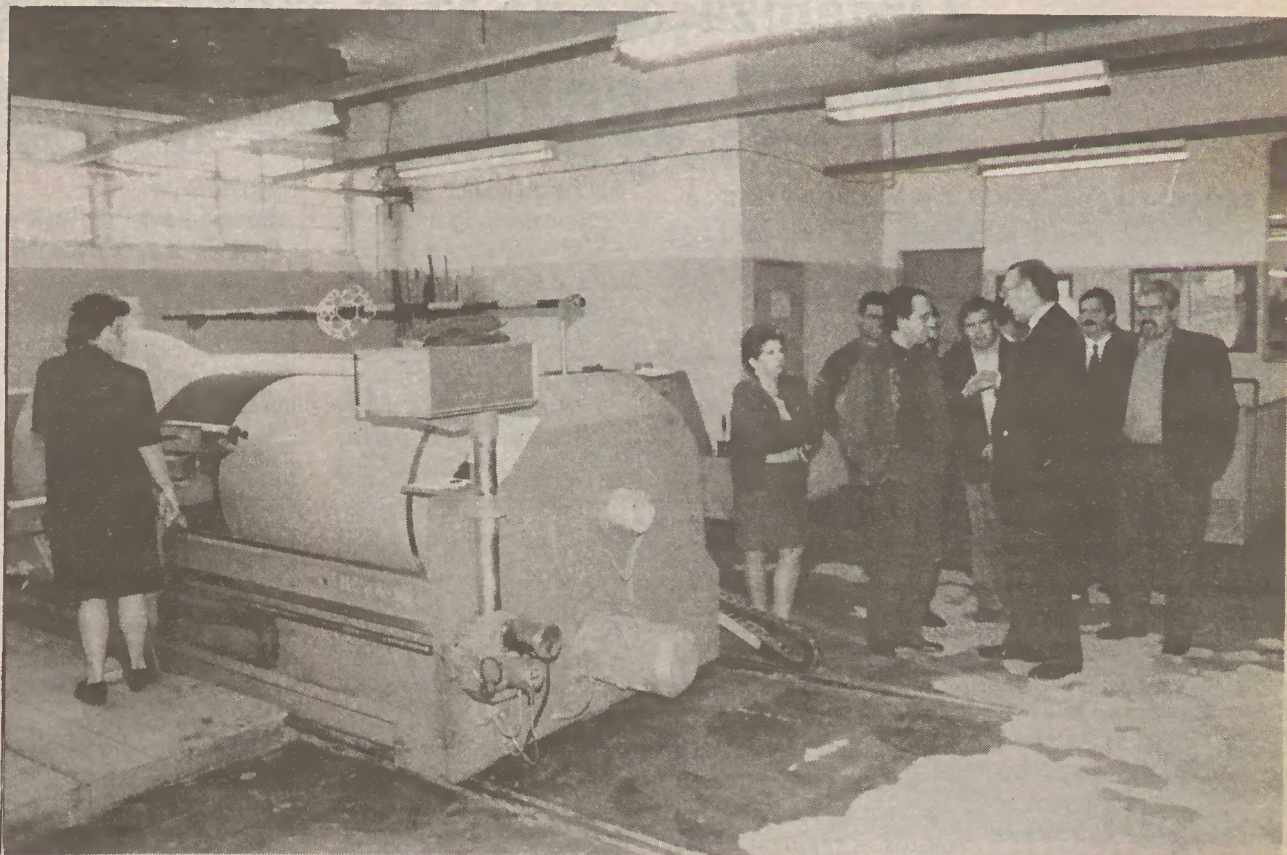
tizantes comunistas, realizado na freguesia de Tortosendo, Carlos Carvalhas terminou o programa com uma sessão pública dedicada ao sector têxtil e ao 15º Congresso do PCP, que encheu a sala da Assembleia Municipal da Covilhã. O debate foi aberto por Armando Morais, responsável pela DORCB, tomando depois a palavra Luís Garra para recordar que «os salários dos trabalhadores têxteis oscilam entre os 50 e os 60 contos, apesar de existirem empresas que aumen-

taram a sua produção 10 vezes, apropriando-se dos ganhos de produtividade e aumentando extraordinariamente a exploração da mão-de-obra». Por outro lado, Luís Garra referiu exemplos de outras empresas em sérias dificuldades, que praticamente não têm recebido apoios do Estado, concluindo que o «plano Mateus» não tem passado de palavras.

Carvalhas começou por falar das Teses ao 15º Congresso do PCP, explicando que o PCP se assume como o pólo aglutinador das forças de esquerda para uma nova política. Realçando o actual momento favorável vinda ao Partido de trabalhadores, mulheres e jovens, Carvalhas afirmou que o PCP tem profundas raízes no povo, facto que abre perspectivas para o crescimento da sua influência política e eleitoral.

Na sua intervenção, chamou ainda a atenção para a regressão social e corte de direitos, em contraste com os enormes avanços científicos e tecnológicos, citando os números da polarização da riqueza no mundo e em Portugal, a par do aumento da pobreza.

No debate intervieram ainda os camaradas Moreira, Amorim, Carrola, Afonso, entre outros, focando os problemas dos trabalhadores da Administração Pública, o movimento sindical, as privatizações, a segurança social, a justiça, etc. A sessão foi encerrada por Carlos Carvalhas, que depois de responder às várias questões suscitadas, deteve-se na actualização do Governo PS, concluindo que este prossegue no essencial a política de direita que o PSD seguiu ao longo de uma década.



O sector dos lanifícios necessita de reestruturação e modernização para se tornar competitivo

Carlos Carvalhas visita Covilhã

## Liberalização dos têxteis compromete futuro



## Ameaçados 15 mil empregos

A completa liberalização do mercado têxtil, em especial dos produtos de lã, pretendida pela Comissão Europeia, é uma medida que irá lesar profundamente os interesses de Portugal, e que terá efeitos desastrosos em várias regiões do país.

O distrito de Castelo Branco, em particular a zona mono-industrial da Covilhã, figura entre os que serão mais afectados. As indústrias de lanifícios que ali se concentram (e que têm em curso processos de reestruturação e modernização apoiados pelo Estado e por fundos comunitários), veriam diminuir as suas encomendas pondo em causa o seu futuro e o de mais de 15 mil trabalhadores que actualmente laboram no sector.

Já nas negociações do GATT, realizadas em 1994, o PCP alertou para as consequências do acordo para a nossa economia. Na altura, PS e PSD refutaram os comunistas acusando-os de serem os profetas da desgraça. Hoje, porém, trabalhadores e empresários estão apreensivos e insurgem-se contra a liberalização do mercado que só beneficiaria as grandes transnacionais e os países mais poderosos.



# Organizações do PCP analisam orçamento OE/97 esquece promessas eleitorais

As estruturas regionais do PCP prosseguem o exame à proposta do Governo de orçamento de Estado para 1997, cujo debate teve ontem início na Assembleia da República, devendo ser votado na generalidade amanhã, sexta-feira.

## AVEIRO

No final de uma visita de João Amaral ao distrito de Aveiro, a Organização local do PCP pronunciou-se sobre o Orçamento de Estado, lamentando a exiguidade das verbas atribuídas que, contadas feitas, diminuem mais de três milhões de contos em relação ao OE/96. O distrito vê assim reduzidos de 19 para 11 os novos projectos de investimentos ao mesmo tempo que assiste a uma distribuição desequilibrada das verbas pelos diferentes concelhos. Os montantes atribuídos vão de menos de 10 mil contos para o concelho da Murtosa até mais de 2,5 milhões de contos para Águeda, Aveiro e Feira.

Diversas obras, há muito consideradas fundamentais, estão de novo ausentes no orçamento: o aproveitamento hidráulico e regularização da bacia do Vouga, a defesa e valorização do baixo Vouga, a defesa da costa contra o avanço do mar, a melhoria das acessibilidades no distrito, com a execução do IC1.

Na conferência de imprensa, a DORAV considerou ainda insuficiente a actualização dos valores do FEF a transferir para as autarquias, notando que se regista um aumento médio de apenas 4,71%, o que descontando a inflação prevista, corresponde a um incremento real entre dois a três por cento.

## BRAGA

Depois de analisar o PID-DAC/97, a Direcção Regional de Braga divulgou o conjunto de propostas de alteração ao documento que foram entregues na AR através do grupo parlamen-

tar comunista.

A DORBraga sublinha que o distrito continua a ser menosprezado pelo Governo, indicando que, para o próximo ano, o PID-DAC destina-lhe menos de 11,5 milhões de contos. Esta verba, que representa cerca de 1,7% do total nacional do investimento público, coloca Braga em 11º lugar, entre os distritos do continente, atrás de Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Faro, Viseu, entre outros. A regional do PCP observa ainda que Lisboa e o Porto absorvem no seu conjunto quase 60 por cento do total de investimentos em 1997.

Neste sentido as propostas dos comunistas para o distrito, visam não só «responder a carências evidentes e atenuar as desigualdades, mas também dar mais justiça social e regional à distribuição dos dinheiros do Estado». A DORBraga avança com obras concretas nas áreas das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias; educação e desporto, saúde; cultura, património e ambiente; apoio social; e justiça.

## BRAGANÇA

Em conferência de imprensa a Direcção Regional de Bragança recordou que o Primeiro-Ministro, quando da primeira Governação Aberta no distrito, realizada em Março de 1996, prometeu que nos próximos 3 anos seriam aplicados na região cerca de 100 milhões de contos.

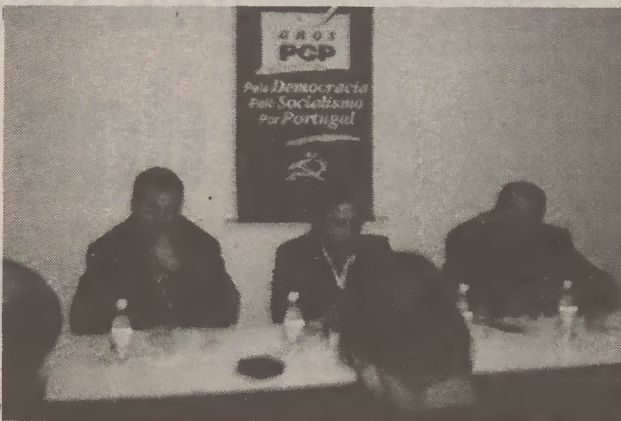
Contudo, os comunistas constataam que o OE/97 para o Nordeste transmontano indica a «continuidade das políticas negativas seguidas pelos Governos do PSD».

Também o Fundo de Equili-

brio Financeiro-FEF, inscrito no Orçamento do Estado, (com aumentos entre os 4 e 5%) está longe de corresponder aos compromissos assumidos pelo Primeiro Ministro, isto é a sua duplicação em quatro anos.

A DORBA refere que «recentemente a estrutura distrital do PS mostrou-se satisfeita com a proposta do PID-DAC/97. No entanto a auto-satisfação e autoglorificação deste partido não consegue esconder que as suas propostas não correspondem às necessidades das autarquias, das populações e do desenvolvimento da nossa região».

Se é verdade que o PID-DAC/97 propõe cerca de 14 milhões de contos para o distrito de Bragança, também é verdade que dessa verba 8 milhões são



Por todo o país as estruturas do PCP têm criticado a proposta de Orçamento de Estado para 1997. (Na foto, conferência de imprensa da Direcção Regional de Bragança)

para o IP4, (troço Bragança/Quintanilha) - obra sem dúvida fundamental mas com 20 anos de atraso.

Restam, assim, 6 milhões de contos, montante considerado insuficiente «se quisermos iniciar a recuperação dos anos perdidos ou, comparar com os investimentos vultuosos que nos últimos anos se fizeram e continuam a fazer na área das grandes cidades do litoral».

Acresce que, mesmo algumas obras contempladas na proposta actual do Governo vêem drasticamente reduzidas as suas verbas, em relação ao que o PID-

DAC do ano passado.

Exemplificando, o PCP refere a Pousada da Juventude que recebe menos 150 mil contos; o quartel da GNR de Izeda, menos 80 mil contos; a construção da 2ª fase da Catedral de Bragança, menos 47 mil contos; a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, menos 180 mil contos, entre outras.

É também inaceitável que uma obra tão importante como o LP2, troço Pocinho/Macedo de Cavaleiros, considerada estruturante para a região, tenha uma verba tão irrisória (em boa verdade este Itinerário Principal não avançará um metro sequer). Por outro lado, a IC30 (Franco, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro), fundamental para o sul

contempla importantes investimentos em vias rodoviárias, na área da saúde, habitação, ambiente e outras.

## ÉVORA

A DOREV do PCP promoveu um encontro com a imprensa para divulgar as suas posições sobre o Orçamento de Estado para 1997, o qual consideram como «um triste sinal de que as políticas para a Região continuam a não contribuir para o desenvolvimento, o progresso social e a criação de emprego». A iniciativa decorreu após uma visita do deputado Lino de Carvalho ao concelho de Montemor-o-Novo, onde teve lugar um encontro de quadros eleitos no Poder Local.

Afirmando que nenhum projecto novo foi aprovado, concretizado ou iniciado, o PCP denuncia que «o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PID-DAC) para o distrito de Évora representa hoje, no Orçamento de Estado/97, a mesma ínfima percentagem que OE/95, ou seja 0,8% do total nacional.

No que se refere ao Alentejo (distrito de Beja, Évora e Portalegre) a situação é ainda mais grave: 2,7% do total nacional no OE/95; 2,4% do total nacional no OE/97.

E enquanto o distrito de Évora vê afectada somente uma verba de 7,2 milhões de contos no PID-DAC (e os três distritos alentejanos 22 milhões de contos no total) o Governo tem disponibilidade para entregar 60 milhões de contos para os grandes agrários do Alentejo. Não são precisos comentários!»

Com as eleições autárquicas no horizonte, o PS esforça-se por «dar a ilusão, de que contempla muitos concelhos com muitos projectos. Para isso faz inscrever no Orçamento de Estado múltiplos projectos com verbas meramente simbólicas o que constitui uma mistificação total.

Para o distrito de Évora de um total, em PID-DAC, de 120 projectos, um terço, 36 projectos têm uma dotação de 5 mil contos ou menos e doze deles têm inscrito mil contos ou menos.

No que se refere ao Alentejo (Distrito de Beja, Évora e Portalegre) de um total de 305 projectos em PID-DAC, 86 deles têm uma dotação inferior ou igual a 5.000 contos e 35 deles verbas de mil contos ou menos. E aqui se inscrevem projectos como o de alegados Centros para Idosos, escolas e Parques Escolares, Centros de Saúde, etc.. Também aqui não são precisos comentários adicionais».

Desafiando o Governo a confrontar o OE/97 com as críticas que os socialistas fizeram quando eram oposição, o PCP cita vários exemplos em que as verbas orçamentadas são meramente simbólicas. É o caso do Hospital do Patrocínio, cujas obras irão continuar a arrastar-se; a Barragem dos Minutos; a Pousada da Juventude; as várias obras na Universidade de Évora, os Centros de saúde, o Centro de Formação profissional, as infraestruturas escolares.

Nas finanças locais, o PCP acusa o Governo de continuar a não compensar as autarquias das isenções fiscais que decreta, e de apostar, em contrapartida, nos chamados contratos-programas através dos quais, «poderá ter a tentação de privilegiar autarquias socialistas».

Por outro lado, o orçamento não prevê as barragens de Frei Joaquim e de Veiros; verbas para a construção da variante a Mora da EN251 ou para a variante a Vendas Novas; recuperação do Castelo de Montemor-o-Novo e do Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo; concretização dos compromissos de financiamento do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo; o novo Palácio da Justiça, em Évora, entre muitos outros.

## Peniche Sem sinais de mudança

A 5ª assembleia da Organização Concelhia de Peniche, reunida no passado sábado, considerou grave a situação económica e social e concluiu que o Governo PS não deu ainda sinais de mudança que as populações reivindicam.

Durante os trabalhos, que contaram com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, foi referida a crise no sector das pescas, em resultado da qual 49 embarcações foram abatidas. A redução e envelhecimento da frota

pesqueira, a quebra do preço do pescado e as dificuldades na indústria conserveira tiveram reflexos negativos em todo o concelho. Entretanto, foram adiadas obras fundamentais como a 2ª fase do porto de pesca e a infraestruturização das duas zonas industriais criadas pelo PDM.

A assembleia elegeu o novo organismo de direcção composto por 13 membros, assim como os delegados ao Congresso. A resolução política aprovada aponta um conjunto de medidas de reforço da organização,

define objectivos para as próximas autárquicas e as orientações para a intervenção no concelho.

Designadamente, o PCP propõe-se lutar pela aplicação de um Plano Integrado de Desenvolvimento Local, no qual defende a participação dos poderes central e local e dos agentes económicos e sociais. Segundo o PCP este Plano terá de integrar o conjunto de fundos e programas nacionais e comunitários e definir objectivos e medidas quer no plano económico quer social.

Os comunistas apostam ainda em novas formas de formação profissional, e reivindicam o rápido início das obras da 2ª fase do porto de pesca e a construção de um cais comercial para abastecimento da indústria conserveira com novos produtos designadamente o atum.

## Bancos acentuam exploração

Os bancários comunistas do distrito de Setúbal denunciam os sérios prejuízos para o país causados pelo processo de reorganização e concentração do sistema financeiro, ocorrido na sequência das privatizações.

O 2º Encontro de Bancários Comunistas de Setúbal, realizado no passado sábado, condenou o aumento da exploração dos trabalhadores, através do trabalho suplementar não pago e da degradação do seu estatuto profissional, e a tarifação dos serviços prestados aos clientes, como forma de a banca manter lucros escandalosos, que totalizam 160 milhões de contos, em 1995.

A lógica do lucro à custa dos trabalhadores está igualmente na origem dos processos de rescisão e reformas antecipadas desencadeados pelas administrações do BCP/BPA e do grupo Sotto Mayor/Totta/CPP, neste caso através do «Projecto Harmonia».

O Encontro considerou que deve ser recusada a proposta patronal de revisão do ACTV,

que pretende legitimar o trabalho suplementar não pago e impor uma excessiva mobilidade aos trabalhadores. É ainda objectivo do patronato dividir os bancários em trabalhadores de 1ª e de 2ª, negando aos jovens direitos há muito conquistados e atribuindo-lhes um estatuto inferior e distinto.

Os comunistas pronunciaram-se pela realização de acções de luta e protesto contra o trabalho suplementar não pago, definindo como orientação o fortalecimento das listas unitárias, da corrente sindical unitária, «indispensável para colocar o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas verdadeiramente ao serviço dos trabalhadores».

O Encontro decidiu ainda um conjunto de medidas para dinamizar a organização dos bancários comunistas do distrito, marcou para o primeiro trimestre de 1997 o seu 3º Encontro, e apontou a realização de uma iniciativa de debate e estudo sobre situação da Banca e os reflexos da moeda única nos sector.

## Rectificação

Na entrevista com Cesina Bermudes, publicada no «Avante!» na semana passada, diz-se, por lapso, em determinada altura, que Botelho Moniz «tinha a Rádio Renascença», quando de facto dever-se-ia ter escrito Rádio Clube Português. Pelo facto pedimos desculpa aos nossos leitores.



## Álvaro Cunhal inaugura exposição «Uma gesta de coragem»

«A luta das mulheres ao longo dos 75 anos do PCP» é o lema da exposição que na sexta-feira passada foi inaugurada no «Vitória Espaço Cultural», com a participação de Álvaro Cunhal. Promovida pela Direcção da Organização Regional de Lisboa, esta exposição foca aspectos da luta das mulheres comunistas, quer na luta clandestina quer depois de Abril de 1974.

As prisões a que foram sujeitas pelo fascismo, a dinamização dos movimentos unitários até ao 25 de Abril, a participação decisiva após a revolução pelas transformações económicas e sociais e posteriormente pela sua defesa e, neste momento, a luta pela criação de uma alternativa política são aspectos da actividade das mulheres comunistas que ilustram os painéis da exposição.

Com o Espaço Vitória cheio, Rosa Rabiais, membro da DORL e do Comité Central, abriu a sessão de inauguração afirmando que «o processo de emancipação da mulher é inseparável da luta de classes e das transformações económicas, sociais, políticas e culturais da sociedade», sendo nas condições socioeconómicas que residem «as causas fundamentais da opressão da mulher» na sociedade e na família.

As mulheres pertencem como os homens a classes e camadas sociais diversas e



«com interesses contraditórios e até antagónicos», afirmou ainda Rosa Rabiais. Por isso, à discriminação de que as mulheres são vítimas por razões de sexo somam-se as discriminações de classe.

Considerando, por fim, que

para o êxito da luta dos trabalhadores e dos povos é decisiva a participação activa das mulheres, Rosa Rabiais lembrou que, há já 50 anos, o IV Congresso do PCP consagrou «uma atenção especial à problemática feminina», combatendo desde então o que designou por «concepções e preconceitos burgueses nas fileiras do Partido em relação ao papel da mulher na sociedade e na família».

### Uma luta de todos

Uma exposição pequena em tamanho mas «grande em significado», enquadrada em «dois momentos importantes do Partido - a comemoração do 75º aniversário e a preparação do XV Congresso», foi como Álvaro Cunhal, por sua vez, a classificou na sua intervenção.

«É bom termos presente o que foi a gesta de coragem e heroísmo das mulheres comunistas» disse, lembrando os longos anos de clandestinidade a que algumas foram obrigadas (que em alguns casos chegaram aos 30) e as prisões e torturas a que outras foram sujeitas. O 25 de Abril, pondo fim ao fascismo, «terminou com a necessidade deste tipo de exigências», prosseguiu Álvaro Cunhal, mas colocou às mulheres «outro tipo de intervenção». Foi também de grande heroísmo o papel das mulheres, após Abril de 1974, contra a sabotagem das empresas pelo patronato, na Reforma Agrária, no poder local, no movimento



A exposição sobre a luta das mulheres comunistas enquadra-se na comemoração do 75º aniversário do PCP e na preparação do XV Congresso

sindical. «O combate das mulheres comunistas nesta época não tem nada a invejar da luta corajosa das camaradas da clandestinidade». É preciso valorizar o papel que as mulheres desempenham na luta, mesmo quando esta se desenvolve em condições diferentes, porque nada impede que as novas comunistas «sintam a mesma coragem e dêem exemplos de confiança e de luta».

Outro aspecto da luta das mulheres é a luta pela emancipação, luta que «não é apenas da mulher mas também do homem, do Partido». É preciso, pois, combater influências e preconceitos que aqui e além se manifestam nas fileiras do Partido, para que as mulheres possam nele ter uma intervenção decisiva, disse Álvaro Cunhal, sublinhando que a alteração de mentalidades está ligada a todos os processos de transformação da sociedade, sendo das coisas mais difíceis de atingir. Mesmo quando existem transformações revolucionárias. «Lutar pela alteração das mentalidades é lutar pela emancipação», defendeu, pois, acrescentando: «não se trata de um reconhecimento formal - que já existe na lei - mas do exercício efectivo da igualdade.»

Por outro lado, as mulheres

são uma grande força social, sem homogeneidade mas com uma convergência de aspirações e objectivos geradora de amplos movimentos unitários. As mulheres comunistas estão dispostas a contribuir para essa unidade. É, aliás, com este espírito que o PCP - força política coerente e firme que

se afirma pelas grandes causas emancipadoras que abraça - comemora o seu 75º aniversário e prepara o XV Congresso, disse a terminar Álvaro Cunhal

A encerrar a sessão, foram lidos poemas de Ary dos Santos, Pablo Neruda e Joaquim Pessoa.

## Alemanha Emigrantes reúnem Assembleia

No passado sábado, realizou-se em Leverkusen, na Alemanha, a Assembleia dos emigrantes comunistas portugueses.

Particular atenção mereceu o processo em curso para a criação do Conselho das Comunidades Portuguesas. Os emigrantes comunistas lamentam o facto da lei não prever (ao contrário do projecto de lei do PCP) a existência de Conselhos de país, que permitam uma mais ampla participação dos emigrantes, e consideram que o Governo português não está a tomar as medidas adequadas para que, nos prazos previstos na lei, os respectivos cadernos eleitorais estejam prontos.

Debruçando-se sobre vários aspectos da vida social da comunidade portuguesa, a Assembleia apelou a uma maior intervenção dos membros do Partido junto dos emigrantes.

A Assembleia fez ainda o balanço da intervenção político-partidária dos organismos do Partido neste país, elegeu o Organismo de Direcção Nacional e tomou algumas medidas no sentido de reforçar e melhorar a sua intervenção, nomeadamente a criação do secretariado do O.D.N.

Depois de discutir e aprovar as Teses ao XV Congresso do PCP, a Assembleia de emigrantes comunistas elegeu os seus delegados ao Congresso.

## Tomar População diz «Basta!»

«Tomar está cada vez mais pobre», era o título de um panfleto anónimo dirigido à população de Tomar, convocando-a para uma manifestação, no passado dia 4 de Novembro, na Praça da República.

«Já nos tiraram o Quartel-General, o Hospital Militar, a Estatística, o Seminário» - podia ler-se no panfleto -, «querem tirar-nos especialidades do novo Hospital (...) e agora a Polícia Judiciária».

«Basta! Chega de esperar por um edifício novo para as Finanças», diziam os anónimos promotores da manifestação, ao mesmo tempo que denunciavam o encerramento de empresas e a crise instalada na região.

No dia 2 de Novembro, em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Tomar do PCP, dando o seu apoio a essa manifestação, designadamente pela apreciação que a convocatória fazia em relação à «crise no sector produtivo com influência directa no social» (após alguns anos de gestão PSD e PS), afirma que há certamente «responsáveis por esta situação». E perguntando se entre os promotores não estarão alguns desses responsáveis, garante que denunciará quem com responsabilidades directas ou indirectas tentar sacudir a «água do capote».

«Como está a Regionalização?»; «Como está a promessa da duplicação do FEF para as Autarquias Locais?»; «Como estão os 15 por cento de transferências prometidas para as freguesias?»; são algumas das questões que o PCP coloca, alertando para a campanha de propaganda feita pelo PS a nível nacional e local para fazer esquecer as promessas feitas na última Campanha Eleitoral.

De facto, a manifestação que entretanto se realizou veio confirmar a existência por detrás de si - com o apoio do jornal local e Rádios - do Presidente da Câmara de Tomar, de membros da Assembleia Municipal, do presidente da Junta de freguesia.

E como o PCP também previu, a manifestação - bastante participada - foi por todos mais ou menos aproveitada para uma «sacudida de água do capote» e para a desresponsabilização do Governo.

Particularmente vaiado e assobiado, e quase impedido de falar, foi o deputado do PS, José Mendes, ao tentar no seu discurso brincar e propagandear o Governo.

## Lisnave destrói monumento ao 25 de Abril

Uma peça escultórica comemorativa do 10º aniversário do 25 de Abril foi destruída no estaleiro da Lisnave/Mitre, na semana passada. Denunciando o ocorrido, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP manifesta o seu «mais vivo repúdio» e exige à administração da empresa «o apuramento de responsabilidades» e a tomada de «medidas práticas que reparem tal afronta aos sentimentos democráticos dos trabalhadores e aos valores perenes da Revolução».

O acto, perpetrado «a cober-

to da noite», não está desligado, na opinião da Concelhia do PCP, «da situação que se vive na empresa em resultado do processo dito de «reestruturação» da indústria naval e da Lisnave». Processo que, na prática, se traduz pela transferência «de largos milhões de contos dos cofres do Estado para o grupo Mello», numa significativa redução dos postos de trabalho e na criação de uma nova empresa de que os Mellos se desresponsabilizariam e em que os trabalhadores veriam profundamente afectada a

segurança dos seus postos de trabalho.

Da análise que fazem da situação económica e social do concelho, afirmam os comunistas que o Governo PS está a identificar-se cada vez mais com «os métodos do PSD» e faz do concelho de Setúbal «o paradigma da falta de diálogo e transparência».

A nível autárquico, a Concelhia de Setúbal, assinalando o frenesim com que o Presidente da Câmara Municipal anuncia para os próximos tempos «mundos e fundos», afirma que o PCP

e os eleitos da CDU não deixarão de «confrontar a realização de obras de último recurso com a exigência do término da construção de outras nas quais, nos últimos anos, o PS demonstrou o carácter incompetente e perdulário da sua gestão.»

Pelo seu lado, o PCP defenderá «serenamente» na Assembleia da República, mais uma vez, um conjunto de projectos que melhor dão resposta às necessidades da população do concelho, com a explicitação responsável da dotação orçamental correspondente.



## Indemnizações aos absentistas indignam Alentejo

Os 60 milhões de contos que o Governo, através do secretário de Estado da Agricultura, Capoulas Santos, anunciou como indemnizações a conceder aos grandes proprietários do sul do país estão a indignar os alentejanos, afirma uma nota da comissão concelhia de Montemor-o-Novo. A concelhia observa que o Governo PS tenta agora concretizar uma medida que o PSD, em 1994, não conseguiu aplicar e recorda as muitas reivindicações dos alentejanos sempre adiadas por alegada falta de meios.

Designadamente, o PCP salienta que «dos 40 mil desempregados da região a maior parte não recebe subsídios de desemprego; não há dinheiro para aumentar os salários e as reformas de miséria; não há dinheiro para desenvolver a agricultura e apoiar os agricultores; não há verbas para as autarquias, mas há 60 milhões de contos para oferecer a uma dezena de famílias de latifúndios que se consideram lesadas pela reforma agrária».

Afirmando que aqueles milhões «apenas vão servir para aumentar ainda mais a riqueza dos já muito ricos», a concelhia de Montemor fez as contas e concluiu que com 60 milhões o Estado poderia construir 20 barragens como a dos Minutos, obra para a qual sucessivamente são recusadas verbas e que teriam efeitos benéficos para a reconversão da agricultura e garantiria o abastecimento de água à população.

Os comunistas reportam-se ao período anterior à reforma agrária, sublinhando que na altura «havia mais de 700 mil hectares de terra inculta, cheia de mato e coutadas. Muitos dos grandes proprietários tinham as terras hipotecadas», dívidas que, ao que se sabe, nunca foram pagas.

Hoje o latifúndio foi reconstituído. Após a destruição da reforma agrária, os antigos proprietários «levaram milhões de contos através das famigeradas reservas, do esbulho de gado, de cortiça, máquinas e outro equipamento criado pelos trabalhadores». Em consequência, as terras estão de novo ao abandono e a desertificação acelera. Em 1991, a população residente no Alentejo aproximava-se dos valores registados em 1920! E segundo um estudo recente da CCRA, no ano 2011, o Alentejo terá perdido mais de 87 mil habitantes.

## Viana do Castelo Plano Rodoviário frustra expectativas

Em Janeiro de 1992, «um séquito de ministros e secretários de Estado» veio a Viana do Castelo anunciar com «pompa e circunstância» a modernização da rede rodoviária para o distrito e a calendarização da sua conclusão para 1996, diz em comunicado à população a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP.

Volvidos quatro anos, prossegue a DORVIC, a população do Alto Minho verifica que a sua boa-fé foi uma vez mais iludida. E quando, com a chegada ao poder do Governo do PS, se esperava uma efectiva mudança de políticas, o que se verifica é que o «Plano Rodoviário Nacional 2000, da responsabilidade do ministro Cravinho e que o Governo PS se prepara para fazer aprovar, frustra as esperanças dos mais optimistas e confirma as previsões dos mais cépticos».

Na opinião dos comunistas, o Alto Minho e em particular Viana do Castelo são secundarizados por este Plano que - tal como está elaborado - constitui «um sério travão a um ponderado e criterioso desenvolvimento económico da região».

Depois de denunciar o estado de degradação das vias de comunicação da região, o PCP afirma que para combater «o isolamento, a acentuada desertificação do Interior e as profundas assimetrias» que aqui se registam, urge «a adopção de um conjunto de medidas que venham alterar profundamente este estado de coisas» e que, de «forma integrada», satisfaçam as «velhas, justas e naturais aspirações da população e dos agentes económicos e sociais desta esquecida zona do País».

## Carvalhas em Coimbra Estudantes deram prova de maturidade

Carlos Carvalhas esteve na passada semana na cidade de Coimbra onde manteve encontros com o reitor da Universidade, Rui Alarcão, e com a presidente da Associação Académica, Zita Henriques.

Em conferência de imprensa, realizada a seguir, o dirigente comunista apoiou a luta contra as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo afirmando que «os estudantes deram uma grande prova de maturidade na resposta ao ministro da Educação, que diz que os critérios científicos não se discutem. É voltar

àquela política do antigamente que dizia: uns pensam, os outros trabalham». Segundo defendeu, «devia iniciar-se um processo de diálogo efectivo» e não impor alterações pontuais que são motivadas por critérios economicistas.

Anunciou ainda que o PCP vai apresentar um projecto sobre o financiamento do Ensino Superior qualificado pelo secretário-geral como «uma proposta rigorosa», como é timbre do Partido, que vai dizer onde ir buscar as verbas necessárias. Aliás, o argumento de

que não há dinheiro foi por contestado por Carvalhas que lembrou a entrega pelo Governo de 60 milhões de contos aos grandes proprietários do Alentejo e a atribuição de outros 190 milhões, em isenções fiscais, para empresas da banca e seguros.

Carlos Carvalhas explicou ainda que a decisão do PCP de votar contra o orçamento tem como razão o congelamento dos salários ao mesmo tempo que se prevêem ganhos de produtividade na ordem dos 400 milhões de contos. A promessa de criar

novos postos de trabalho mereceu também um comentário: «30 mil postos de trabalho parece um número muito grande, mas não absorve sequer os jovens que chegam pela primeira vez ao mercado de trabalho» disse Carvalhas.

O programa incluiu ainda uma reunião de trabalho com comissões de luta das populações e terminou com uma reunião de de quadros do distrito, inserida na preparação do 15º Congresso do PCP, onde estiveram também Sérgio Teixeira e Domingos Oliveira.

## Professores da ORL reúnem em Assembleia

Decorreu no passado sábado, em Lisboa, a 4ª assembleia da Organização dos Professores Comunistas do Sector Intelectual da ORL, em cujos trabalhos participaram Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, e Edgar Correia, da Comissão Política.

A assembleia elegeu o novo organismo de direcção, que conta com 22 membros, e aprovou uma resolução política em que defendem um ensino de qualidade para todos. A intervenção activa dos professores comunistas na concretização dos objectivos gerais do partido, na luta pelas grandes causas sociais, em torno dos objectivos específicos da educação e do ensino e da situação socioprofissional dos professores são outras frentes definidas no documento aprovado, cujas ideias principais foram tratadas em pormenor num artigo publicado na semana passada no nosso jornal.



Durante a assembleia, os professores comunistas debateram as teses ao 15º Congresso e elegeram os delegados que estarão no Porto nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro.

## É tempo de agir!

Questionar um ano de (des)governança PS e mostrar a contradição existente entre os seus slogans propagandísticos de progresso e modernidade e a realidade de crescente pauperização e desumanização da sociedade portuguesa que essa

(des)governança provoca é o objectivo da campanha nacional de esclarecimento que o PCP vai realizar na segunda quinzena de Novembro.

Dois cartazes de grandes dimensões (mupis de 1m x 1,5m), um tablóide e uma casse-

te de som são o suporte desta campanha.

A pergunta de «onde está a mudança?», o tablóide que vai ser distribuído responde com a denúncia da política desenvolvida pelo Governo e que se traduz por mais desemprego; por reformas de miséria; pelos enormes sacrifícios que a corrida para a moeda única impõe; pela injustiça social que o Orçamento de

Estado consagra; por uma contenção salarial que só «supostamente» visa a criação de emprego; pela flexibilidade e polivalência.

Afirmando que a entrada de Portugal na moeda única, para além das suas consequências sociais e económicas, representará um duro golpe na soberania nacional, neste jornal o PCP reafirma ainda a necessidade de um referendo sobre o Tratado.

«É tempo de agir!»

esta a principal mensagem que os comunistas com a sua campanha de esclarecimento querem transmitir aos portugueses e em particular aos trabalhadores. E assumindo-se como a **oposição de esquerda**, que apresenta **propostas construtivas**, que quer estar perto de todos os portugueses que aspiram a uma vida melhor, os comunistas apelam à adesão no PCP.

SALÁRIOS · IMPOSTOS · EMPREGO

**CUIDADO!**

Estão a meter a mão na TUA bolsa!

**DEFENDE OS TEUS DIREITOS Junta-te a nós! PCP**

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Justino Jacinto Teles

Com 59 anos, faleceu recentemente no hospital de Évora, vítima de acidente de viação, o camarada Justino Jacinto Teles. No funeral deste camarada, que pertencia à organização do Couço, incorporaram-se centenas de pessoas.

#### Raul Luís Rodrigues

Faleceu no dia 10 de Novembro, vítima de doença prolongada, o camarada Raul Luís Rodrigues, de 65 anos, natural de Évora. Membro fundador da Cooperativa Unidade Operária, pertenceu aos seus corpos sociais. Militante do Partido desde 1974, foi eleito deputado pelo círculo de Évora em 1976 e pertenceu à Comissão Concelhia de Évora do PCP. O seu funeral, que incorporou os seus companheiros de trabalho e muitos camaradas e amigos, constituiu uma grande manifestação de pesar.

#### Maria José Penedo Castanheiro

Com 82 anos de idade, faleceu em 23 de Outubro a camarada Maria José Penedo Castanheiro. Organizada em S. Domingos de Rana, esta camarada era uma grande divulgadora do «Avante!».

#### Domingos dos Santos

Faleceu no passado dia 2 de Novembro, com 81 anos, na freguesia do Castelo, em Lisboa, o camarada Domingos dos Santos. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, este camarada esteve preso no Tarrafal e desenvolveu intensa actividade na freguesia onde habitava.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## TRABALHADORES

# Mais exploração, pior serviço Bancários denunciam os custos dos lucros

Os 160 milhões de contos obtidos em 1995 pela banca resultam da diminuição do emprego, mais exigências e menos direitos dos bancários, degradação dos salários e alastramento do trabalho extraordinário não remunerado, elevada precariedade e instabilidade.

«Os banqueiros devem-lhe desculpas» - realça um comunicado que os eleitos das listas unitárias no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e nas comissões de trabalhadores estão a distribuir à população. Os patrões da banca são responsabilizados pelo facto de os clientes esperarem demasiado tempo na fila, pagarem preços excessivos pelos serviços dos bancos, nunca serem favorecidos nas taxas de juro, não terem dos bancários o tempo e a atenção que merecem.

A completar o quadro, é recordada a situação dos trabalhadores bancários: «Somos cada vez menos em cada balcão; executamos muito mais tarefas, a um ritmo mais rápido e com novas tecnologias; trabalhamos, muitos de nós, com contrato a termo ou recibo verde e sob ameaça de desemprego; também temos os nossos salários degradados; vivemos, ainda,

na expectativa de desemprego, como no caso BPA/BCP; somos praticamente obrigados a trabalhar muitas horas de graça, sob chantagens várias.»

«À custa da exploração dos bancários e do dinheiro que o sr. aí deposita ou paga de juros» os banqueiros «conseguem aumentar os seus lucros e evitar a criação de postos de trabalho» - acusam os eleitos unitários na banca.

## Pagaram para isto...

Comentando a tentativa de despedimento de cerca de 2 mil trabalhadores do Grupo BCP/BPA, o organismo dos bancários de Lisboa do PCP afirma que tal situação «é uma consequência directa das privatizações prosseguidas pela política de direita, quer do PSD, quer do PS, com o objectivo estratégico de reconstituir os grandes

grupos monopolistas e ainda com o proteccionismo descarado, agora do Governo PS, ao grande capital nacional e estrangeiro». «Tomam-se assim mais claras as razões que, segundo dados publicados na comunicação social e não desmentidos, levaram o Grupo BCP/BPA a financiar a última campanha eleitoral do PS», comenta a direcção dos bancários da ORL.

Os bancários comunistas contestam os argumentos patronais que levam ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores, afirmando que expressões como *reestruturações*, *competitividade* ou *globalização* apenas tentam ocultar o objectivo principal de obtenção de maiores lucros - que no BCP/BPA de Jardim Gonçalves se cifram em quase 16 milhões de contos no 3º trimestre de 1996.

O PCP denuncia ainda a «falsidade do carácter voluntário que as administrações atribuem às figuras da *reforma antecipada* e da *rescisão amigável*», contrapondo que, «de facto, vive-se um clima de terror», em que os trabalhadores são «coagidos e chantageados».

O acentuamento da repressão é também denunciado pelos eleitos das listas unitárias no Banco Totta & Açores, onde as hierarquias demonstram «algum nervosismo». Um comunicado recente aponta como motivos «o agudizar da concorrência, o estrangulamento económico e financeiro provocado pelos critérios de Maastricht e ainda a "síndrome Champalimaud"».

As experiências de reestruturação no Banco Espírito Santo e no BCP/BPA levou o secretariado da secção do SBSI no Crédito Predial Português (também do Grupo Champalimaud) a alertar os trabalhadores desta instituição para o que poderá estar na forja com o «Projecto Harmonia»: «Certamente que o processo de reestruturação no Grupo BPSM/BTA/PPP/Mundial assumirá os mesmos objectivos», afirma-se num comunicado que chama ainda a atenção para a entrega de serviços das instituições de crédito a empresas estranhas ao sector, o que representa uma ameaça de «esvaziamento profundo da actividade bancária, de redução brutal da classe bancária».

# Mais de mil contos a cada trabalhador 300 empresas devem 9 milhões ao pessoal

«As políticas macroeconómicas que têm vindo a ser seguidas no nosso país têm provocado a destruição do aparelho produtivo, em grande parte dos sectores, com o consequente aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precário, a degradação da situação profissional dos trabalhadores, a generalização das violações aos direitos laborais» - denunciou na semana passada a Comissão Executiva da CGTP-IN.

Em conferência de imprensa, a central apontou exemplos concretos de destruição de postos de trabalho e violações de direitos. Atenção especial foi dada ao problema dos salários em atraso e outras dívidas de empresas aos trabalhadores. Ressalvando tratar-se de um levantamento incompleto, resultante apenas de uma solicitação às estruturas sindicais para que apontassem alguns casos verificados nos diferentes sectores e regiões, a CGTP concluiu que **cerca de 300 empresas, envolvendo quase 9 mil trabalhadores, têm dívidas superiores a 9 milhões de contos, relativas a remunerações (5 milhões de contos de salários, horas extra, subsídios de férias e Natal) e a indemnizações por despedimento. Acima do milhão de contos de dívidas ao pessoal encontram-se o sector têxtil (sobretudo da Eurofil, Lanifícios do Tejo, EIP, Xavi, FM Durães e Mincalça), os fabricantes de material eléctrico e electrónico (destacam-se a Elcan, Electro Alfa, Frapil, Euroaudio e HR Teixeira Ramalho), e a construção civil e madeiras (com realce para**

a EUT, a ERG e a Amadeu Gaudêncio); com montantes próximos dos 700 mil contos surgem a celulose, papel, gráfica e imprensa (230 mil contos só da Copinaque), a química e farmacêutica (217 mil contos da Cifa e 132 mil da Sundlete), a metalurgia e metalomecânica (Cidade & Irmãos e Argibay, nomeadamente), a hotelaria (600 mil só da SAAL), e os transportes aéreos (Lar/Euroair).

Quase 8 milhões de contos dizem respeito a empresas que faliram ou estão encerradas.

## Desemprego sem resposta

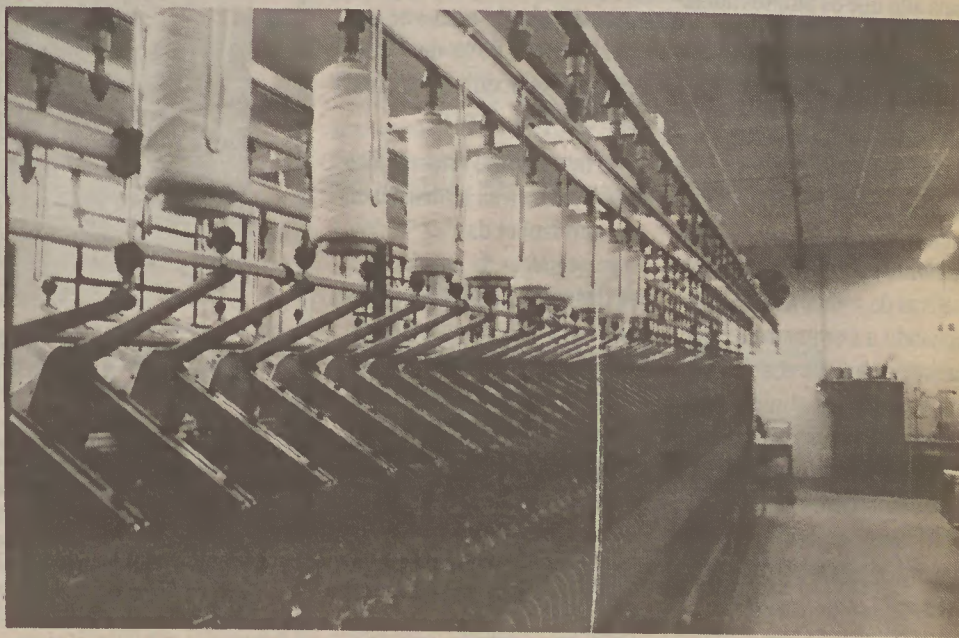
A proposta de acordo sobre concertação estratégica, apresentada na semana passada pelo Governo,

«nem de perto, nem de longe responde» ao agravamento do desemprego que a CGTP tem denunciado e sobre o qual voltou a apontar números significativos no dia 5 - disse José Ernesto Cartaxo ao «Avante!».

Entre os casos de destruição de emprego referidos pela central figuram a ex-RN, a Quimigal, a EDP e a Portucel (universo onde, no total, existem hoje menos 27 mil postos de trabalho) e os distritos de Braga (mais 4 mil desempregados de Janeiro a Setembro deste ano), Setúbal (um aumento de 5 mil desempregados por ano), Porto (mais 7 mil desempregados registados entre Julho de 1995 e Agosto de 1996) e Lisboa (tinha em Agosto mais 23 por cento de desempregados que um ano antes).

O documento do Governo -

sobre o qual se deverá pronunciar na segunda-feira o Conselho Nacional da CGTP - aponta, relativamente ao emprego, «metas e objectivos que não têm concretização», comentou anteaquem aquele dirigente sindical, sublinhando que «não se supera o desemprego insistindo nas mesmas políticas que provocam o desemprego». Recordando que anteriores governos «prometeram muitos postos de trabalho, exigindo sacrifícios aos trabalhadores, mas isso não parou o desemprego», José Ernesto Cartaxo acentuou o facto de este executivo, na proposta entregue aos parceiros sociais, apontar a moeda única como desígnio nacional, o que contradiz a criação de emprego, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e o desenvolvimento do País.



Empresas do sector têxtil devem aos trabalhadores mais de 2 milhões de contos, refere a CGTP



## O AVISO DOS POLÍCIAS

Foram dados mais 30 dias ao Governo para implementar uma série de medidas reivindicadas pela Associação Sócio-Profissional da Polícia, a começar pela aceitação da existência de um sindicato. O aviso foi feito pelos quase 130 participantes no encontro nacional de dirigentes e delegados da ASPP, realizado dia 6 em Lisboa e onde foi aprovada uma resolução protestando contra «a continuada e agravada situação do protelamento da concretização das aspirações mais simples dos profissionais de polícia». No final do encontro, os activistas da ASPP deslocaram-se ao Ministério da Administração Interna, onde entregaram a resolução; em sinal de protesto, depositaram à porta do MAI dezenas de bonés em que afixaram palavras de ordem com as suas principais exigências.

## TELECOM À MODA ANTIGA

«A grande viragem para o mercado», projecto de reestruturação recentemente apresentado pela administração da Portugal Telecom, já deu origem a «movimentações nos bastidores políticos», as quais, «a exemplo das reestruturações anteriores», nada têm a ver com alegadas exigências do mercado - alerta a Comissão de Trabalhadores da PT. Num comunicado em que recorda que pretextos semelhantes «foi utilizado nas últimas reestruturações, nomeadamente as presididas pelo eng.º Todo Bom, e com resultados desastrosos para os trabalhadores, para a empresa e para os clientes», a CT manifesta a sua apreensão face ao projecto, coloca diversas questões e sublinha que «o grande ganhador deste processo foi a multinacional Mercer, que tem todos os seus gastos de funcionamento pagos pela PT e que meteu no saco 720 mil contos do erário público pelo trabalho apresentado». Protesta ainda por, contrariamente ao exigido pela Lei e a Constituição, não ter sido solicitado o parecer prévio da CT relativamente a determinados pontos do projecto.

## PETROGAL

Desequilíbrios e desajustamentos socioprofissionais são uma das expressões da «aberrante política social que vem imperando na Petrogal», envolvendo nomeadamente sectores das refinarias e motivando movimentações de protesto dos trabalhadores. Ao denunciar esta situação, a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal dá nota da disposição de luta (expressa na aprovação de vários dias de greve na refinaria de Sines e na convocação de um plenário geral no Porto) por «uma política salarial séria», que abandone a «prática salarial discriminatória» dos actos de gestão, substituindo-a por «um Acordo de Empresa que abranja todos os trabalhadores sem excepção».

## RODOVIÁRIA

A greve da semana passada na Rodoviária do Tejo teve «índices de adesão na ordem dos 70 por cento», segundo a federação do sector. A Festru/CGTP salienta que esta participação na luta de dias 7 e 8 se verificou «não obstante a repressão exercida sobre os trabalhadores, com ameaças de retirada de serviços e não renovação dos contratos» a termo. A paralisação de 48 horas inseriu-se na luta para que seja reposto o poder de compra dos salários (por acto de gestão, houve em Julho um aumento de 3 por cento, comprometendo-se então a administração a corrigir aquele valor, tendo nomeadamente em conta as actualizações salariais superiores a 4,5 por cento noutras transportadoras). A federação aponta ainda como razões da luta a violação do AE, nomeadamente no que respeita a funções profissionais, horários e outros direitos.



## NACIONAL

# Estudantes contra política de Educação

## A luta continua

A contestação às anunciadas alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e a crítica à ausência de diálogo marcam todo um movimento estudantil que se tem vindo a desenvolver nas diferentes universidades do país.

As Associações académicas decidiram, em reunião realizada domingo passado na Faculdade de Engenharia do Porto, apresentar uma série de exigências e pedir ao Conselho de Reitores que defina uma posição clara sobre as alterações à Lei de Bases.

Em causa estão o perfil e qualificação dos professores do 3º ciclo, a falta de diálogo e de simples informação por parte do governo.

O protesto une os estudantes universitários, de Viseu ao

Algarve, Coimbra a Trás-os-Montes e Aveiro, de par das universidades de Lisboa e Porto. Com uma preocupação de fundo - que marcou o Encontro Nacional de Associações Académicas realizado a semana passada - evitar a desunião entre estudantes universitários e politécnicos.

O Senado da Universidade de Coimbra ratificou os pareceres - desfavoráveis às alterações à Lei - dos conselhos científicos das faculdades de Ciências e de Letras e critica

o facto de "o Governo ter remetido à Assembleia da República uma proposta de alteração", sem que previamente tenha havido qualquer discussão com "os diversos protagonistas do sistema".

### JCP denuncia fraude

"A proposta de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), no que se refere ao sistema de graus académicos e de formação inicial dos professores, constitui uma fraude em todos os aspectos", afirma a Organização do Ensino Superior de Évora da JCP, que considera que "a alteração proposta tem

como único objectivo, não valorizar o papel das Escolas Superiores de Educação e do Ensino Superior Politécnico, mas sim *embaratecer* a formação inicial de docentes e consequentemente todo o Ensino Superior".

A JCP sublinha ainda a falta de diálogo e refere as declarações do ministro da Educação na sessão solene de abertura das aulas na Universidade de Évora, em que este disse "que muitas sessões de abertura dos anos lectivos servem, entre outras coisas, para *fustigar o poder político*". O que na prática significa que "Marçal Grilo não admite críticas, não admite o direito de qualquer Reitor ou

Presidente de uma Associação de estudantes propor medidas concretas para a resolução de problemas que enfrentam".

Neste quadro, a JCP do Algarve e de Braga propõem: **eliminação gradual do *numerus clausus***, "criando-se um novo regime que harmonize as necessidades de desenvolvimento do país e as preferências dos candidatos, através de um sistema de acesso assente na avaliação contínua, valorizada e complementada com Provas Nacionais de Capacidade por agrupamento de cursos/áreas"; consagração da **gratuidade de todos os graus de ensino numa rede pública,**

"com capacidade para receber todos os estudantes que a desejam frequentar"; criação de **um grau único de formação inicial no Ensino Superior**, acabando com diferenciações administrativas e classistas e partindo para a criação de um sistema único "com cursos diferentes para objectivos diferentes"; **atribuição de capacidade financeira, pedagógica e científica ao Ensino Superior Politécnico.**

A JCP de Braga e do Algarve congratulam-se ainda com a solidariedade entre estudantes dos Politécnico e Universitário e apelam à mobilização de todos para a luta contra esta política de Educação.

## Jovens solidários com povo de Timor

Mais um ano volvido sobre o massacre de Santa Cruz, poucas semanas antes da data que assinala a invasão de Timor pela Indonésia (7/12/75), diferentes organizações juvenis lançam novos apelos à solidariedade com o povo maubere, para que a luta dos timorenses não seja ignorada.

A JCP-Algarve vai realizar nas próximas semanas uma Jornada de Solidariedade com Timor.

O lançamento desta Jornada será amanhã, em Olhão, pelas 21 horas, no largo da Escola Secundária Francisco Lopes, com a construção de um monumento alusivo ao sofrimento do povo maubere.

A nível regional, a JCP irá distribuir aos jovens algarvios um documento sobre Timor com alguns factos sobre repressão e luta e a hipocrisia de países como "os EUA, a Austrália, a Alemanha ou a Holanda", para os quais "os interesses económicos falam mais alto que os direitos humanos".

Exigindo solidariedade activa com o povo maubere, *para que a chama da liberdade não se apague*, a JCP-Algarve apela a todos os jovens "que façam de Timor uma **causa nacional**, participando em iniciativas de solidariedade, pressionando a Comunidade Internacional para que acabe com a sua vergonhosa atitude, pressionando o Governo português para que este assumira uma atitude mais firme na UE e na ONU, aproveitando o reconhecimento internacional da causa timorense com a atribuição do Prémio Nobel da Paz e o facto de Portugal pertencer breve-

# TIMOR

# LIBERDADE INDEPENDÊNCIA



JCP Juventude Comunista Portuguesa . nov 96

mente ao Conselho de Segurança da ONU".

Também a **Interjovem/Porto** "exorta as entidades nacionais e internacionais para que de uma vez por todas definam as suas posições, pressionando a Indonésia para que respeite as linhas traçadas pelas negociações em curso, permitindo de uma vez por todas que o Povo de Timor decida, em liberdade, o caminho que quer adoptar".

A **Interjovem/Porto** sublinha a importância da atribuição do prémio Nobel da Paz "a dois representantes da luta do Povo de Timor" e pergunta-se quais as razões "que levam os Estados Unidos e as Nações Unidas a interferirem nos vários conflitos que vão proliferando por esse mundo fora, em nome dos direitos humanos e da liberdade de opção ou escolha, e em relação a Timor Leste as dificuldades até de se aflorar esta questão continuam a ser muitas?".

## Jovens de Lisboa debatem Direitos e Regionalização

Direitos dos Jovens, Direitos Humanos e Regionalização, foram os três temas em debate pelo Conselho Municipal da Juventude da Câmara de Lisboa, que reuniu, sábado passado, na Escola 167 do Bairro Padre Cruz, com a presença de 91 participantes em representação de 39 associações e Juntas de Freguesia.

O Conselho teve como comissão organizadora as associações juvenis Renascer e Morna e o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC). O Pelouro da Juventude da Câmara de Lisboa foi representado pelo seu responsável, vereador António Abreu.

O direito a uma escola pública de qualidade, é uma das conclusões do debate sobre **Direitos dos jovens - educação e cultura**, em que se alertou os jovens para que estejam conscientes dos direitos consagrados na Constituição da República e se defendeu a implementação de um ensino gratuito.

Uma outra questão abordada foi a importância fundamental da cultura no quotidiano e o

contributo dos artistas para a qualidade de vida. Um contributo que se considerou essencial valorizar, de par do desenvolvimento de relações entre as escolas e as organizações culturais para a promoção da cultura.

**Direitos humanos - minorias, solidariedade social, cooperação e solidariedade internacional** foi outro dos temas debatidos. Os participantes abordaram questões tão diversas como os efeitos negativos da importação de modelos de desenvolvimento ou a necessidade de apoios e de um novo estatuto para as ONG's (Organizações Não Governamentais) que participem em projectos de cooperação.

Para o painel sobre **Regionalização** foram convidadas a Juventude Socialista, a Juventude Social-Democrata, a Juventude Comunista Portuguesa e a Juventude Centrista-Gerações Populares, mas só os jovens comunistas compareceram.

Os participantes defenderam a melhoria da informação disponível sobre regionalização, tanto no seu acesso como na sua clareza e dirigiram um apelo aos órgãos de comunicação social no sentido de promoverem debates esclarecedores sobre a regionalização, não se cingindo apenas à polémica em torno do referendo.

De par destes debates realizaram-se ainda mesas de trabalho sobre educação, cultura, cooperação e solidariedade internacional, solidariedade social e minorias.

O Conselho Municipal da Juventude é um órgão de consulta, informação e consulta junto da Câmara Municipal de Lisboa (CML), cujo funcionamento é assegurado pelo Pelouro da Juventude. Tem como objectivos - debater política municipal; informar a CML dos problemas dos jovens do concelho; promover a cooperação das associações juvenis com as diferentes áreas da CML; debater temas de âmbito mais vasto que o municipal, que se prendam com a situação juvenil.



## Corta-Mato na Atalaia

Realizou-se domingo passado, na Quinta da Atalaia, o VII Corta Mato Cidade de Amora. Uma iniciativa organizada pela Junta de Freguesia de Amora, com o apoio da Câmara Municipal do Seixal. Esta prova, aberta a atletas de ambos os sexos, federados e populares, conta para o XI Troféu da Câmara Municipal do Seixal. A prova abarca diferentes escalões - infantis, iniciados, juvenis e juniores, seniores, pré-veteranos e veteranos, oscilando os prémios - por equipa - entre os 125 mil escudos e os 10 mil escudos.



# Entre a solidariedade oferecida e a solidariedade regateada

A Câmara de Lisboa não parou. As obras de recuperação deverão ser rápidas. Entretanto, em dissonância com o movimento de solidariedade dos lisboetas para com a sua Câmara, foi preciso vencer oposições e inércias inexplicáveis no Parlamento Europeu para fazer subir ao plenário uma resolução de apoio e solidariedade.

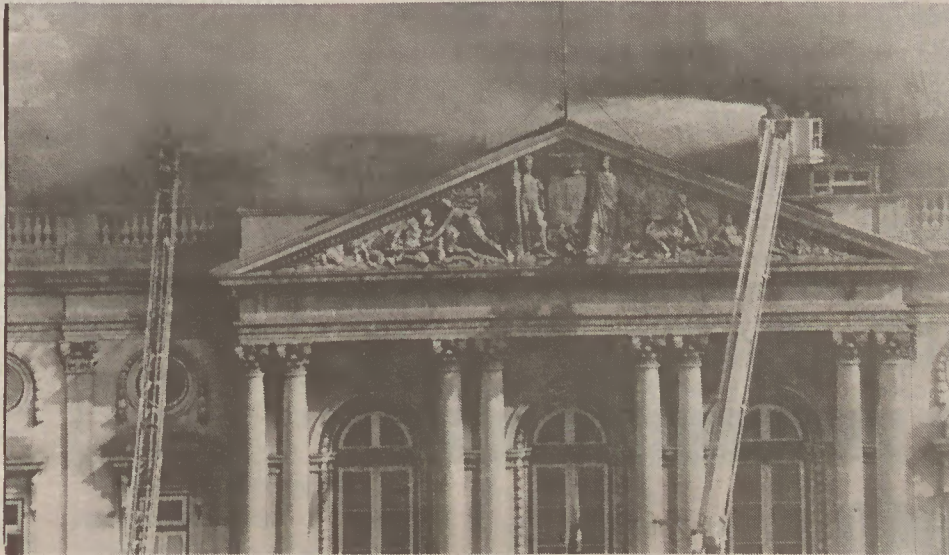
Uma semana após o incêndio que afetou profundamente os Paços do Concelho de Lisboa, estará pronta a cobertura provisória da Câmara e as obras de reconstrução do edifício deverão ser rápidas. Estas algumas das decisões da reunião extraordinária da Assembleia Municipal, simbolicamente realizada no Salão Nobre da Autarquia, enquanto os serviços camarários se mudaram para instalações provisórias e se garantia que todos os programas da Câmara continuam a ser cumpridos.

Toda uma dinâmica - sensível desde os primeiros momentos após o deflagrar do incêndio - para que a Câmara não parasse. Dinâmica apoiada - como sublinha o vereador António Abreu, em entrevista publicada nas páginas centrais do "Avante!" - por um "impressionante movimento de solidariedade", que envolveu juntas de freguesia, associações, escolas e muitas outras pessoas e instituições, e deixou "o testemunho de um vínculo muito grande entre os lisboetas e a sua Câmara".

Idêntica solidariedade não se manifestou, entretanto, ao nível do Parlamento Europeu (PE). Uma primeira iniciativa nesse sentido do Grupo da Esquerda Unitária (a que o PCP pertence) saiu gorada na reunião da confe-

resolução sobre o incêndio que destruiu a semana passada parte do edifício histórico dos Paços do Concelho. A proposta - após fazer referência aos importantes estragos materiais e manifestar a solidariedade com o povo de Lisboa, o executivo municipal e os trabalhadores da

Esta proposta quase saiu gorada, por ter sido recusada na reunião da conferência dos presidentes dos grupos políticos do PE (que decide quais os temas a incluir nas questões urgentes), perante a passividade dos demais grupos políticos, incluindo o representante do grupo



Deputados e dirigentes comunistas entre os muitos populares presentes junto à Câmara de Lisboa, enquanto o fogo lavrava



rência dos presidentes dos grupos políticos do PE.

Nesta segunda-feira, deputados do Grupo da Esquerda Unitária apresentaram ao PE, em Estrasburgo, uma proposta de

autarquia - recomenda à Comissão Europeia "que se disponibilize a prestar os apoios adequados e possíveis junto do Município de Lisboa e do governo português".

socialista (o maior do PE). Os deputados do PCP não desistiram e interpuseram recurso, que veio a ser aprovado. O PE vai mesmo apreciar a proposta de solidariedade, e seguramente aprová-la, em sessão plenária.

No rescaldo do fogo - em que foi possível salvar o arquivo histórico, perdendo-se entretanto vasta documentação dos serviços de apoio à gestão municipal - fica ainda o alerta quanto aos riscos de incêndio na zona histórica da cidade. Apenas 30 por cento dos edifícios da Baixa e do Chiado fizeram as obras contra incêndios consideradas essenciais depois do fogo de 1988.

## Esgotos na Vila Flamiano

A Vila Flamiano, em Xabregas, na Freguesia alfacinha do Beato, engalanou-se no passado sábado para festejar um acontecimento relevante na sua história centenária - a inauguração dum moderno sistema de saneamento, acompanhado do asfaltamento e arranjo de todo o espaço público. A obra é da Câmara Municipal de Lisboa e Rui Godinho, o vereador responsável pela sua execução, recebeu os agradecimentos em nome do município.

É preciso saber o que é uma «Vila» de Lisboa para se avaliar a importância deste melhoramento inaugurado no passado sábado, em Xabregas.

As chamadas «Vilas» são o resultado directo do surto de industrialização que marcou Lisboa na viragem do século XIX para o século XX, quando a burguesia liberal da época verificou a vantagem de criar infra-estruturas mínimas, nomeadamente de habitação, para abrigar junto às fábricas as crescentes legiões de operários recrutados entre camponeses entretanto proletarizados.

A Vila Flamiano foi das primeiras a ser construídas, concretamente a 22 de Outubro de 1888, como orgulhosamente recordam os seus actuais moradores, para servir a então famosa «Fábrica do Black», dos Têxteis de Xabregas. Originariamente, a Vila foi dotada com um sistema elementar de esgotos, que deixou de funcionar nos anos 40, ninguém se preocupando desde então em os arranjar.

Compreende-se, por isso, a grande satisfação das dezenas de famílias que actualmente habitam a Vila Flamiano quando

viram, finalmente, não apenas resolvido este problema básico, como o melhoramento de todo o espaço público comum, nomeadamente através do seu asfaltamento, já realizado, e a plantação de árvores, bancos e outros equipamentos de lazer a concretizar em breve.

Esta preocupação da Coligação Por Lisboa em recuperar as Vilas operárias da capital já vem de longe porque, como assinalou Rui Godinho - ele próprio o primeiro protagonista do grande trabalho de reabilitação urbana em curso nos mais diversos locais importantes da cidade -, «estas Vilas não têm apenas significado histórico; há, entre elas, autênticas jóias de património arquitectónico». Afirmando que «sempre nos preocupámos bastante com o que faz de Lisboa uma cidade diferente», considerou que «os Pátios e as Vilas operárias são, decerto, dos mais fortes elementos da personalidade da cidade» recordando que

«identificámos cerca de 1000 Vilas e Pátios na cidade de Lisboa». E acrescentou que «embora nem todas possam ser recuperadas, entre 100 a 200 podem sê-lo. São testemunhos da viragem do século XIX para o século XX: agora recuperamo-los para a viragem do milénio». Respondendo aos agradecimentos da população presente, o vereador responsável pelos serviços de Higiene Urbana da cidade frisou que «quando fazemos melhoramentos para a vida das pessoas, não fazemos mais que a nossa obrigação».

A festa foi promovida por uma comissão de moradores que, como afirmou o presidente da Junta do Beato, António Augusto Pereira, «há-de constituir-se numa dinâmica comissão de moradores». E sabe do que fala, porque ele próprio tem sido um dos grandes dinamizadores da organização dos habitantes da Vila Flamiano em defesa dos seus interesses.

## Pensões e demagogia

O MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, denuncia, em comunicado à imprensa, a insuficiência dos aumentos agora atribuídos às pensões para 1997 e considera particularmente escandaloso "que os respectivos aumentos sejam acentuadamente inferiores aos do ano passado".

O MURPI sublinha ainda, considerando os aumentos de 1996/97 em comparação com o montante do salário mínimo nacional, que o valor das pensões se afasta cada vez mais do salário mínimo nacional e denuncia os *bonus* como discriminatórios e anticonstitucionais, pois que "na aplicação do cálculo da pensão os anos de desconto já foram considerados".

"O que há a alterar para melhor, é o próprio cálculo", diz-se no comunicado do MURPI, que reivindica "a melhoria, de forma socialmente justa, de todas as pensões degradadas".

O comunicado lembra ainda que, enquanto os aumentos das pensões oscilam entre os 2,5 e 5%, "grande parte dos medicamentos sofrem aumentos de 8%".

## Mais um acidente em Carcavelos

Mais uma pessoa foi vítima de acidente, sábado passado, na Avenida que faz a ligação da rotunda de Sassoeiros à Escola Secundária de Carcavelos. Uma avenida que serve um denso aglomerado populacional - o Bairro da Checlos, de S. Miguel das Encostas e o Bairro das Silveiras - e é diariamente percorrido por muitas centenas de pessoas, sobretudo pelos jovens que frequentam a escola. Uma rua que, entretanto, como denunciaram os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Carcavelos, "não tem passeios e os passeios que existem não estão calcetados", não estando acatueadas as condições de segurança.

Em nota à imprensa, a CDU responsabiliza as Autarquias - Junta e Câmara - "por este, pelos passados e pelos futuros acidentes que vierem a ocorrer, dado que, estas Autarquias têm pleno conhecimento do assunto através de propostas nossas aprovadas por unanimidade na Assembleia de Freguesia e na Câmara e por frequentes e veementes chamadas de atenção, como aconteceu no passado dia 23 de Outubro, na reunião da Assembleia de Freguesia".

## Porto a favor das Regiões Administrativas

A Assembleia Municipal do Porto, reunida extraordinariamente no passado dia 9 de Novembro, votou favoravelmente as duas moções apresentadas pela CDU e pelo PS, pela criação das Regiões Administrativas.

Na apresentação da Moção da CDU, por Rui Sá, foi sublinhado o facto de a Regionalização constituir um imperativo constitucional, nacional, democrático e também ético - porque há compromissos eleitorais a cumprir.

## Convívio da JCP no Barreiro

No âmbito das comemorações do 17º aniversário da Juventude Comunista Portuguesa, a JCP do Barreiro realizou sábado passado um convívio seguido de magusto.

Na intervenção política, Sónia Malacão fez um balanço positivo da luta e intervenção da JCP no concelho, sem esquecer as lutas de estudantes e trabalhadores em torno das alterações propostas pelo governo à Lei de Bases do Sistema Educativo e dos cortes previstos, também para o concelho do Barreiro, no Orçamento Geral do Estado para 1997.

## Apoio à luta dos hemofílicos

A CNOD, Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, constituída por mais de duas dezenas de Associações de e para deficientes, entre elas a Associação Portuguesa dos Hemofílicos, manifestou a sua surpresa "pelo branqueamento que se pretende dar à imagem da Drª Leonor Beleza enquanto Ministra da Saúde". A CNOD lembra que "em consequência das decisões por si leviana e irresponsavelmente tomadas foram infectados, a saber, cento e quarenta hemofílicos, dos quais setenta já faleceram". A CNOD exige que "em memória dos mortos e na defesa dos direitos, ainda possíveis, dos afectados, a justiça portuguesa actue de acordo com a sua ética e consciência contrariando a hipocrisia e folclore que parece reinar no tratamento de tão grave problema".

## «Verdes» contra eucaliptização de Arouca

O Grupo Parlamentar de «Os Verdes» exigiu do Ministério da Agricultura resposta sobre a plantação intensiva e abusiva de eucaliptos no concelho de Arouca, designadamente no lugar de Bustelo, freguesia de Alvarenga, "local de grande valor ecológico que integra a rede Natura 2000".

"Os Verdes" exigem concretamente resposta sobre o licenciamento daquela plantação de eucaliptos pela Portucel e sobre as medidas a tomar relativamente a uma "área riquíssima em termos ecológicos" e reafirmam não aceitar a "inexistência de um correcto ordenamento florestal em Portugal".



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Candidaturas de cidadãos independentes Piruetas do PS geram trapalhada política

As formações parlamentares do PS e PSD voltaram a entender-se, desta feita, numa matéria que o deputado comunista Luís Sá apelidou de "uma das maiores trapalhadas políticas já inventadas na história constitucional". Foi na passada semana em torno de um diploma socialista, aprovado com os votos daqueles partidos e a abstenção de todos os restantes, que consagra a possibilidade de grupos de cidadãos eleitores apresentarem candidaturas aos municípios.

A história que envolve esta questão é já antiga - remonta à Assembleia Constituinte quando o PCP foi o primeiro a propor esta possibilidade, a qual acabaria por não ser aceite devido à oposição do PS, PSD e CDS -, tendo conhecido em sucessivas ocasiões, ao longo dos anos, novos capítulos cujo desfecho acabou por ser sempre a

rejeição da medida. No quadro de "piruetas", assim lhe chamou Luís Sá, em que se revelaram exímios alguns partidos com representação parlamentar, só mesmo o PCP desde a primeira hora, em todos os debates travados, manteve em relação a esta questão uma posição coerente: "nas revisões constitucionais manteve a mesma posição da

Assembleia Constituinte; fora das revisões constitucionais defendeu que a constitucionalidade da alteração coloca dúvidas e por isso absteve-se".

Ora quando esta matéria está neste preciso momento em adiantada fase de debate no âmbito da revisão constitucional, a questão que necessariamente não podia deixar de ser colocada - e foi isso que fez o Grupo comunista - era a de saber "o que faz correr o PS" que o levou, fora de tempo, a obrigar o Parlamento a discutir um projecto de lei que se antecipa à revisão constitucional, e que, na sua substância, suscita precisamente dúvidas de constitucionalidade, como o próprio PS noutras ocasiões reconheceu.

A resposta deu-a ainda Luís Sá ao encontrar como única explicação para o procedimento a "agitação frenética" que se apossou do PS com o único objectivo, frisou, "de mostrar aos independentes que participaram nos Estados Gerais que afinal alguma coisa vai mudar, designadamente no sentido de um maior papel desses independentes no sistema político, para compensar tudo aquilo que deveria ter mudado e não mudou".

Só que esta matéria, como tratou de demonstrar o parlamentar comunista, está longe de corresponder à mudança política fundamental em que os portugueses votaram. Reconhecendo-lhe alguma importância, Luís Sá não deixou todavia de relativizar as porções e o seu alcance político,

assinalando a propósito, por exemplo, de acordo com dados estatísticos, que as listas apresentadas por "grupos de cidadãos eleitores" ao nível das freguesias registou um valor médio de 264 - em mais de 4.200 freguesias - e que a percentagem de votos obtida, também em valores médios, não foi além dos dois por cento em todos os actos eleitorais.

Mas a questão mais importantes para a qual Luís Sá chamou a atenção prende-se com o facto de um bom número de grupos de cidadãos eleitores, enfatizou, "não serem listas de verdadeiros independentes, mas sim formas de coligação encoberta e não assumida entre partidos", não se

tratando, por conseguinte, em muitos casos, de uma "alternativa aos partidos", mas sim de uma "forma de actuação partidária por outros meios".

Realçado por Luís Sá foi ainda o problema do financiamento das candidaturas de "grupos de cidadãos independentes". No seu entender a questão coloca-se com especial relevância em grandes municípios, onde "as campanhas já são relativamente sofisticadas", na medida em que poderá abrir-se mais a porta para "candidaturas ligadas a interesses poderosos e, eventualmente, à especulação e a actividades de delapidação do ambiente, sempre que entenderem que não são contemplados pelos candidatos dos partidos".

## Em causa a liberdade condicional Apostar na ressocialização do condenado

O projecto de lei do PSD que agrava o actual regime de liberdade condicional foi viabilizado no Parlamento. Com os votos contra do PCP e do PEV, o diploma acabou por passar face à abstenção do PS, que não viu aceite o seu pedido para que o diploma baixasse à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para debate na especialidade, em conjunto com a proposta de lei sobre a mesma matéria que o Governo vai enviar ao Parlamento.

Destino diferente teve o projecto do CDS/PP, ao ser chumbado por razões que não foram certamente alheias ao facto de manter como filosofia, como assinalou a deputada comunista Odete Santos, a defesa do "terror penal, numa clara demonstração de completa desconfiança perante o ser humano".

Com esta iniciativa legislativa, nas suas linhas fundamentais, o PSD veio claramente inflectir o posicionamento que se lhe conhecia nesta matéria. Odete Santos, no decorrer do debate, tratou de o lembrar ao comparar as actuais posições com as defendidas há dois anos

a propósito das alterações ao Código Penal. Na altura, frisou, para o ministro da Justiça do Governo PSD a situação "era de uma quase nupcialidade entre a Justiça penal e o cidadão".

O que levou então o PSD a mudar e, concretamente, a abandonar a ideia de ressocialização do delinquente? A resposta deu-a Odete Santos ao adiantar como explicação para esta atitude o facto de o PSD ter sido "derrotado pela inequívoca vontade popular de mudar de política", e nessa medida, procurar agora, "desesperadamente, as formas, ainda que demagógicas, de conquistar a opinião pública".

E fê-lo, acrescentou, apresentando um projecto "com manifestas deficiências técnico-jurídicas", insistindo numa lista de crimes, "construída sem cuidado, na pressa de obter soluções penais simbólicas". Isso mesmo é evidente, por exemplo, quando, por um lado, propõe que o condenado pelo crime de estupro - crime condenado com uma pena de prisão até dois anos ou em alternativa com uma simples multa até 240 dias - não possa ter liberdade condicional, ao mesmo tempo que, por outro lado, deixa de fora um crime como o de tortura e outros tratamentos cruéis (artigo 244º), punido, nos casos mais graves, com prisão que pode ir entre oito e dezasseis.

"Esta não é uma maneira séria de encarar a criminalidade", sublinhou Odete Santos, tanto mais que, acrescentou, o PSD aprovou nas alterações ao Código Penal "abaixamento de molduras penais nos crimes de rapto e sequestro, descriminalizou condutas nos casos de trá-

fico de pessoas, de lenocínio de maiores, aprovou penas leves para os casos de utilização de menores na pornografia".

Entendendo que o projecto do PSD constitui a confissão da sua "completa falência no combate à criminalidade", Odete Santos põe ainda o dedo na ferida ao introduzir no debate a estreita relação existente entre qualquer reforma do sistema penitenciário e as mudanças que urgem na área da política social.

"A grande ofensiva contra os direitos sociais, o desemprego, a exclusão social, resultantes de uma política que fez triunfar as desigualdades - observou -, criou o desvalor das normas

penais, nas vítimas e delinquentes, e isto sempre acontece em qualquer sociedade gizada para benefício de alguns e caracterizada pela extrema violência contra o infortúnio de muitos".

A esta luz melhor compreendida é, pois, a posição defendida pela bancada comunista quando afirma pela voz de Odete Santos que a liberdade condicional tem em vista "pôr à prova o condenado", uma vez que "ele pode ser obrigado a regras de conduta bem duras", isto é, "submetido a planos individuais de readaptação".

Ora se este instituto funcionar e for devidamente fiscalizado o cumprimento das obriga-

ções, como assinalou a deputada do PCP, o condenado é verdadeiramente posto à prova neste período de readaptação à vida em sociedade, cumprindo naturalmente a resto da condenação se provar que não está ressocializado.

"A liberdade condicional, se for condicional e não definitiva, tem afinal por objectivo a defesa da paz social", acrescentou Odete Santos, para logo concluir que qualquer sistema baseado na supressão deste instituto é a "confissão da falência dos objectivos de ressocialização", desprotegendo simultaneamente a "sociedade porque transforma as prisões em meros armazéns de reclusos".

## Por falta de equipamentos Há Faculdades encerradas no Porto

Algo de verdadeiramente incrível está a acontecer na Universidade do Porto, concretamente nas Faculdades de Medicina Dentária e de Ciências do Desporto e Educação Física. Construídas, a primeira, há mais de dois anos, a segunda, há um ano (esta, até com inauguração do anterior primeiro-ministro), ambas têm uma particularidade: não funcionam, estão desertas de alunos. A razão? Falta de equipamentos, pura e simplesmente.

Descontentes, como não podia deixar de ser, estão os alunos, sujeitos, no caso da Faculdade de Medicina, a manterem-se armazenados em «barracões» de pré-fabricado, há longos anos provisórios, e cada vez mais degradados, enquanto que os da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, esses, continuam dispersos por cinco

instalações diferentes na cidade do Porto.

Preocupados com esta insólita situação estão também os deputados comunistas João Amaral e José Calçada que já tomaram posição sobre o assunto, quer através de requerimento dirigido ao Ministério da Educação, quer levantando o assunto no final da semana transacta no decorrer da habitual sessão de perguntas ao Governo.

No texto do requerimento, onde questionam o Executivo sobre as medidas que esta pensa adoptar com vista à abertura urgente das duas faculdades, os parlamentares do PCP chamam particularmente a atenção para o facto de nestas condições não sair favorecida ou dignificada a qualidade do ensino superior público ou do trabalho de todos aqueles que o integram, sejam professores ou investigadores, alunos ou funcionários.

## Estatuto do pessoal da Assembleia da República

Reuniu um largo consenso entre os deputados o projecto de resolução relativo à alteração das carreiras e quadros do pessoal dos Serviços da Assembleia da República. Em debate na passada semana, esta iniciativa foi saudada pela bancada comunista, que expressou o desejo de que ela "venha de encontro às justas aspirações dos funcionários" do Parlamento.

Realçado como positivo pelo deputado Rodeia Machado, que interveio em nome do PCP, foi o facto de as soluções agora adoptadas corresponderem a um amplo trabalho prévio realizado no âmbito do Conselho de Administração no decorrer do

qual todos os seus membros tiveram oportunidade de se pronunciar sobre o conteúdo da proposta.

O empenho evidenciado pelo Grupo comunista no sentido de estudar e acolher as propostas apresentadas pelos trabalhadores - relacionadas com a progressão na carreira ou com o enquadramento e conteúdo funcional da sua actividade -, subscrivendo-as ulteriormente em muitos casos sob a forma de alterações e recomendações, foi outro dos aspectos para o qual Rodeia Machado chamou a atenção, considerando-o um "importante contributo" do PCP com vista à satisfação das justas aspirações dos funcionários parlamentares.



## UNIÃO EUROPEIA

# Orçamento comunitário para 1997 Significado e incidências do corte nos fundos estruturais

*O Orçamento Comunitário para 1997, com um pendor marcadamente restritivo, constitui um verdadeiro sinal de alerta, quer pelo que contém do ponto de vista financeiro, quer pelo significado político das opções que encerra, e quer ainda e muito particularmente, pelo que com ele se pretende anunciar – a afirmação é de Joaquim Miranda, que na passada sexta-feira, acompanhado pelos restantes deputados do PCP no Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, divulgou em conferência de imprensa a análise dos comunistas sobre o Orçamento da União Europeia para o próximo ano. O documento, que reproduzimos em seguida, alerta para as consequências negativas para Portugal da opção restritiva de Bruxelas.*

**1.** Reduzem-se as despesas agrícolas em cerca de 200 milhões de contos (mil milhões de ECU) quando é inequívoco serem necessários reforços de verbas para fazer face a situações de particular actualidade, como acontece com a BSE («vacas loucas») e muito mais seria necessário para um correcto apoio, por exemplo, às organizações comuns de mercado que mais directamente nos respeitam; «cortam-se» os fundos estruturais em igual montante, quando é sabido que o respectivo reforço fora decidido para fazer face aos inevitáveis rigores decorrentes do cumprimento dos critérios de convergência nominal, com vista à criação da moeda única; impõem-se constrangimentos sem paralelo nas «políticas internas», e praticamente abandonam-se as transeuropeias, quando ainda recentemente se erigiam estas em solução indiscutível e quase milagrosa para o premente problema do desemprego.

Porquê tudo isto? Que consequências decorrem para Portugal desta opção tão restritiva?

E sobre estes e outros aspectos que nos debruçaremos de seguida.

**2.** Importa referir, à partida, que os diferentes «cortes» assumem significações diferenciadas. Tomando os mais importantes, na agricultura e nos fundos estruturais, convirá ter presente que se trata de «cortes» de igual montante em rubricas com valores de partida bem diferentes (a agricultura continua a representar cerca de 50% do total orçamental). Por outro lado, estamos em presença de despesas com tratamento diferenciado. Por força do Tratado (o qual continua a classificar as despesas agrícolas como despesas obrigatórias) a inscrição orçamental é obrigatória, caso a evolução dos mercados o exija. O que significa que o «corte» pode ser recuperado, o mesmo não acontecendo para o caso dos fundos estruturais.

Daí – e também pela especial importância que estes assumem para o País – que uma particular atenção deverá ser concedida à redução efectuada a esse nível.

**3.** É óbvio para nós que, em vésperas da terceira fase da União Económica e Monetária, o Conselho e depois o Parlamento Europeu quiseram, antes de mais, transformar esse processo orçamental não na resposta necessária aos sérios problemas com

que se defronta a União Europeia, nomeadamente nos domínios social e da coesão, mas antes num exercício exemplar para os governos dos Estados-membros. Ao nível comunitário como ao nível nacional orçamentos de austeridade, com vista ao cumprimento dos critérios de convergência nominal.

Os significativos «cortes» efectuados encontram aí uma primeira e importante razão de ser.

Isto é, a coesão é sacrificada no altar da moeda única.

Com efeito, o que de essencial resalta desta questão é a evidente contradição, sempre por nós sublinhada, entre convergência nominal e coesão económica e social, ou se quisermos, convergência real.

E, a este propósito, convirá reter um aspecto fundamental.

A evidência dessa contradição é suscitada pela redução efectuada, particularmente ao nível dos fundos estruturais. É igualmente evidenciada a contradição pelo argumento sistematicamente esgrimido por quantos defenderam a redução. Referimo-nos à fraca execução orçamental que se tem verificado neste domínio, no período do actual Quadro Comunitário de Apoio. Aliás, a «poupança orçamental» já determinou transferências globais de dotações da ordem dos 600 milhões de contos (três mil milhões de ECU), de exercício para exercício, em anos anteriores.

É inegável a incapacidade de absorção da totalidade das verbas inicialmente previstas no conjunto dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, tanto mais que às «tranches» financeiras inicialmente programadas para 1998 e 1999 se somarão ainda as transferidas de anos anteriores, com os estrangulamentos financeiros daí decorrentes – e, no que toca a Portugal, tal será mais evidente nos próximos anos, a continuar a actual obsessão pelo pelotão da frente no que respeita à moeda única.

Ou seja: a contradição revela-se por inteiro e complementarmente nos planos comunitário e nacional.

**4.** O facto de o «corte» nos fundos estruturais não abranger as autorizações, «limitando-se» aos pagamentos a efectuar em 1997 e a exclusão das regiões «objectivo 1», no que respeita ao FEOGA-Orientação, FSE e FEDER, não são, obviamente, despiendas.

Não foi fácil, mas conseguimos que soluções mais graves não fossem adoptadas.

As repercussões financeiras imediatas não serão, por isso, muito volumosas.

Tal não significa que não haverá incidências negativas. Já em 1997, haverá reduções de 11% no âmbito das «iniciativas comunitárias» que englobam programas horizontais como o RETEX, o URBAN, o LEADER, o INTERREG, entre outros.

Mas, os reflexos de tal «corte» far-se-ão sentir fundamentalmente nos exercícios seguintes. E não só já no âmbito desses programas. E assim será porque, seguramente, o «corte» agora efectuado «só» nos «pagamentos» e com exclusão de alguns objectivos, será alargado às «autorizações» e aos objectivos agora não afectados.

A questão central reside, assim, no precedente grave que se abriu.

Grave, porque se trata de um precedente que implica uma ruptura inequívoca com as decisões do Conselho Europeu de Edimburgo, no tocante à evolução das despesas até 1999. E grave, igualmente, pelo momento em que acontece.

**5.** Na verdade, o surgimento deste «corte» nos fundos estruturais, no actual momento, não pode desligar-se da preparação do previsto alargamento da União. O qual alguns países – particularmente os que mais contribuem para o orçamento comunitário, mas que também serão os que economicamente mais beneficiarão de tal alargamento... – pretendem que se realize sem custos orçamentais significativamente acrescidos.

Mais explicitamente, é sua intenção indistigável limitar tanto quanto possível as despesas orçamentais no actual período que vai até 1999, de forma a que o *plafond* (1,27% do PIB comunitário) estabelecido em Edimburgo para as mesmas não seja esgotado. É que, assim, ganham em dois tabuleiros: realizar-se-ão poupanças em período de compressão orçamental e criar-se-ão as condições para justificar um *plafond* orçamental para o período posterior a 1999 e para o alargamento não muito distante do actual. Com evidente prejuízo, naturalmente, dos países da coesão.

Tal objectivo, aliás, vem sendo já paulatinamente perseguido.

Com a introdução, por exemplo, de novos instrumentos de dificuldade de transferências.

É o caso do «esverdeamento» («greening») dos fundos estruturais, com o qual se visam, não preocupações de ordem ambiental mas, essencialmente, atrasar, dificultar ou mesmo impedir transferências para projectos de particular relevância financeira. Tal é claro com o que se vem verificando em torno dos projectos do Alqueva e da nova ponte sobre o Tejo.

E, objectivamente, os resultados globais são ainda evidentes se se tiver

em conta que em Edimburgo se decidiu que os recursos próprios comunitários para 1997 seriam de 1,24% do PIB comunitário, acontecendo que as despesas agora previstas não se afastarão significativamente do *plafond* de 1996, ou seja, 1,19%.

**6.** Perante uma tal situação, em que no tabuleiro se começam já a dispor as pedras com vista ao quadro orçamental posterior a 1999, tendo já presente um eventual alargamento, é indispensável e urgente que da parte dos países da coesão e, em especial, de Portugal, se delineie uma estratégia política ofensiva e adequada.

A qual deverá partir dum pressuposto básico. A coesão económica e social está consagrada no Tratado da União como pilar fundamental da União e como tal deve ser entendida também do ponto de vista orçamental. É um objectivo a que se devem subordinar todas as políticas comunitárias e não algo que se pode ou não concretizar.

O que significa, desde logo, a rejeição de qualquer tentativa de regressão neste domínio, quer na fase de implementação do actual QCA, quer na definição do próximo.

Em particular, **uma inequívoca rejeição deverá merecer qualquer intenção de fazer pagar aos países da coesão os custos do alargamento.**

Entretanto, é indispensável impedir a criação de condições objectivas ao aparecimento ou multiplicação de argumentos como os que vêm sendo esgrimidos para justificar os «cortes». Ou seja, é necessário assegurar uma correcta e global utilização dos fundos. O que impõe a adopção de medidas, no plano nacional, nomeadamente no sentido da não concentração da utilização dos fundos no período terminal do QCA e uma clara oposição, no plano comunitário, às sucessivas alterações das regras que, como vimos, se orientam para a dificuldade das transferências.

Por outro lado, entendemos igualmente essencial, num plano mais objectivo e de cautelas, que se inicie desde já uma ponderação sobre eventuais alterações a formular no respeitante ao quadro global de aplicação futura dos fundos estruturais.

O combate à dispersão dos mesmos, por objectivos e destinatários muito diversificados, como actualmente acontece, e a sua concentração em objectivos bem identificados com a coesão, parece-nos, desde logo, um caminho a trilhar.

Como se deverá caminhar, num outro plano, no sentido dum clara rejeição dum entendimento dos fundos como mera compensação para efeitos negativos decorrentes de outras orientações, como actualmente acontece, em especial no tocante ao Fundo de Coesão relativamente à moeda única, que como se sabe está transformado num meio de pressão para a concretização dos critérios de convergência nominal.

E, no que a este respeita, importará obviamente não dar como adquirido o seu termo, no final do actual QCA.

**7.** Os deputados do PCP, na defesa intransigente dos interesses do País, acompanharam e acompanharão o presente processo orçamental com cuidada atenção, tendo em conta as suas implicações imediatas e futuras.

Prova disso é, aliás, toda acção desenvolvida em torno do «corte» nos fundos estruturais, em cooperação com deputados de outros países e em consonância com diferentes comissões parlamentares, da qual resultou a votação maioritária em plenário (apesar de insuficiente, por não atingir a maioria qualificada), de uma proposta visando a rejeição do mesmo. É lamentável, aliás, que os deputados do PP tenham votado contra esta alteração, ao arpejo da votação de todos os outros deputados portugueses.

Os deputados do PCP estão conscientes da importância do que se joga neste processo e dos tempos complexos e difíceis que se avizinham.

Pelo que reafirmam, uma vez mais, a sua total disponibilidade para coordenar esforços com todos quantos se pautem pelo mesmo rigor e pelo objectivo de potenciação do poder negocial do País...

Mas também, por isso, não podem deixar de lamentar um certo clima de desatenção, de laxismo e mesmo de facilitismo que percorre outros quadrantes partidários e, inclusivamente, o próprio Governo.

A não realização de qualquer acção de coordenação entre deputados portugueses no Parlamento Europeu ou com o Governo, até este momento e para esse efeito, é sobejamente confirmativo do que afirmamos.

**8.** Uma nota final para referir que no contexto da elaboração do Orçamento para 1997 e a par com as questões de fundo a que vimos fazendo referência, apresentámos um número significativo de emendas, muitas das quais obtiveram aprovação.

A forma de representação da União na EXPO-98, incluindo a presença do Parlamento Europeu, com inscrição explícita de verbas para esse efeito; a extensão do Programa RAPHAEL às cidades consideradas património mundial pela UNESCO (entre as quais se contam as cidades portuguesas de Angra do Heroísmo, Évora e Sintra); a garantia de continuidade de uma linha orçamental específica para a pesca artesanal com reforço das verbas; a atenção particular a conceder às zonas de alto risco em matéria de incêndios; a criação de campanhas de informação sobre os direitos dos trabalhadores migrantes na União Europeia; o significativo reforço das verbas para combate ao desemprego com apoio às PME; ou o apoio a Cuba; tais são alguns exemplos de propostas por nós apresentadas e integradas no Orçamento para 1997.



## INTERNACIONAL

# Agricultura e alimentação em debate

## Jugoslávia

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou uma mensagem de felicitações ao Conselho Superior do Partido Socialista da Sérvia «pela vitória nas eleições nacionais e locais da coligação das forças de esquerda e progressistas». «Desejamos fraternalmente o melhor sucesso futuro na vossa acção em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo da Jugoslávia e da paz e soberania da República Federal da Jugoslávia», lê-se na mensagem.

## Cuba/França

As autoridades cubanas e francesas reforçaram a sua cooperação na luta contra o tráfico de droga, ao assinarem na sexta-feira, em Havana, um acordo que prevê nomeadamente a possibilidade dos serviços alfandegários de ambos os países conduzirem conjuntamente investigações e operações. Além do Reino Unido, a França é o único país europeu que mantém um acordo do género com Havana. Desde Janeiro, os funcionários aduaneiros cubanos confiscaram 4,5 toneladas de droga.

## Irlanda

Esta semana é debatida a moção de «não confiança» ao Governo irlandês, apresentada pelo Partido Democrático Progressista e pela «Fianna Fail», o que poderá levar à demissão do executivo. A moção surge na sequência de um erro burocrático do Departamento de Justiça que ordenou a libertação e a posterior detenção de 16 presos, nomeadamente suspeitos do IRA. O primeiro-ministro John Bruton, o ministro da Justiça e o procurador-geral são acusados de prejudicar a confiança pública nas instituições do Estado. O actual governo foi eleito depois da demissão do ex-primeiro-ministro Albert Reynolds como consequência de uma outra moção de censura devido à forma como o executivo tratou do caso da extradição de um padre católico acusado de pedofilia.

## Timor-Leste

Os participantes da Conferência sobre Timor-Leste prevista para o passado fim-de-semana, na Malásia, foram impedidos de levar a cabo a iniciativa. Cerca de 300 manifestantes pró-Indonésia invadiram a sala de conferências, derrubando mesas e cadeiras, sob o olhar passivo da polícia. Mais tarde, foram as próprias autoridades malaias a deter 59 delegados locais e 47 conferencistas

Está a decorrer em Roma, até domingo, a Cimeira do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, tendo como questão central uma melhor ordenação dos recursos hídricos existentes no planeta.

Mais de 230 milhões de pessoas vivem em países deficitários em relação à água. De acordo com as previsões da instituição, no ano 2000 seis dos sete países da África Oriental terão problemas de água, assim como cinco do norte deste continente.

Segundo a declaração inicial, a resolução destes problemas passa pela elaboração de planos nacionais e regionais para os recursos hídricos e bacias hidrográficas, bem como a aplicação de técnicas de aproveitamento de água. Nesse sentido, é recomendado a intensificação sustentada da agricultura de sequeiro e o melhoramento dos sistemas de regadio «de maneira económica, social e ambientalmente apropriada».

A rega poderá estender-se a mais 110 milhões de hectares de terrenos nos países em desenvolvimento, produzindo uma quantidade de cereais suficiente para alimentar entre 1500 milhões e dois mil milhões de pessoas.

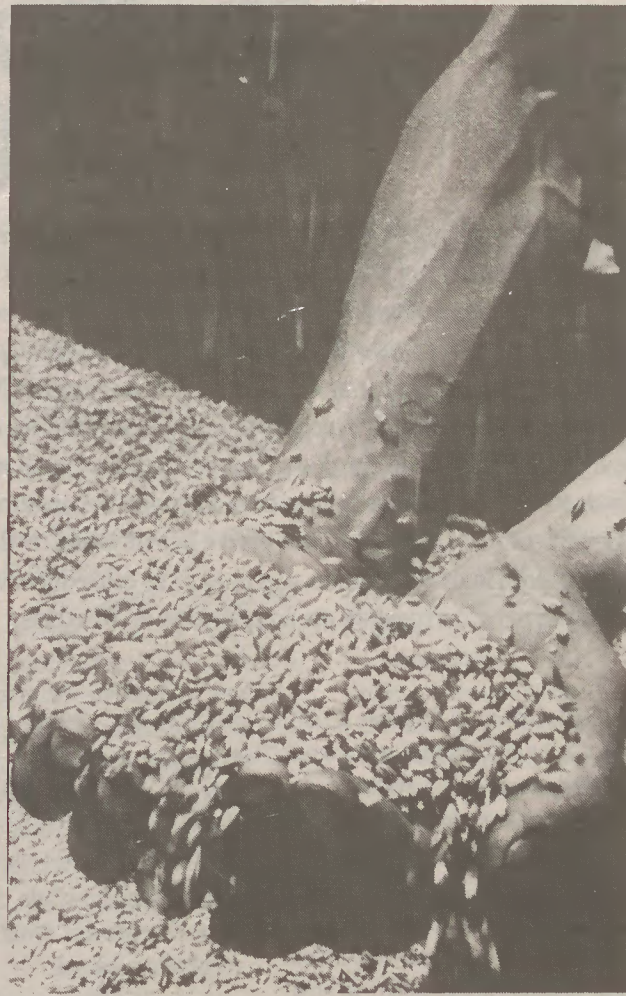
Isto para «aumentar de intensidade o cultivo, reduzir os efeitos da seca e das inundações sobre a produção de alimentos e restabelecer os recursos naturais, protegendo ao mesmo tempo a qualidade e disponibilidade da água destinada a outros fins, em especial ao consumo humano».

«Se não houver inversões no sentido de melhorar a administração hídrica, será muito difícil o aumento da produção de alimentos», alertam os 137 países subscritores.

Os objectivos práticos apontados pela organização para o ano 2010 são a abertura ao regadio de mais de 40 milhões de hectares de terras em todo o mundo, a recuperação de 10 milhões de hectares de terra alagada e salinizada e o aumento eficaz da utilização de água pelo menos em cerca de 20 por cento.

Se assim acontecer, a produção de alimentos poderá aumentar 75 por cento em 2030.

No documento é sublinhado o «direito de cada indivíduo a ter acesso a uma justa quantidade de comida» e é definida como «intolerável» a situação global que permite a existência de milhões de seres humanos sem os meios necessários para o seu sustento. «A democracia, a promoção e a defesa dos direitos humanos e das liberdades civis, bem como uma plena e igualitária participação de homens e mulheres são essenciais para atingir a segurança alimentar de todos», declara o documento.



## Médio Oriente em marcha lenta

Com a suavização do bloqueio à Cisjordânia e à Faixa de Gaza, Israel permite que 35 mil operários palestinos voltem aos seus postos de trabalho. Todos são casados e têm mais de 30 anos.

Esta medida vem aliviar o estado económico da Autoridade Palestiniana, mas a violação dos Acordos de Oslo continua. No domingo, um palestino foi morto e 13 ficaram feridos quando o exército israelita dispersou com tiros uma manifestação em Ramallah, na Cisjordânia, contra as requisições de terras em diversas localidades. De acordo com os palestinos, Israel confiscou cerca de 500 hectares de terras para aumentar

o colonato judeu de Kyriat Sefer, próximo da cidade em construção de Modiin, colada à «linha verde» que separa o Estado Hebraico dos territórios árabes ocupados.

Entretanto, termina hoje no Cairo a Conferência Económica do Médio Oriente. Estão presentes no evento três mil participantes provenientes de mais de 95 países, cerca de dois mil empresários, delegados governamentais e representantes de mais de 35 instituições financeiras.

«Existe uma ligação directa entre a cooperação regional e o processo de paz e há neste momento muita ira entre os árabes», afirmou o coordenador da

conferência, Ahmed Abul-Khair, comentando as previsões sobre os resultados da iniciativa que apontam para um retrocesso na cooperação económica.

Hosni Mubarak, o presidente egípcio, avisou que o seu país não iria investir dinheiro numa região em tumulto, numa altura em que os palestinos assistem ao afrouxamento da sua economia.

A associação empresarial da Palestina boicotou a conferência, protestando contra o encarceramento dos seus territórios pelo governo de Netanyahu, enquanto que a Síria e o Líbano se recusam a participar em qualquer fórum com Israel até que a paz seja obtida.

## Turquia A mafia é o Estado

A interpenetração da droga, da extrema-direita fascista e do Estado foi o principal alvo dos jornais da Turquia, na quinta-feira passada: «A grande podridão», declarava o «Milliyet». «Mafia-Estado-clã: o triângulo diabólico», proclamava «Yeni Yuzyil».

Estas notícias surgem depois da descoberta de três mortos e um ferido dentro de um Mercedes blindado. Um antigo militante da organização fascista dos Lobos Cinzentos reconvertido à mafia, Abdullah Catli, um ex-director da polícia de Istambul e um amigo, ex-manequim, constituíam os mortos.

O homem ferido é Sedat Bucak, deputado do Partido da Justa Via, de Tansu Çiller, actual vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros. Chefe de um clã curdo, Bucak comanda um milhar de «guardiões da cidade», milicianos curdos pagos pelo Estado para lutar contra o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão).

Sete revólveres, silenciadores e aparelhos de escuta electrónicos foram também descobertos na viatura.

«É impossível compreender como é que uma pessoa procurada por todos os polícias pode ser encontrada dentro do mesmo automóvel que um director da polícia e um deputado», declarou Mesut Yilmaz, chefe do ANAP, um partido de direita concorrente do de Çiller.

A situação agrava-se ainda mais quando se sabe que Catli era procurado há 18 anos pelo Estado turco pelo assassinato de 11 militantes da esquerda e pela Interpol por tráfico de droga. O seu nome foi igualmente citado aquando da tentativa de assassinato do papa João Paulo II em 1982. Ele possuía ainda uma identificação de polícia e um «passaporte verde», destinado unicamente aos funcionários públicos que ocupam cargos elevados e que dispensa a apresentação de fotografia.

Como consequência destes acontecimentos, o Partido Republicano do Povo apresentou uma moção de censura contra o ministro do Interior.

## Espanha homenageia Brigadistas

No outono de 1936 chegaram de todo o mundo para defender a República e combater o fascismo. Sessenta anos depois da guerra civil espanhola, 400 membros das Brigadas Internacionais foram homenageados na semana passada.

Cento e cinquenta e sete brigadistas receberam as cartas de cidadania, como foi decidido na anterior legislatura por voto unânime da Câmara dos Deputados.

O primeiro-ministro não se mostrou disponível para os receber. Nas Cortes, o presidente da Câmara ausentou-se durante as cerimónias e o primeiro vice-presidente alheou-se, alguns alcaides do PP faltaram às iniciativas e o presidente da Xunta da Galiza e fundador do partido no poder criticou a presença dos antigos combatentes.



A sua luta foi reconhecida em diversos eventos em Madrid, Albacete, Barcelona e algumas outras localidades. Por toda a Espanha, durante a guerra, combateram contra as forças de Franco 30 mil voluntários estrangeiros: 8.500 franceses, 2.200 alemães, 3.110 polacos, 2.900 italianos, 2.330 americanos, 1.700 belgas e cerca de 130 portugueses.

Mas há outros números igualmente impressionantes: mais de um milhão de mortos, 150 mil pessoas assassinadas ou executadas, 20 mil vítimas civis de bombardeamentos, mais de 200 mil mortos de consequências indirectas da guerra. Dados para que o fascismo não volte a renascer, liderado seja por quem for.



# Tempos de luta

As forças do capital ensaiam por todo o mundo novas formas de dominação e exploração. Em nome do progresso social, do desenvolvimento, do futuro, cada vez mais milhões de pessoas são marginalizadas e conquistas sociais que se tornaram património da Humanidade são postas em causa. A resposta dos trabalhadores era inevitável. Estes são tempos de luta e unidade. Os exemplos aí ficam, qual ponta do iceberg que não tardará a emergir.

## Rússia

As manifestações contra os salários em atraso multiplicam-se na Federação Russa.

As jornadas de protesto realizadas no passado dia 5 na Rússia foram as mais importantes desde 1992, informa a Federação dos Sindicatos da Rússia, que fez um ultimato ao governo para a apresentação de um plano de pagamento dos salários até amanhã.

No dia 5, os sindicatos apresentaram exigências económicas, mas se as reivindicações não forem satisfeitas, o caminho pode ser o da greve geral e ilimitada, assegurou o presidente da União de Sindicatos, Mikhail Chmakov.

Os dados referentes ao número de participantes nas manifestações da semana passada divergem segundo as fontes: para os responsáveis sindicais, desfilaram em Moscovo mais de 100.000 pessoas; para «observadores independentes» citados pela France Presse, os manifestantes ficaram-se entre os 10.000 e os 15.000; segundo os números oficiais, manifestaram-se em toda a Rússia cerca de 350.000 pessoas.

Independentemente da tradicional polémica dos números,

o facto é que os salários em atraso se tornaram num problema crónico no país. Os sindicatos estimam em 40.000 mil milhões de rublos (oito mil



milhões de dólares) o endividamento do Estado para com os seus assalariados.

«Nesta situação, necessitamos de medidas extremas para sair da crise», afirma Chmakov, exigindo reformas económicas «no interesse dos trabalhadores e não contra os trabalhadores». Em declarações à imprensa, aquele dirigente sindical sublinhou que o movimento de protesto não tem ligações a quaisquer partidos políticos.

## França

Trabalhadores do sector público e privado, desempregados e reformados manifestam-se amanhã em toda a França contra os despedimentos e as supressões de empregos; pelo aumento do poder de compra dos salários, reformas e pensões; contra o plano Juppé e pela preservação de uma Segurança Social solidária e igualitária, entre outras reivindicações.

A manifestação culmina uma semana de luta convocada pelas

sada em Lourdes, tornou pública uma declaração onde se afirma que se «torna insuportável ver aumentar o fosso entre os que beneficiam da evolução actual da sociedade e aqueles que são esmagados por ela».

Os bispos alertam para os perigos de radicalismo e violência que podem resultar de uma tal situação e apela para que se desenvolva «uma outra concepção do trabalho» e haja a coragem de abordar a questão da «partilha dos rendimentos».

pela Aliança Nacional, de Silvio Berlusconi, e pela Forza Itália.

## Alemanha

Dezenas de milhares de metalúrgicos manifestaram-se quarta-feira, dia 7, em diversas regiões do país, contra o plano de restrições económicas imposto pelo chanceler Helmut Kohl. Esta foi apenas uma das muitas jornadas de luta organizadas pelo sindicato IG Metall, que levou a cabo uma «semana de agitação» contra a redução dos subsídios de doença. Logo na segunda-feira, cerca de 130.000 trabalhadores da Baviera saíram à rua, em protesto contra os cortes nos subsídios mas também em defesa dos salários para 1997 e os subsídios de férias e de Natal. As negociações a decorrer entre sindicatos e patronato não tinham ainda chegado a nenhum acordo.

Entretanto, dados oficiais divulgados no fim-de-semana, revelam que o número de desempregados registou um aumento de 41.000 em Outubro, o que, em termos absolutos, eleva para 3,867 milhões o total de desempregados. Em termos percentuais, o desemprego situa-se agora nos 10,1 por cento, contra os 9,2 de há um ano. Estes números ficam aquém da realidade, segundo os sindicatos.

O desemprego continua a ser mais grave no leste da Alemanha, na ex-RDA, com uma taxa de 14,7 por cento, contra os 9 por cento da parte oeste. Estes dados tornam ainda mais brutal o anúncio feito por Kohl de pretender economizar mil milhões de marcos nos subsídios de desemprego.

## Itália

O aproveitamento pela extrema-direita do descontentamento popular teve a semana passada, em Roma, mais uma preocupante manifestação. Vindas de diferentes pontos do país, cerca de 100.000 pessoas encheram no sábado as ruas da cidade em protesto contra o orçamento de rigor do governo de centro-esquerda, que faz prever um aumento dos impostos.

A manifestação foi convocada

principais centrais sindicais, e reúne num raro consenso a CGT, a CFTD, a FO, a CFTC e a FADN. Em Paris, os manifestantes convocados pela CGT e Force Ouvrière desfilarão entre a Praça Clichy e a Praça da Opera, no que se espera venha a ser uma importante demonstração de força dos trabalhadores.

A situação económica e social francesa tem vindo a degradar-se de tal forma que até a Assembleia plenária dos bispos franceses, reunida a semana pas-

estrangeiros, alguns dos quais foram já expulsos do país. A propósito dos acontecimentos, o primeiro-ministro malaio declarou que o seu governo «não quer fazer nada que prejudique as relações com os países vizinhos».

## Afeganistão

Desde a tomada de Cabul, os talibans detiveram várias centenas de civis, principalmente pessoas ligadas ao antigo governo afegão e que são originários do vale de Panchir (norte de Cabul) ou pertencem à minoria *tadjique*. «Eles esperam uma eventual troca de prisioneiros entre as milícias e as forças antitaliban, que detêm cerca de 700 homens, presos durante recentes combates em redor da capital», afirmou uma testemunha, citada pela agência Lusa.

## Nicarágua

Daniel Ortega, o candidato sandinista à presidência da Nicarágua, exigiu a realização de novas eleições na capital e no departamento nortenho de Matagalpa. «Não é pelas armas que vamos resolver a situação, mas com a nossa força moral», afirmou Ortega perante 30 mil pessoas, num comício realizado em Managua. «A atitude da hierarquia católica, do patronato e da presidente Violeta Chamorro, que deveria ter sido exemplar, penalizou-nos. Nós perdoamos e pedimos a Deus que perdoe», declarou.

## Bielorrússia

Sábado foi dia da abertura das assembleias de voto na Bielorrússia para o referendo sobre a revisão da Constituição. Os eleitores poderão pronunciar-se até dia 24 de Novembro sobre sete questões, nomeadamente sobre a extinção do cargo de presidente, a supressão da pena de morte, a livre compra e venda de terra, a realização de eleições locais e a utilização de fundos orçamentais especiais pelo presidente sem controlo parlamentar.

## Paquistão

Na sequência da demissão de Benazir Bhutto, acusada de corrupção, violação sistemática da lei e de ter provocado a morte de milhares de pessoas, o presidente paquistanês Frouq Ahmed Leghari ordenou a detenção dos apoiantes da ex-primeira-ministra. O novo chefe do executivo, Miraj Khalid, curiosamente dirigente do partido de Benazir, declarou que a «primeira prioridade é a realização de eleições livres, justas e imparciais».

# Organização Mundial do Comércio: a hipocrisia em marcha!

■ Honório Novo

Em Dezembro deste ano, realiza-se em Singapura a primeira reunião interministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta organização internacional, «posta em marcha» formal no início de 1995, agrupa hoje cerca de cento e vinte países. Constitui, no fundamental, o «núcleo duro» do pensamento único centrado em torno de uma liberalização e globalização feitas em proveito e à medida do crescimento em espiral dos lucros económicos e financeiros das grandes empresas transnacionais e, simultaneamente, da hiperexploração humana e dos recursos dos países «aderentes» em vias de desenvolvimento e, igualmente, da pressão social sobre os povos dos países mais desenvolvidos que a ela pertencem.

Quando se fala da OMC, e da crescente e necessária competitividade num sistema cada vez mais liberalizado, aparecem as habituais hipocrisias, as frases feitas ou as ingenuidades saloias, as quais se têm pago bem caro e por certo mais caro se continuarão a pagar,

Ainda no último fim-de-semana, pudemos assistir, pela enésima vez, a

«mais uma lição do professor» António Guterres, desta feita na Cimeira Ibero Americana de Santiago do Chile, falando da «necessidade de impor regras ao processo de liberalização mundial, por forma a criar condições leais de concorrência» (assim como quem crê ser possível impor códigos de conduta a Al Capone e congéneres, dizia alguém amigo...). No decurso desta semana, e na sessão plenária de Estrasburgo, o PE tenta um exercício análogo ao tentar definir as suas recomendações políticas, globais e sectoriais, com vista à reunião de Singapura: «...são necessárias regras de concorrência aceites multilateralmente, é fundamental introduzir regras ambientais nas relações comerciais de modo a garantir um desenvolvimento sustentável, é inadiável introduzir regras sociais mínimas em tais relações comerciais (as mínimas da OIT) — para evitar fenómenos de dumping, há que respeitar os calendários de liberalização definidos» (designadamente nos *têxteis*)... Ideias consensuais, teoricamente respeitáveis.

Simultaneamente, contudo, o mesmo PE aborda e pronuncia-se sobre as ori-

entações que devem presidir ao desenvolvimento da OMC. Neste particular, em vez de recomendar uma análise do estágio actual do processo de liberalização, em vez de propor ponderar os efeitos das actuais orientações nas economias nacionais e as suas consequências nos níveis e qualidade de emprego, opta liminarmente pelo voluntarismo autista de prosseguir e aprofundar «o caminho traçado». Vai daí, recomenda avançar na liberalização agrícola (propondo até que a PAC seja revista, não em função dos interesses dos agricultores e da agricultura comunitária mas em função do interesse dos mercados mundiais); recomenda que sejam também as telecomunicações, os investimentos e transacções de capitais, etc., etc. E, para cúmulo, propõe que, na direcção da OMC, os Estados-membros da UE (entre os quais Portugal, através do seu Governo) deixem de estar representados (com os governos a defender — como seria suposto — os respectivos e nacionais interesses económicos e sociais), recomendando que a Comissão Europeia assumia em pleno o estatuto único de falar em nome da União e de todos eles.

Ao lado destas orientações de «aprofundamento» e de integração política, a boa intenção das ideias consensuais e teoricamente respeitáveis (em torno de regras de concorrência, ambientais ou sociais) é puro exercício de hipocrisia.

Mas mais hipócrita se torna este exercício quando se sabe que o Conselho de Ministros Europeu já adoptou (em 29 de Outubro) as linhas de conduta da UE para a reunião de Singapura e que, de acordo com as decisões aí tomadas, foi considerado inoportuno abordar a introdução na OMC de normas sociais (nem mesmo as tais «mínimas», isto é, nem mesmo a recusa do trabalho escravo ou do trabalho infantil!...).

Perante tal hipocrisia, o que terá para dizer o socialista (e tão preocupado com as pessoas, com as regras, com as questões sociais...) António Guterres? Também não saberá dessa decisão, ou dela não terá sido informado pelo seu ministro da Economia?

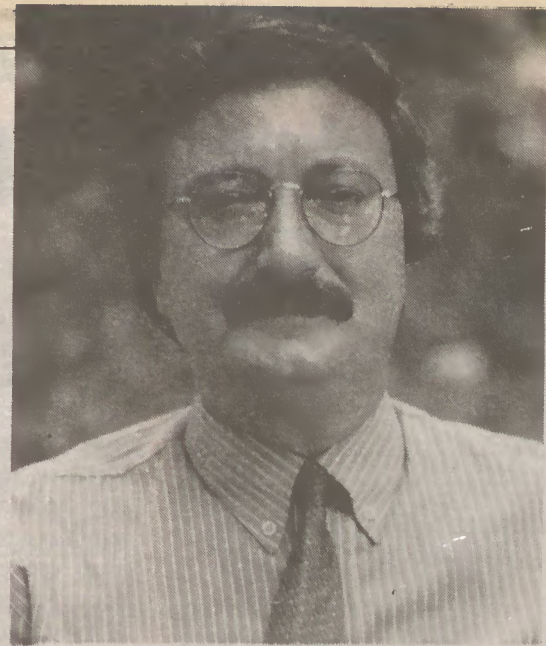
Basta de hipocrisia! Pela nossa parte, no PE, dissemos (e continuaremos a dizer-lhe) não!



■ Pedro de Sousa

# Escolas de Lisboa

## «Gestão da Câmara é transparente e participada»



— afirma António Abreu

O pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, de que é actualmente responsável o camarada António Abreu, equaciona e resolve os problemas com que se defronta através de uma política de diálogo permanente com todos os intervenientes no processo educativo, consolidando um modelo de gestão participada a que aderiram sem reservas professores, pais e autarcas. Foi sobre essa experiência que conversámos com António Abreu, vereador da Educação da CML.

**Avante! - No meio escolar, é voz corrente que o Ministério está «muito longe» das escolas, dos professores, dos problemas... é uma queixa que ouvimos diariamente. Como actua a CML?**

**António Abreu** - Em geral, as autarquias actuam de forma diferente. Particularmente naquelas onde a CDU assume responsabilidades de gestão, a situação é muito diferente.

No caso de Lisboa, o vereador e técnicos dirigem-se regularmente às escolas, ouvem e reúnem-se com os pais e corpo docente, com a participação das juntas de freguesia. Procuramos que em cada contacto fique claro o que se pode resolver — e mais ou menos em que prazo — e o que não se pode resolver tão cedo, por falta de condições financeiras ou humanas.

A intervenção da Câmara tem contribuído para resolver muitos problemas, através de uma intervenção sistemática. Mas alguns problemas exigiriam muito mais recursos financeiros e humanos. Face aos existentes, temos que definir prioridades. Isso não é feito no gabinete, mas no contacto e discussão com todos os participantes no processo educativo.

Por exemplo, as verbas que propusemos à Câmara para o Plano de Actividades de 97 resultaram desse contacto e de reuniões frequentes. As conclusões, depois de sistematizadas, ainda foram levadas a uma reunião com escolas e jardins de infância, a outra só com juntas de freguesia e a outra com associações de Pais e com a FERLAP.

Esta é uma opção de gestão. Uma gestão participada que eleva a cidadania, que é a maneira mais eficaz de trabalharmos. Que ajuda a compensar os sacrifícios e a «polivalência» dos professores e auxiliares de acção educativa. Que estimula as Associações de Pais. Que dignifica e eleva a intervenção das juntas de freguesia. Que institucionaliza mecanismos de controlo. Que fornece elementos para todos avaliarem a justeza das prioridades, os erros cometidos e as razões dos erros.

**Qual é o universo escolar de intervenção do pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa?**

A CML, tal como os restantes municípios, partilha com o Ministério da Educação responsabilidades legais em relação à rede pública do pré-escolar e do 1º ciclo (ensino primário). Nestes níveis do ensino, na cidade de Lisboa, a oferta não pública é muito maior que noutras partes do país. Dados recentes apontam para os seguintes indicadores:

Frequentam diariamente as escolas de todos os graus de ensino da cidade 233.655 alunos. Destes, 14.081 frequentam o pré-escolar e 27.890 o 1º ciclo (ensino primário).

A repetência na rede pública do 1º ciclo atinge os 17%, em média (das escolas não públicas não há dados, mas aí a regra é passar...).

A rede pública actual do pré-escolar representa 12% do total do pré-escolar existente e a rede pública do 1º ciclo 65% do total do 1º ciclo.

As principais carências do pré-escolar verificam-se na população residente nas freguesias de: Ajuda, S. Domingos de Benfica, Charneca, Marvila, Beato, S. João, Madalena, S. Nicolau, Sta Engrácia, S. Cristóvão e S. Lourenço, Santa Justa e Coração de Jesus, em geral freguesias de menor poder de compra, que atraem pouco as instituições de ensino com fins lucrativos.

A rede pública em que trabalhamos com o Ministério conta com 112 escolas do 1º ciclo, onde estudam 17.470 crianças e trabalham 1.156 professores, 31 Jardins de Infância e quatro AIC's, onde 61 educadoras trabalham com 1.392 crianças.

Naturalmente que a falta de resposta e contacto do Ministério com escolas de outros graus de ensino, leva a que a Câmara e juntas de freguesia tenham intervenções diversas em escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, que são da inteira responsabilidade do Ministério.

**Qual a situação social das crianças das escolas municipais?**

A situação agrava-se em resultado de diversos factores, onde avultam a degradação das condições de vida, resultantes do desemprego, do trabalho precário, da dissolução das famílias. Em resultado disso e de problemas de marginalização, toxicod dependência, etc.

A CML confirma esse agravamento da situação a partir dos dados que as escolas fornecem às delegações escolares e estas a nós, quanto ao número de crianças carenciadas para efeitos da atribuição do suplemento alimentar ou dos manuais escolares gratuitos.

O maior peso de alunos carenciados verifica-se, em geral, em zonas socialmente mais desfavorecidas: Carnide, Charneca, Marvila, S. João, N. Sra de Fátima, Campolide, Santa Isabel, Santos, S. José e todas as freguesias da Baixa, da Mouraria e de Alfama, na Penha de França.

**Quais os resultados mais evidentes desse agravamento das condições sociais?**

No plano da escola são o insucesso e o abandono escolares, particularmente em crianças de outras etnias.

A repetência é particularmente grave em algumas escolas da Ajuda, Lumiar, Charneca, Marvila, S. João, N. Sra de Fátima, Santa Catarina, S. Paulo, Sacramento e Madalena.

**O peso mais reduzido que a escola pública tem em Lisboa, em comparação com o resto do País, não é contraditório com as disposições constitucionais quanto à gratuidade do ensino?**

Isso é um facto. Mas não está totalmente na mão da Câmara resolver esse desequilíbrio.

As «altas» taxas de escolarização no 1º ciclo e de cobertura do pré-escolar atingem esses valores por serem consideradas escolarizadas em Lisboa crianças que, de facto, vêm diariamente de outros concelhos com os pais (entram diariamente em Lisboa para trabalhar tantas pessoas como as que cá residem, cerca de 650 mil, e muitas trazem os filhos para as escolas).

De facto a escolarização é inferior. Estamos a recolher dados para tornar essas taxas mais verdadeiras e apenas dizendo respeito à escolarização da população residente.

A iniciativa privada tem em Lisboa peso especial devido à concentração do poder de compra mais elevado, que pode pagar mensalidades de dezenas de contos. E só aí a actividade de ensino com fins lucrativos aparece. É, em geral, de mais baixa qualidade, com profissionais mais mal pagos e menos qualificados, com instalações mais exigüas e desadequadas da função educativa. Mas resolvendo três coisas que as escolas públicas, em geral, não resolvem: tempos livres até ao regresso dos pais do trabalho, alimentação, mesmo que em débeis condições, funcionamento em férias.

Também pesa na cidade, especialmente no pré-escolar, o papel da Santa Casa da Misericórdia e de IPSS's.

A inversão desta situação exige que a escola pública, cuja qualidade pretendemos elevar, resolva, entre outras, essas três questões, mantendo a gratuidade e a universalidade. Este Ministério da Educação, bem como anteriores, quer resolver isso pondo as famílias a pagar... É, também aqui, a lógica de Mastricht.

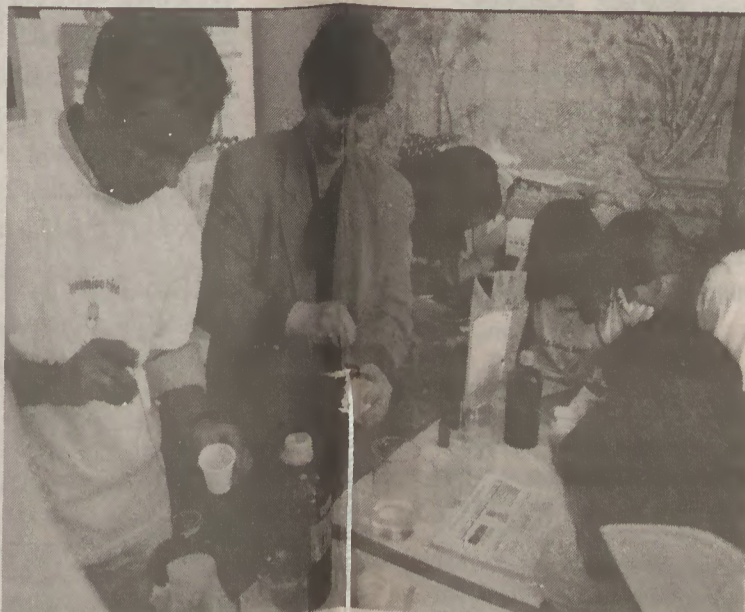
Temos lembrado à DREL, nomeadamente, que são necessários especiais empenhos do Estado (Administração Central e Local) lá onde não há oferta privada e onde a intervenção da Misericórdia está em regressão. Mas importa que a rede pública se alargue em toda a parte.

**Nos últimos tempos têm aparecido vozes a reclamar uma nova atenção sobre o ensino primário, agora 1º ciclo do ensino básico. Parece-te acertado?**

Penso que sim. Aliás, a Câmara de Lisboa e outros municípios de gestão CDU têm actuado com esse objectivo.

## EM FOCO

“A política dos sucessivos governos, incluindo este, está mais interessada em negar possibilidades à escola pública e reforçar os meios financeiros das instituições particulares”



O Forum das Experiências Educativas é um espaço de debate e convívio que assume uma importância crescente na vida das escolas de Lisboa



A nova escola da Horta Nova deverá estar pronta no início de 1997



A nova escola da Horta Nova deverá estar pronta no início de 1997

os professores e auxiliares de acção educativa, que se desdobram em tantas valências, incluindo a substituição da família quando ela não existe, o sistema não comunitário seria mais pobre em alguns pontos da cidade.

O professor do 1º ciclo tem que ser mais valorizado social e profissionalmente, o que, de facto, não está a acontecer. Pela primeira vez,

estamos com falta de professores do 1º ciclo em Lisboa! E isto porque, tendo podido passar a leccionar no 2º ciclo, muitos deles estão a preferir fazê-lo.

**A CML está a investir muito no alargamento do parque escolar. Como se justifica fazer mais escolas e investir tanto em obras quando a população escolar está a decrescer?**

A quebra da natalidade e a diminuição da população da capital está fortemente ligada à política neoliberal. Mas não constitui uma fatalidade. É uma situação a inverter até novos reequilíbrios só possíveis com uma política de esquerda.

Mesmo na situação actual, há zonas da cidade, pela primeira vez urbanizadas ou em acréscimo de população, que exigem a construção de novas escolas. Por outro lado, há que substituir escolas degradadas não susceptíveis, já, de reabilitação.

E nas zonas consolidadas, onde a população escolar diminui, salas devolutas podem ser adaptadas a Jardins de Infância, a cantinas, cozinhas, salas para tempos livres e ginásios. A abertura de cantinas e tempos livres, por exemplo, recupera para a escola uma parte da população escolar que na escola pública, gratuita, não tem em geral essas condições, e que é colocada em instituições particulares (a pagar bem!), aos avós ou, pura e simplesmente, deixada na rua.

Como a política dos sucessivos governos, incluindo este, está mais interessada em negar estas possibilidades à escola pública e reforçar os meios financeiros das instituições particulares.

Mas voltemos à tua questão. Propusemos para 1997 um plano de actividades de 3,4 milhões de contos para a Educação. Destes, cerca de 2,2 milhões são para construir novas escolas e prosseguir a recuperação do parque escolar que tem vindo a ser feita, sistematicamente, desde 1990.

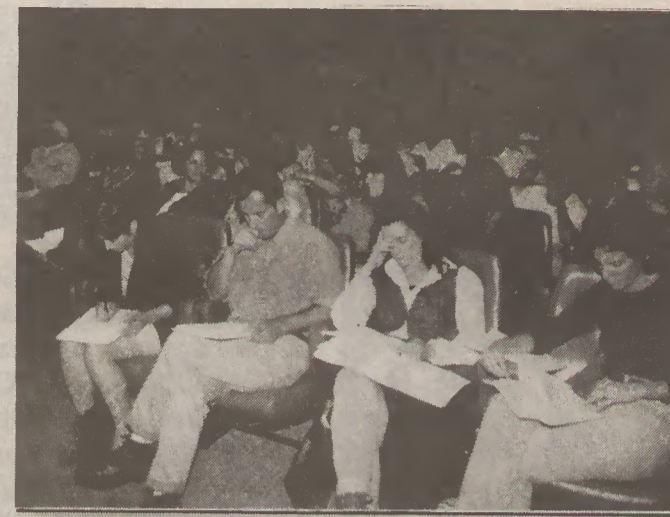
É nossa intenção iniciarmos até ao final do mandato a construção de mais escolas do 1º ciclo no Bairro da Liberdade, nas zonas N1 e M de Chelas, na Quinta da Bela Flor, na Rua Possidónio da Silva, e de jardins de infância em Telheiras e na escola 36.

Projectamos a construção de outras escolas, depois, no Alto do Lumiar, em Benfica, no Alto da Faia, mais uma no Bairro do Padre Cruz.

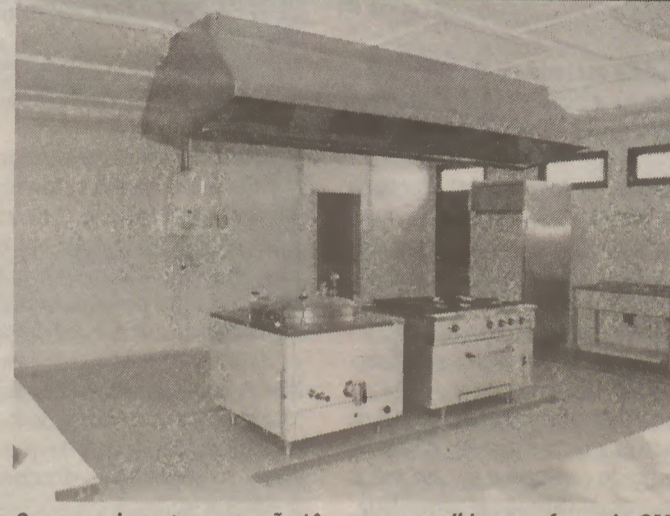
Todas as novas escolas do 1º ciclo têm jardins de infância integrados. Entretanto, em Janeiro, estarão prontos o novo jardim de infância de Benfica e a escola da Horta Nova, ficando a nova escola da Vila Catió, nos Olivais, pronta em Agosto do próximo ano.

É um grande investimento. Para o qual já propusemos ao Ministério da Educação a comparticipação do Orçamento do Estado e de fundos Comunitários. E não tivemos ainda resposta.

Enquanto isto, continuamos a ser solicitados pelo Governo para cedermos terrenos para construir escolas de outros graus de ensino. Porém, o Governo não está a tomar medidas positivas para que estes terrenos entrem numa conta corrente entre o Estado e a Câmara.



A gestão participada permite institucionalizar mecanismos de controlo



Os sucessivos governos não têm correspondido ao esforço da CML para que haja mais cantinas a funcionar

Há meses, levámos a que se realizasse no Ministério da Educação uma reunião entre as duas partes em que ficou acordado uma metodologia para a cedência de novos terrenos para escolas do Ministério. Só que o Governo não está a cumprir com essa metodologia, provocando o arrastamento da construção de novas instalações ou de obras de renovação em várias escolas preparatórias e secundárias de Lisboa.

**Além das obras, que outras rubricas do orçamento merecem destaque pelo volume das despesas?**

Nessa perspectiva, destaca-se, evidentemente, a acção social escolar, com uma verba global de quase meio milhão de contos, dos quais 265 mil só para o suplemento alimentar de crianças carenciadas e outros 152 mil para o pagamento de passes a cerca de 4.800 alunos.

No mobiliário e equipamento de escolas e jardins de Infância preparamos 122 mil contos e destinamos 169 mil contos aos programas de cooperação com escolas, apoios a projectos de escolas e grandes iniciativas da comunidade escolar.

**Como vão as negociações entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios em relação à questão da transferência de novas responsabilidades para as autarquias?**

Não participo directamente nas reuniões, mas estou informado. Não se está a dar passos significativos porque estão presentes duas atitudes bem distintas: de um lado, o Ministério, que se quer livrar de despesas, que se quer desresponsabilizar, entregando às autarquias responsabilidades sem a transferência de meios para as escolas, tudo muito bem embulhado nos bonitos ideais de parcerias, da participação de todos, mas criando uma situação onde o ensino público se degradaria e o Ministério manteria um apoio privilegiado ao sector não público; do outro, as Autarquias, em geral preocupadas com que essas transferências, por elas desejadas, sejam feitas com meios, para que o processo não se traduza numa quebra de qualidade do ensino público, mas pelo contrário na sua melhoria e na passagem do poder local de tesouraria do Ministério para pareço com efectivos poderes de decisão.

Há dias, comentando declarações minhas, da FERLAP e dos directores de uma escola e de uma IPSS num telejornal da RTP, o presidente da Associação Nacional de Municípios disse que ia assinar uns protocolos com o Governo que iam resolver o problema da alimentação. Não foi bem assim, só pequena parte dos problemas teve solução encaminhada. A avaliação do impacto positivo desses acordos ainda está a ser feita pelas autarquias.

**O que pressupõe da tua parte uma atitude de desconfinção em relação ao ministro Marçal Grilo...**

Sim. É uma atitude que decorre da não alteração de opções de fundo relativamente a ministérios anteriores. O «diálogo» por si não chega.

A definição de responsabilidades das autarquias em 1984, através do D.L. 399-A/84, como se sabe, não foi acompanhada pelos recursos correspondentes previstos nomeadamente no seu artigo 21º.

As verbas contidas no FEF e destinadas à Educação só estiveram consignadas para esse fim nos dois anos seguintes e, posteriormente, estão diluídos no valor total do FEF, mas representam apenas uma pequena parte dos 450 mil contos que a Câmara de Lisboa prevê gastar em 97 com a Acção Social Escolar.

Assim, qualquer um transfere responsabilidades!...

É por isso que não há mais cantinas e tempos livres a funcionar, que quando os há as famílias têm que pagar tudo, deixando os carenciados de fora. E lá se vai a universalidade e a gratuidade...

O actual Governo, pressionado pelo movimento de opinião sobre a necessária expansão do pré-escolar quer fazê-la à custa dos outros e pagando a outros para o fazerem, sabe-se lá como!...

No início deste ano lectivo, os municípios aceitaram a contratação precária de auxiliares de acção educativa para ser possível abrir mais salas de Jardins de Infância... porque o Ministério só quis colocar educadoras de infância! O próprio pagamento dessas contratações precárias, garantido em acordo de colaboração, não está garantido para anos seguintes e não me admirava que o Ministério para o ano deixasse de pagar às autarquias para as acusar depois de inviabilizar a reabertura dessas salas. Mas os auxiliares de acção educativa e pais estão atentos e antes do final do ano lectivo em curso não deixarão de «lembrar» ao Ministério as suas responsabilidades...

Assim vai a paixão pela Educação. E por este pequeno exemplo se vê qual o entendimento que a equipa ministerial tem da transferência de competências...

A sensação que temos é que o *show off* ministerial assenta na irresponsabilidade, no desconhecimento dos problemas reais, em grandes frases e medidas avulsas.

**Mas a transferência de novas competências diz respeito apenas ao pré-escolar?**

Não! E isso ainda é mais preocupante.

É todo o ensino básico que o Ministério quer pôr em cima da mesa. Sem grande vontade de assegurar os meios, quer financeiros quer de estruturas e recursos humanos que as câmaras não têm...

Mas no que respeita a ter o exclusivo de dizer como é. Quer, enfim, que as autarquias paguem e calem.

## A Câmara está a funcionar

O incêndio na Câmara de Lisboa ocorreu depois da entrevista com António Abreu. Considerámos, entretanto, oportuno perguntar-lhe que efeitos poderá ter o incêndio sobre a actividade da Câmara. Eis a resposta:

Desde a primeira hora que estamos a tomar medidas para que a Câmara não parasse. E isso não aconteceu. Os serviços funcionam. Alguns tiveram que ser deslocados, mas para funcionarem e não apenas para inventário de perdas. Os trabalhadores da Câmara revelaram um altíssimo empenho pela manutenção da capacidade operacional. O presidente e a vereação assumiram desde o início o comando das operações. As ofertas e disponibilidades que, num impressionante movimento de solidariedade, juntas de freguesia, associações, escolas e tantas outras pessoas e instituições revelaram, não serão, felizmente, necessárias. Mas deixaram o testemunho de um vínculo muito grande entre os lisboetas e a sua Câmara, que é um capital fundamental numa fase em que continuam a operar-se profundas transformações na cidade. Por vezes causando sérios incómodos à população, que é também vítima da política de direita que o PS prosseguiu no Governo.

Só não percebi isto o Pacheco Pereira, que, como é hábito, derrapou, ou o Ferreira do Amaral, que na passada quinta-feira foi dos últimos a chegar ao município, revelando grande preocupação com os acontecimentos.





# Construir

A questão da alternativa foi o tema proposto, esta semana, para a ronda de conversas que o "Avante!" vem promovendo no quadro da discussão das Teses em curso em todas as organizações do Partido. Como convidados, os camaradas Vítor Dias, da Comissão Política, Helena Medina, Jorge Sarabando e José Caetano, todos do Comité Central e, respectivamente, membros das Organizações Regionais do PCP de Lisboa, Porto e Setúbal. Com a política de direita como ponto de partida, a conversa, em ritmo vivo, foi conclusiva quanto à ideia de que a alternativa, entendida como um processo, complexo e exigente, constitui uma necessidade imperiosa para resolver os problemas do País, como determinante é, simultaneamente, o papel do PCP, enquanto força aglutinadora, na construção dessa alternativa.

**Nos termos em que é colocada a necessidade da alternativa pressupõe-se, naturalmente, que há rejeição ao modelo que tem conformado a política de direita. Quais os aspectos mais marcantes desta política?**

J.S. - São múltiplos. Desde logo nos direitos dos trabalhadores, na criação do emprego precário, no aumento incontrolável do desemprego e depois poderíamos ir muito mais longe quando, por exemplo - estando inscrito na Constituição o direito à educação, - volta a haver uma selecção social no sistema educativo. Desde logo a protecção ao sistema do ensino privado com largos apoios por parte do Estado, indevidos muitas vezes. Não é que esteja em causa, sublinhe-se, a existência de um ensino particular e cooperativo, no plano supletivo, porque de facto muitas vezes supre falhas do sistema de educação pública. Mas o que não está certo é que seja o sistema público de educação a ser sacrificado para apoiar de uma forma escandalosa determinados segmentos do sistema educativo, designadamente do ensino superior privado.

J.C. - A política que tem vindo a ser seguida está ao serviço dos grandes monopólios. Basta ver toda a política de subsídios à agricultura e a forma como têm sido distribuídos, a par das indemnizações dadas a grandes latifundiários absentistas, com milhões e milhões de contos canalizados para esse sector minoritário da população portuguesa.

Não menos escandaloso tem sido o processo de privatizações, com a entrega ao desbarato do melhor património do Estado português às grandes famílias que dominaram o nosso País durante os 48 anos de fascismo. Um processo que tem sido igualmente marcado por casos de corrupção, de que há inúmeros exemplos concretos.

Para poder prosseguir esta política o Governo levou por diante - no quadro da chamada integração de Portugal na CEE - a destruição do nosso aparelho produtivo, o que tem naturalmente como consequência a subida galopante do desemprego e o recurso constante à importação da generalidade dos bens de consumo essenciais.

**A clarificação dos objectivos fundamentais de uma nova política, uma política de esquerda, constam do Programa do PCP. Este Programa mantém-se perfeitamente válido e actual?**

J.S. - O Programa do nosso Partido é um instrumento muito importante para a sua afirmação na sociedade portuguesa. De alguma forma contém os elementos de mobilização e transformação da sociedade que devemos saber aproveitar plenamente.

O Programa que nós temos é muito rico. Desde logo uma ideia de fundo, que fará naturalmente o seu percurso mas que há-de ganhar, estou certo, camadas cada vez mais amplas da sociedade portuguesa: a da inseparabilidade de democracia política, económica, social e cultural. É no fundo um projecto da democracia integral que se pode beber de alguma maneira no Bento Jesus Caraça. Esta ideia de não separarmos a democracia política de outras vertentes da democracia é uma ideia muito forte que terá hoje, vai tendo e terá no futuro uma repercussão muito grande que a esquerda e todos os sectores progressistas irão desenvolver.

De alguma forma está imanente também a ideia que os direitos humanos também são inseparáveis. Não se pode exigir apenas em democracia direitos políticos esquecendo outros, como o direito ao trabalho, o direito a uma habitação digna, o direi-

to a uma habitação para todos, o direito à saúde, em suma, todo um conjunto de direitos humanos que hoje são mais extensos e que são inseparáveis.

**Consideras por conseguinte que o Programa do Partido constitui neste momento um instrumento perfeitamente ajustado aos nossos objectivos de transformação da sociedade?**

J.S. - Poderíamos ver até, em áreas específicas, aspectos do que é a nossa política e do que são as nossas propostas, e de como elas vão ao encontro de largas camadas da população portuguesa, de largas camadas sociais. Podemos pegar no problema da educação: a defesa da escola pública é uma reivindicação dos comunistas? Não. A educação pública de qualidade é uma reivindicação hoje comum de muitos sectores, de uma grande parte dos professores e seguramente dos alunos e dos pais. Ora, este é um objectivo do Programa dos comunistas, mas corresponde também a uma aspiração de muita gente.

A independência e a celeridade de Justiça. Estas são também uma componente do nosso Programa. E vemos, até a propósito de um aspecto da actualidade, que, quando a Justiça se atreve a tocar nos poderosos, ousa tocar-lhes, logo se levanta uma santa aliança para pôr em causa alguns órgãos que são essenciais no regime democrático, como é o caso da Procuradoria Geral da República.

Mas se vamos para a política de saúde, creio que também a defesa de um sistema nacional de saúde para todos vai ao encontro de uma aspiração muito forte da sociedade portuguesa.

O mesmo se passa se formos para a justiça fiscal. Alterar esta oneração da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e as escandalosas isenções sobre os rendimentos do capital especulativo, julgo que corresponde a uma aspiração muito forte da sociedade portuguesa.

**Mas os constrangimentos a que o País está sujeito, decorrentes, por exemplo, do quadro das crescentes interdependências em que vivemos, como é o caso da União Europeia ou do Tratado de Maastricht, não podem comprometer ou inviabilizar uma nova política?**

V.D. - Um dos aspectos essenciais de toda a actual "construção europeia" é precisamente o de procurar fechar e aprisionar horizontes de transformação progressista nos países envolvidos na União Europeia. Essa tem sido uma constante dos diversos passos qualitativos do próprio processo de integração europeia.

Entretanto, quando usamos a palavra "constrangimentos", designadamente no caso nacional, devemos ter presente que se há quem não possa falar em constrangimentos são, por exemplo, o PS e o PSD. É que trata-se de passos em que estes partidos e os respectivos governos se envolveram deliberadamente. Não estão a ser vítimas, nem no passado o PSD, nem hoje o PS, de um constrangimento externo, de decisões externas que lhes são alheias. Estão a agir no quadro que eles próprios ajudaram voluntária e entusiasticamente a criar.

Depois é preciso ter em conta, sem prejuízo de dificuldades - e é também por consciência dessas dificuldades que travamos uma batalha tão áspera contra os novos passos qualitativos que se querem dar na integração europeia, designadamente com a Moeda Única -, que restará ao País margem de manobra para agir, na medida do possível, com outros países no sentido de rectificar o próprio rumo da integração europeia e atenuar os passos e evoluções mais negativas que se aproximam, e sobretudo lhe resta ainda a possibilidade de, como

membro de pleno direito da União Europeia, reclamar para si próprio estatutos diferenciados que o poupem na máxima medida possível aos efeitos destes novos "passos qualitativos" que se preparam.

Finalmente, convém não ter uma ideia estática das coisas. É bom não esquecer que à escala da maior parte dos países da União Europeia há uma grande constatação social e política a este caminho que a integração europeia está a seguir. O que significa que não é de excluir que os tempos que estão para vir tragam consigo novas explosões sociais e políticas que pressionem elas próprias no sentido da rectificação dos aspectos mais perigosos que a integração europeia está a seguir.

**Reportemo-nos agora à via e as forças que podem corporizar a alternativa. Nas Teses é sublinhada a ideia de que estamos perante um quadro que abre ao PCP novas possibilidades de intervenção e trabalho. Querem especificar melhor em que é que se traduzem essas possibilidades?**

H.M. - Agarraria a questão de uma outra maneira. Penso que a construção do processo de uma alternativa de esquerda é talvez uma das questões essenciais das Teses que estão em discussão para o XV Congresso, debate que com certeza irá prosseguir após o Congresso. A realização de um profundo debate em todo o Partido sobre esta matéria, realizado e acompanhado, naturalmente, no quadro do Comité Central é essencial: Isto pela importância, pela complexidade do problema e pela urgência que há em caminharmos para a construção dessa alternativa.

Há alguns aspectos que são dados certos e que são de grande evidência: não há alternativa política de esquerda sem um grande reforço do Partido Comunista Português. Mas isto, que é em si uma verdade e que tem uma importância indiscutível - sem um forte PCP a alternativa não será construída -, só por si, podemos dizer, não é suficiente.

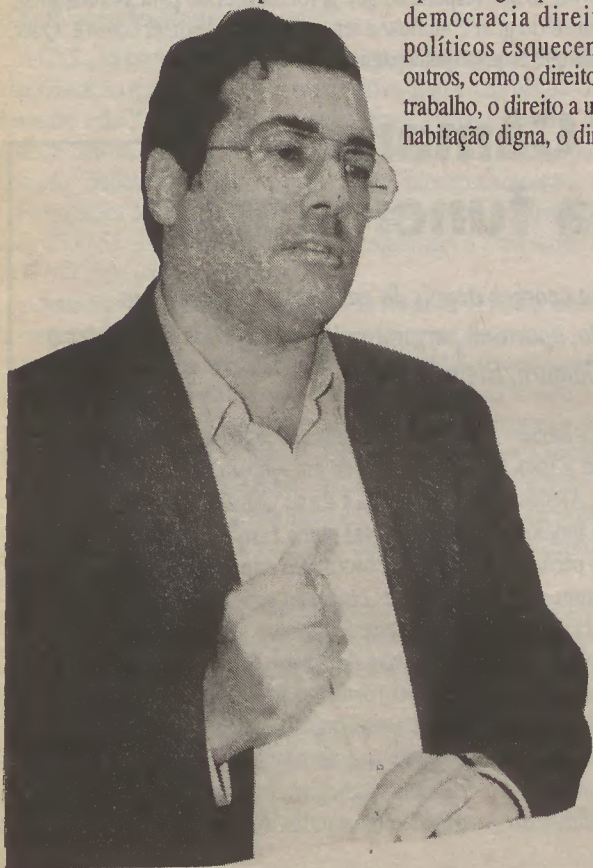
É portanto preciso ir mais longe em várias áreas de intervenção, quer de estudo da realidade portuguesa - como por exemplo a análise da estrutura de classes no nosso País, do quadro político e partidário que temos e da sua previsível evolução, etc -, quer no quadro da própria acção política do Partido.

A construção da alternativa terá de passar claramente por um grande fortalecimento do Partido, mas tem de passar também pela atracção para uma política de esquerda e para uma participação activa na sua concretização de largos sectores da sociedade portuguesa. Tal não se realiza nem se esgota numa aliança interpartidária no quadro das actuais forças políticas existentes no nosso País.

Nos últimos anos têm-se desenvolvido largos movimentos sociais de combate à política de direita, que depois não encontram a sua expressão política e partidária no quadro político existente. Esta questão não é fácil - é mesmo um processo exigente, complexo e provavelmente demorado, como é dito nas Teses - pelo que me parece que a realização de um grande debate no Partido sobre esta matéria, que as Teses aliás abriram, poderia ser uma contribuição muito importante.

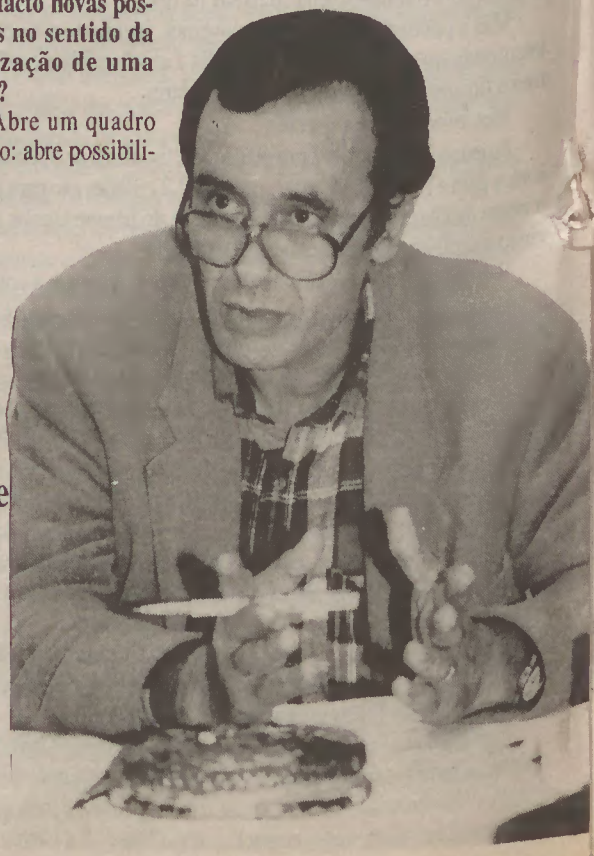
**Mas estás de acordo com a ideia de que o quadro político actual abre de facto novas possibilidades no sentido da materialização de uma alternativa?**

H.M. - Abre um quadro contraditório: abre possibili-



Jorge Sarabando

**"O Programa do nosso Partido é um instrumento muito importante para a sua afirmação na sociedade portuguesa. Contém os elementos de mobilização e transformação da sociedade"**



José Caetano

**"Quando nas Teses avançamos com a necessidade da construção de uma alternativa, em que o papel determinante cabe ao PCP, não deixamos igualmente de salientar o papel decisivo que assumem os movimentos sociais"**



# a alternativa

dades e dificuldades. A teoria do quanto pior melhor, está provado, não resulta do ponto de vista das opções de esquerda. Nas teses são apontadas seis direcções de trabalho ao Partido com vista à construção dessa alternativa de esquerda. Cada uma delas exige por si própria um debate. Por exemplo, as questões do reforço do Partido na sociedade portuguesa, as questões do reforço da intervenção dos comunistas no movimento de massas, as questões da dinamização pelo Partido de um amplo movimento de debate e reflexão com o conjunto dos sectores democráticos, com organismos e movimentos sociais, com cidadãos, ou ainda - acrescentava até -, as questões que se prendem com um aspecto que tem caracterizado a nossa intervenção e que nos dá uma grande força: a contribuição concreta dos comunistas para a resolução dos problemas, na linha do projecto que nos anima, um projecto de futuro mas também de construção de um presente melhor para os trabalhadores e para os portugueses e ainda as questões relativas à CDU, à persistente, ampla e qualificada comunicação do PCP com a sociedade e a confiante afirmação do valor próprio das propostas e do projecto político do PCP.

**No contexto do quadro contraditório de possibilidades e dificuldades que referiste em que plano poderemos situar o PS? A sua inflexão à direita dificulta ou facilita a alternativa?**

H.M. - Julgo que essa questão de saber se o PS inflectiu ou não à direita começa logo por ser uma questão discutível. Não sei se o PS inflectiu à direita. Há aspectos que resultam do facto de o PS estar no Poder e que levam a que seja o protagonista de uma determinada política, que em traços essenciais coincide com a política levada a cabo pelo PSD, mas isso não pode ser exactamente comparado com a intervenção e a afirmação do PS nos últimos anos, enquanto partido na oposição ao governo do PSD.

Precisamos de ir mais longe no aprofundamento do que é o próprio PS, como aliás se afirma nas Teses, e na necessidade de não caracterizarmos de igual modo o PS e o PSD e o CDS/PP. Há que procurar ir mais longe na própria análise do conjunto de forças muito diversificadas, com interesses de vária natureza, com contradições evidentes, que acabam por unir-se em torno do PS e que são elementos extremamente diferenciados. É da análise dessa realidade que terá de ser determinada uma política do Partido em relação à sua actuação e ao estabelecimento de pontos de diálogo e de intervenção diferentes, com sectores actualmente abrangidos pelo PS.

**Mas neste primeiro ano de governação PS houve sinais claramente reveladores dessa inflexão à direita, como aliás sublinham as Teses.**

H.M. - Pois. Só que, quando o PS esteve no governo antes do próprio PSD, foram esses os traços da política que procurou levar a cabo, naturalmente em condições menos favoráveis daquelas que tem actualmente. O processo de privatizações, por exemplo, foi avançado pelo PS, do mesmo modo que partiram dele, quando estava no governo, os primeiros ataques aos direitos sociais dos trabalhadores. Ou seja: não é para mim tão linear essa frase que vem nas Teses. Exige e tem de ser compreendida num determinado contexto e não deslocada como um valor absoluto, isto é, que o PS tinha uma política de esquerda e, repentinamente e surpreendentemente, no



governo, avançou com uma política de direita que nos espanta a todos. Não é esse o traço da situação.

V.D. - Creio que é justo pensar que a actual orientação do PS não é um acidente, não é uma fase temporária, antes deve ser vista como o culminar de um percurso antigo e de uma trajectória político-ideológica. Sem prejuízo de todas estas responsabilidades passadas e que já foram referidas, creio que é legítimo admitir que se trata de uma trajectória - aliás comum a outros partidos socialistas europeus, designadamente nos últimos anos -, em que houve uma maior agregação em torno de certos temas e de certos eixos de orientação que ganharam uma forma mais consolidada, como é a questão do neoliberalismo ou da própria integração europeia. Devemos ainda ter em conta que, quando desenhámos potencialidades e perspectivas para a nossa afirmação e crescimento de influência é muito importante ter em conta que nada acontecerá mecanicamente nem cairá do céu. O que nas Teses afirmamos é que é preciso trabalhar muito e puxar muito pela cabeça, ter muito dinamismo e capacidade de inovação para que essas potencialidades possam ser confirmadas, afastando o risco de, mesmo que o PS se desgaste compreensivelmente na governação, tudo continuar resumido à alternância entre o PS e a direita.

Isto ajuda a colocar toda a importância da tese fundamental que formulamos do PCP como aglutinador de valores e aspirações de esquerda e como partido portador de uma alternativa.

**Mas no contexto actual a forma como o PS tem governado, objectivamente, facilita ou dificulta a perspectiva da alternativa?**

V.D. - Creio que a questão já foi abordada nos termos justos, ou seja, a actual orientação do PS torna mais difícil, mais complexa e provavelmente mais demorada a construção da alternativa. E achamos que isto tem de ser assumido com verdade. Este facto não deve constituir factor de desânimo ou de descrença. Até porque o maior factor de desânimo ou de descrença estaria em ter a ilusão de que o PS por vontade própria é susceptível de rectificar uma orientação tão consolidada como aquela que está executando hoje no Poder. Neste sentido se pode dizer que dificulta a proximidade da construção da alternativa, mas, ao mesmo tempo, cria espaço - assim tenhamos capacidade, energia e ambição para isso - para que se venha a fortalecer na sociedade portuguesa aquele que é o real e determinante factor para a alternativa, o PCP.

J.C. - Este problema da alternativa não se pode ligar só ao actual papel dos partidos políticos. A vida em Portugal nos últimos quinze anos mostrou claramente a existência de contradições entre as bases sociais dos diferentes partidos e a política que esses partidos vêm depois aplicar no concreto quando são governo. Quando nas Teses avançamos com a necessidade da construção de uma alternativa, em que o papel determinante cabe ao PCP, não deixamos igualmente de salientar o papel decisivo que assumem os movimentos sociais no

sentido não apenas da sua construção, como também, inclusivamente, no que ao PS diz respeito, como factor capaz de condicionar a sua política.

H.M. - O Partido não condiciona o seu trabalho pela alternativa à postura da direcção do PS. Esta é uma questão chave do nosso trabalho. E o Partido considera que tem um importante papel a desempenhar num conjunto de frentes, a começar pelo seu próprio reforço, mas que não se esgotam neste domínio, e que são essenciais para a construção dessa mesma alternativa, encarada como um processo.

E de entre dessas múltiplas questões há uma que tem de merecer, quer agora quer no futuro, uma mais aprofundada discussão e intervenção do Partido: como é que se realiza, no quadro de uma dinamização do papel do Partido na sociedade, no estabelecimento de um amplo movimento de bases e de diálogo com forças democráticas e sociais, com os cidadãos em geral, que reconhecem a necessidade de uma alternativa à política de direita, como é que se vai depois realizar a expressão política dessas vontades, a expressão política dos múltiplos descontentamentos existentes na sociedade portuguesa e a expressão política de todas as vontades que pretendem construir uma alternativa em relação à situação actual.

**A questão reside, pois, não apenas no modo como ampliar as frentes de resistência mas também na sua agregação num quadro dinâmico que lhe garanta formas de expressão política...**

V.D. - Mantemos inteiramente essa importância da luta de massas e da luta por interesses concretos de diversas classes e camadas, e o carácter decisivo destes elementos na construção da alternativa. Só que, desta vez, atentos aos mecanismos de dominação sobre as consciências e de conformação que são exercidos pelas ideias e valores dominantes, colocamos uma grande ênfase na necessidade de esta frente de intervenção social ganhar as características de ela própria também realizar uma importante agregação em torno de valores e de eixos de nova política. Isto porque um dos grandes êxitos das ideias e das forças dominantes tem sido exactamente o de conseguir uma certa separação entre interesses sociais e representação política. Nós precisamos não apenas de uma grande dinamização da luta social mas que ela ascenda a patamares de claríssima reclamação em torno de uma nova política e que essa reclamação pese muitíssimo mais nas opções de voto.

**Na elevação qualitativa desse grau de consciência das massas o PCP volta a jogar um papel determinante...**

V.D. - É determinante não no sentido de que cabe ao PCP fazer isto tudo ou que isto depende apenas da força do PCP, mas é determinante na medida em que o PCP se considera a si próprio o principal protagonista político e defensor desses valores e grandes propostas de uma nova política.

J.C. - Gostaria ainda de referir o papel individual de cada uma das pessoas. Face à campanha ideológica que tem vindo a ser desenvolvida de um modo geral contra as organizações dos trabalhadores e contra a participação colectiva das populações na luta social e política, e também em consequência da desregulamentação da legislação laboral e da perda de direitos, temos sido confrontados com o alheamento das pessoas relativamente à sua participação na luta política social e na procura de soluções individualizadas para o seu problema, na procura do "salve-se quem puder".

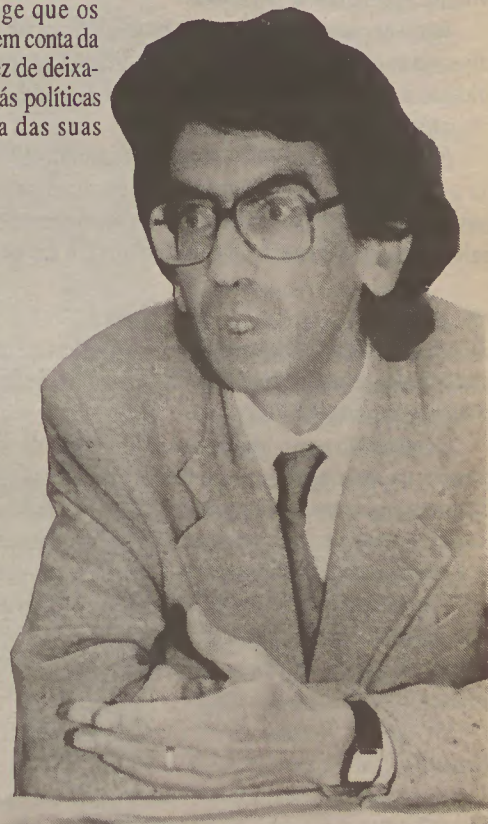
Ora também para a construção da alternativa é indispensável a alteração desta forma de estar. É indispensável que as pessoas se assumam, enquanto pessoas com direitos e com possibilidades de os exercer, sendo por conseguinte fundamental que na nossa intervenção no dia a dia seja alargada esta consciência ao conjunto da população e especialmente às camadas sociais que têm vindo a ser especialmente afectadas por esta política.

V.D. - Resumindo, a construção da alternativa precisa que os cidadãos sejam menos espectadores da política e mais protagonistas da política, exige que os cidadãos tomem conta da política em vez de deixarem que as más políticas tomem conta das suas vidas.



Helena Medina

**"A construção da alternativa terá de passar claramente por um grande fortalecimento do Partido, mas tem de passar também pela atracção para uma política de esquerda e para uma participação activa de largos sectores da sociedade portuguesa"**



Vítor Dias

**"A construção da alternativa precisa que os cidadãos sejam menos espectadores da política e mais protagonistas da política, exige que os cidadãos tomem conta da política em vez de deixarem que as más políticas tomem conta das suas vidas"**



EM FOCO

Comissão Política do PCP

# Decisões do Governo de profunda injustiça social

**A** Comissão Política do PCP, que reuniu na passada segunda-feira, promoveu, no dia seguinte, uma conferência de imprensa, em que o camarada Edgar Correia divulgou aos jornalistas alguns aspectos da análise da presente situação política e social. É o seguinte o teor da declaração então proferida:

**1.** Enquanto o Governo e o partido que o suporta cultivam a imagem do «optimismo» e da «auto-satisfação» Maastrichtiana, aqui e além já pontuada por marcas de arrogância, os sinais que provêm do país real traçam um quadro económico e social bem mais sombrio e inquietante.

As expressões que traduzem um profundo mal-estar social multiplicam-se. E estão em desenvolvimento formas de intervenção e lutas em torno de objectivos muito diversos.

Movimentam-se os trabalhadores, os estudantes, os agricultores. Fazem ouvir a sua voz as populações, em torno de problemas inadiáveis. E a estrutura produtiva nacional, em particular muitas pequenas e médias empresas, dão sinais de que as suas dificuldades estão a ultrapassar todos os limites.

A Comissão Política do PCP alerta em relação à deterioração da situação económica e social do país a que a política do actual Governo do PS está a conduzir, na continuidade, nos aspectos essenciais, da orientação seguida pelos governos anteriores da responsabilidade do PSD.

Constituiria um grave erro de apreciação que o PS confundisse o que se passa a nível institucional, onde o PSD e o PP não encontram motivos de discordância de fundo com a política que o Governo tem vindo a realizar e que por isso se confinam a uma oposição «faz-de-conta», com a situação real do país e a profundidade e seriedade dos problemas com que os portugueses estão confrontados.

Que não venha o PS, que está a levar por diante uma política que serve os interesses do grande capital e que satisfaz a direita, a reclamar apoios à esquerda e dos trabalhadores quando o tempo das suas aflições políticas novamente chegar.

O PCP, que dentro de poucas semanas irá realizar o seu XV Congresso, assume nas presentes circunstâncias da vida nacional o propósito de uma redobrada intervenção.

Intervenção no plano político directo, através de uma mais dinâmica comunicação com a sociedade portuguesa e do desenvolvimento de novas iniciativas.

Intervenção na esfera social, apoiando e animando as mais diversas expressões de luta e de reivindicação, em torno de problemas e com objectivos concretos, e actuando para a sua objectiva convergência.

Intervenção, também, ao nível das instituições, potenciando a acção do grupo parlamentar e dos autarcas do PCP, em íntima ligação com os problemas e as movimentações dos trabalhadores, da juventude, dos agricultores, e das populações.

**2.** A actualização das pensões da Segurança Social ontem anunciada pelo Governo justifica uma apreciação muito crítica por parte do PCP.

É conhecido que o baixíssimo nível da grande maioria das pensões da Segurança Social constitui um dos mais graves problemas sociais com que os portugueses estão confrontados. Na realidade, mais de dois terços do total de pensionistas de velhice e de invalidez do Regime Geral (contributivo) da Segurança Social, abrangendo um milhão e 650 mil beneficiários, recebem presentemente pensões inferiores a 30 contos por mês. E elevam-se a cerca de 90% os pensionistas que auferem valores inferiores a 50 contos por mês.

Vir agora o governo do PS anunciar uma actualização do Regime Geral de apenas 3,3%, um valor semelhante ao da inflação verificada no presente ano, significa que de facto e acima da pensão mínima, os pensionistas não vão ter quais-

quer aumentos reais de pensões.

Quanto à pensão mínima do Regime Geral e à pensão social importa sublinhar que a actualização anunciada pelo Governo não ultrapassa o ridículo montante de 37\$00 e 34\$00 por dia, respectivamente.

A Comissão Política do PCP considera, por isso, que o país está perante decisões que representam uma profunda injustiça social e uma flagrante violação dos compromissos que o PS inscreveu no programa eleitoral e posteriormente no programa do actual Governo.

O Governo anunciou também uma actualização extraordinária na faixa dos pensionistas que, cumulativamente, tenham 75 ou mais anos de idade, tenham descontado durante 24 anos ou mais e recebam pensões de montante inferior a um salário mínimo. Trata-se evidentemente de uma medida de carácter positivo, embora de alcance muito limitado e de expressão efectivamente modesta e que no essencial visa encobrir o facto da grande maioria dos pensionistas do Regime Geral não beneficiar de qualquer aumento real do valor das pensões.

Não se compreende que pensionistas com uma longa carreira contributiva e que auferem pensões muito degradadas tenham que esperar pelos 75 anos - que muitos infelizmente não atingem - para ver um pouco minorada a situação de profunda injustiça em que foram lançados. Dir-se-ia que o Governo está à espera que muitos pensionistas desapareçam para lhes reconhecer, tarde de mais, o seu direito a uma pensão mais digna.

**Nesta actualização extraordinária e de alcance limitado, que segundo os números oficiais apenas abrange 40 mil de um total de um milhão e 650 mil pensionistas, não parece difícil descortinar um propósito propagandístico do Governo.** E a pretensão de desviar as atenções da opinião pública das decisões fundamentais que adoptou no sentido de em 1997 não haver aumento do valor real das pensões para a grande maioria dos pensionistas.

O facto destas decisões de não aumento do valor real das pensões ocorrer na mesma altura em que o Governo, cedendo às pressões das multinacionais farmacêuticas, procedeu a um significativo aumento dos preços dos medicamentos (e em que um terço dos participantes, que têm preços até 1.000\$00, registaram uma subida de 8%), esclarece outra face de uma política com dois pesos e duas medidas: por um lado, são ratados os benefícios sociais; por outro lado, são inteiramente satisfeitos os grandes interesses que se dedicam à exploração de necessidades básicas da população.

O PCP defende, quanto ao valor das pensões e reformas, que elas deverão ser anualmente elevadas, de forma a garantir o incremento do seu valor real e a sua efectiva revalorização, devendo esse aumento incidir prioritariamente sobre as pensões mais baixas.

A justeza do princípio de que as pensões mais baixas devem beneficiar de uma actualização superior às restantes,



que o PCP há muito sustenta, não deve significar que haja pensionistas, embora em número reduzido, que vejam diminuídas as suas pensões.

O PCP assume com clareza o objectivo, cuja aplicação é recomendada pela Organização Internacional do Trabalho, de que as pensões e reformas mínimas não sejam inferiores a 60% do salário mínimo nacional. E proclama a necessidade de uma política que garanta efectivamente os direitos adquiridos a todos os beneficiários da Segurança Social, bem como o rigoroso respeito

pelos direitos em formação por parte de todos os contribuintes da Segurança Social.

**3.** A Comissão Política do PCP pronuncia-se firmemente contra a conjugação de posições e atitudes recentes que visam pôr em causa a credibilidade e a independência das magistraturas e, em particular, do Ministério Público, um dos mais importantes esteios da defesa da legalidade democrática.

O PCP declara-se clara e firmemente contra fugas de informação que violam o segredo de justiça, permitindo «julgamentos» por via mediática que podem por em causa a presunção de inocência dos arguidos em processo criminal. Esta questão deveria ser colocada, aliás, não só a respeito de casos que envolvem figuras conhecidas da área política e do mundo dos negócios, mas também a propósito de arguidos pertencentes a outras classes e camadas sociais mas que não têm possibilidades de recorrer às mesmas armas de defesa.

O PCP admite que seja necessário repensar o alcance do regime geral do segredo de justiça, tendo em conta os novos fenómenos que se verificam e a diversidade de valores a proteger.

No entanto, é manifestamente descabido que a presunção de inocência afaste a necessidade de um pleno apuramento da verdade em todos os casos submetidos à apreciação dos tribunais.

As acusações de Proença de Carvalho atribuindo exclusivamente as fugas de informação ao Ministério Público e de Freitas do Amaral responsabilizando por elas a Procuradoria Geral da República são particularmente graves, na medida em que não são acompanhadas de qualquer fundamentação minimamente credível. Para além dos seus objectivos imediatos, elas indiciam uma campanha cujas finalidades políticas ficaram bem patentes no facto de Proença de Carvalho ter defendido, uma vez mais, que o Ministério Público perca a sua independência e fique colocado na dependência do Governo, onde se tornaria um alvo mais fácil para aqueles que pretendessem influenciar as suas decisões.

O PCP considera que seria dever de personalidades com responsabilidades públicas absterem-se de posições que, objectivamente, possam aparecer perante a opinião pública como formas de pressão sobre o funcionamento independente da justiça ou até como promotoras da perda de confiança na isenção e imparcialidade dos magistrados nos casos em que estão envolvidas figuras de grande destaque na vida política e no poder económico.



## EM FOCO

# Portugal, a CEE e a UE: as razões do PCP

**1.** As notícias e comentários recentemente vindos a lume a propósito do 1º Relatório sobre a Coesão na União Europeia, da responsabilidade da Comissária de Política Regional, merecem a maior da atenção dos portugueses. Relatório de balanço à aplicação do Fundo de Coesão que foi criado em 1992 no seguimento do Tratado de Maastricht para aplinar o caminho dos quatro países mais pobres da UE (Portugal, Grécia, Espanha, Irlanda) para a UEM e a Moeda Única.

Tem relevante significado político que mais um Relatório insuspeito, de origem nas instituições comunitárias, confirme e justifique, com alguns anos de atraso, as interrogações, objecções e oposições do PCP à Adesão, ao Acto Único, ao Tratado de Maastricht, à Reforma da PAC. À forma e conteúdo como foram tratados, negociados e acordados por sucessivos Governos do PS e do PSD com o apoio do CDS/PP, alguns dos mais importantes *dossiers* e actos do processo de integração comunitário. Confirme e justifique as razões pelas quais o PCP combateu e combate as orientações, económica e política, que presidem à construção da União Europeia inscritas no Tratado de Maastricht: neoliberalismo e federalismo!

## 2. O que diz o Relatório da Sra. Comissária Monika Wulf-Mathies:

**Sobre a coesão económica e social.** Que a convergência entre os países da UE tem sido lenta. Que as distâncias económicas e sociais entre as diversas regiões da Comunidade Europeia se agravaram. Que no interior de cada país tem crescido o fosso entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, isto é, que têm progredido as ditas assimetrias regionais.

Se acrescentarmos a essa conclusão o que é conhecido sobre o agravamento do desemprego, da exclusão social e da pobreza na UE, e em geral em cada um dos seus países, o exame das políticas comunitárias, em direcção ao objectivo Coesão Económica e Social está feito. Não acredito que o saudoso Professor Comentarador lhe desse mais do que zero!

O Relatório não se limita a constatar, e explica (o óbvio): «Para os países mais fracos, as restrições orçamentais (decorrentes do processo da UEM e da Moeda Única, acrescento eu) limitam inevitavelmente a sua capacidade de empreender o necessário reequilíbrio em favor de despesas estratégicas fundamentais para promover o "catching-up" (o salto para agarrar, traduzo eu) com o resto da Europa». Isto é, para saltar economicamente e agarrarmos o resto da Europa, é necessária alguma largueza orçamental! Ora é exactamente o contrário que o Governo PS vem fazendo, como é evidente com o Orçamento do Estado para 1997, determinado que está o Eng. António Guterres em levar o País para o paraíso da moeda única!

**Sobre a PAC e a Reforma da PAC.** Os autores do artigo sobre o tema no Diário Económico afirmam que o Relatório «deixa implícita a ideia de que a reforma da PAC se tratou de uma reforma imposta, onde os maiores beneficiários acabam por ser dois dos Estados membros mais ricos (a França e a Dinamarca), e citando o próprio Relatório prosseguem «enquanto que um dos dois países mais pobres e mais agrícolas, Portugal, permaneceu como um perdedor líquido». Sublinho o «permaneceu» o que demonstra que já antes da Reforma da PAC era essa a situação, como o PCP previu e preveniu em 31 de Maio de 1980 na sua Conferência «Portugal e o Mercado Comum». Mas a Reforma da PAC, tal como se concretizou, e também como o PCP, e só o PCP no conjunto dos 4 partidos com representação parlamentar, afirmou, não só não corrigiu, antes agravou as distorções e problemas que a

adesão à CEE tinham trazido à agricultura portuguesa. Mantive-se, se não se agravou, a iníqua e injusta distribuição dos fundos agrícolas comunitários: 80% dos fundos para os 20% dos agricultores mais ricos da UE!

**Sobre as negociações do GATT/OMC e os processos de liberalização do comércio.** Os autores do mesmo artigo referindo-se ao Relatório, escrevem: «indústrias altamente protegidas por barreiras alfandegárias são responsáveis por mais de metade do emprego manufactureiro em Portugal. Apesar dos benefícios a longo prazo, as pressões para a modernização e adaptação de alguns modos de produção não podem ser subestimadas. Sobretudo em sectores como o têxtil e o vestuário que afectam países como Portugal, Espanha e Grécia. Estes países são vulneráveis à liberalização». Ou seja, do GATT decorre para Portugal novos encerramentos de empresas e mais desemprego. É sabido que outro senhor Comissário (Leon Brittain) não satisfeito com a velocidade de destruição do sector produtivo português, pretende ainda encurtar os prazos para a liberalização a 100%, previstos pelos Acordos do GATT para 2005.

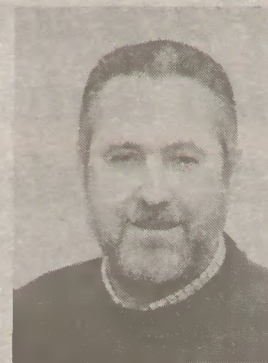
E o Governo do Eng. António Guterres lá vai alegremente participando em todo este processo acompanhado pelo PSD, em nome do inevitável «livre comércio e da imperativa mundialização», mandando aqui e ali umas «bocas» contra o neoliberalismo para português ver. Os seus ministros e os seus deputados lá vão aprovando relatórios e novos acordos, cedendo, cedendo sempre aos interesses do grande capital multinacional, das grandes potências económicas, Alemanha, EUA, Japão.

**Outras notáveis informações e conclusões do Relatório da Senhora Comissária de Política Regional.**

• A «liberalização das telecomunicações e transportes: tendem a beneficiar menos as regiões mais pobres, em favor das mais prósperas. Recomenda-se em alguns casos o adiamento do processo nos países mais desfavorecidos». Recomenda-se ao Eng. António Guterres que reflita sobre as privatizações da Telecom, da CP, da EDP, etc., em curso, que fazendo parte integrante do processo liberalizador comunitário, merece do Governo PS a máxima prioridade.

• «O programa de empréstimos bonificados para a criação de PME's tem sido utilizado quase a 100% pelos países mais ricos, enquanto Portugal apenas dispendeu um quinto do total das verbas adjudicadas». Porque será, Dr. Mateus? Será a atávica falta de queda dos portugueses para o negócio, a dita cuja falta de espírito empresarial? Ou apenas incompetência do anterior Governo PSD, Drª Maria João Rodrigues?

• As ajudas dos Estados ricos são muito superiores às concedidas pelos países mais pobres da União Europeia. Quanta gente enganada ao longo destes anos! Todos os que pensavam que nos países do «livre mercado» as ajudas públicas aos sectores em crise e a regiões desfavorecidas eram proibidas pelas regras comunitárias! Todos os que pensavam e pensam que as nossas dificuldades de concorrência nos mercados externos e internos passam fundamentalmente pela competitividade da



**AGOSTINHO LOPES**  
Membro da Comissão Política

No interior de cada país tem crescido o fosso entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, isto é, têm progredido as assimetrias regionais.

economia portuguesa (e com esse objectivo, toca a mandar trabalhadores para a rua!). Afinal têm de constatar que a concorrência económica e a transparência dos mercados são permanentemente falseadas, pelas referidas ajudas estatais dos países mais ricos!

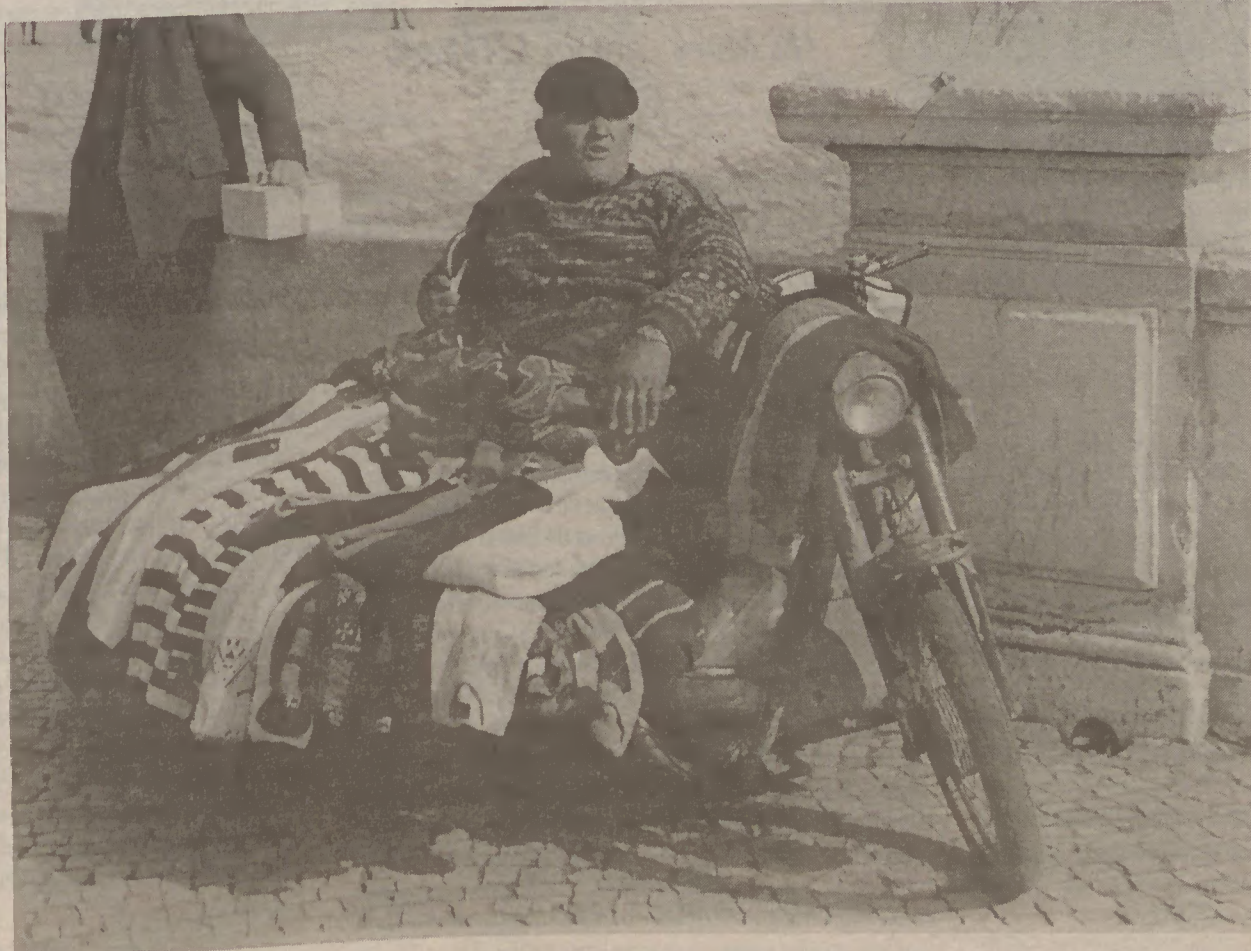
• **Redes Transeuropeias:** Lisboa seria a capital da Europa que menos beneficiaria. Apenas 16% da população (portuguesa) poderia ter um acesso mais rápido ao território comunitário. Mas dirá o Eng. António Guterres: que culpa têm os alemães, os holandeses, os franceses, que os portugueses nasçam aqui num extremo da Europa? Dirão outros em linguagem mais técnica: o problema é sermos um país periférico! E outros ainda, ingénuos, interrogar-se-ão: então essa coisa das transeuropeias não era exactamente para melhorar as acessibilidades dos periféricos?

**3.** Algumas anotações mais. Por fuga de informação, organizada ou não, das instituições comunitárias, o povo português tomou conhecimento de algumas das mais interessantes conclusões do Relatório. Mas também fomos já informados que a versão que seria tornada pública, «venha a ser mais inócua» segundo o Diário Económico ou tenha as «conclusões suavizadas» segundo o Público. Interrogações legítimas: por onde andará a famosa «transparência» que devia presidir às relações da Comunidade com os cidadãos? Será que os responsáveis por este «barco», a meter água por todo o lado, recusam ver a cara ao espelho?

Outra conclusão política importante, é verificar o conjunto de problemas semelhantes, que apesar de dimensões diferentes, atingem a generalidade dos países da Comunidade e em particular os quatro países da Coesão. Isto é, com Governos mais à direita ou mais sociais democratas, os resultados são os mesmos. Mais assimetrias regionais. Mais desemprego. Mais pobres.

O que aí vem, processos que em geral já se encontram em marcha, só agravará as conclusões do Relatório. **Alargamento da UE a Leste:** mais povos

candidatos aos fundos enquanto que os actuais países contribuintes líquidos tudo estão a fazer para apertar os cordões à bolsa. (Ver o sucedido na discussão do Orçamento Comunitário para 1997 e as propostas de alteração das regras de aplicação dos Fundos Estruturais.) **Nova reforma da PAC,** imposta pelo alargamento: o que se aponta é o aprofundamento e desenvolvimento das orientações e critérios que presidiram à primeira reforma. E se esta teve os resultados que o Relatório indica, é adivinhar o resultado da segunda em fase de arranque. UEM e Moeda Única, caminho irreversível a partir de 1997, o que se conhece já é suficientemente mau...





# 7 de Novembro

■ Aurélio Santos

## Para uma revalorização da actualidade da herança revolucionária de Outubro de 1917(\*)

**P**ara quem quer que se preocupe com o futuro da humanidade (e com mais razão ainda para os comunistas, que numa intervenção consciente para a concretização desse futuro encontram a razão da sua militância), a Revolução de Outubro não é apenas «um grande acontecimento histórico» cuja memória já vai ficando longe e ao qual se presta uma homenagem mais ou menos formal. Trata-se de facto de um acontecimento que permanece contemporâneo porque nele se contêm as grandes questões do nosso tempo. O que implica e exige uma *reflexão actual* sobre questões como sejam saber se se mantém o seu valor como acontecimento maior do século XX, e até que ponto são válidas, hoje, as suas experiências e realizações. Reflexão tanto mais necessária quando, com a destruição da sua maior realização - o primeiro Estado Socialista, a URSS -, a herança histórica da Revolução de Outubro é, por muitos, desvalorizada, negada (e renegada) e dada por liquidada.

Valerá a pena, pois, abordar alguns dos temas dessa reflexão necessária.

Podemos considerar que, com a Revolução de Outubro o Socialismo saiu da sua pré-história.

Marx libertara o socialismo da «utopia» (isto é, de um modelo idealizado de sociedade), colocando-o no terreno sólido da realidade social (por isso científico). Os socialistas utópicos julgavam poder reconstruir a sociedade partindo de um modelo previamente idealizado e desenhado, antes de ser construído. A visão de Marx (e depois de Lênine) foi bem diferente: partiu de um aprofundado estudo da realidade e de uma permanente **aprendizagem com a realidade**: e é na acção no seio dessa realidade, para a modificar, que o socialismo científico fez (e faz) as suas provas.

A Revolução de Outubro foi, precisamente, uma intervenção fundamental nessa realidade.

Com ela, o Socialismo, como forma de organização da sociedade humana, deixou de ser apenas uma teoria - e iniciou a sua fase experimental.

Esse, só por si, constitui um imenso mérito da Revolução de Outubro.

As revoluções não podem ser objecto de experimentação laboratorial: a sua experimentação faz-se no próprio processo da vida social.

E tal como não há «modelos» universais para o Socialismo, também não há modelos para as revoluções.

Mas há experiências da acção revolucionárias. E essas são fundamentais para os processos de transformação social. Elas formam a **experiência disponível**, acumulada de geração para geração - e essa experiência disponível é a própria base, sólida e indispensável, em que pode desenvolver-se a teoria e a acção da luta pelo socialismo.

Atentemos em algumas dessas experiências trazidas pela Revolução de Outubro.

Outubro de 1917 foi um grande exemplo do papel das massas na História - e, também, do papel de um partido revolucionário, actuando nas condições do século XX (o partido que Lênine e os bolcheviques russos tinham criado e que designaram, precisamente, como «partido de novo tipo»).

Outubro de 1917 confirmou as condições em que pode criar-se aquilo que Lênine definiu como «situação revolucionária» (quando as classes dominadas **não querem** mais continuar como antes e as dominantes **não podem** mais continuar como dantes). Condições que são fruto de uma acumulação de contradições que levam a uma mudança qualitativa no processo social da luta de classes.

Outubro de 1917 provou que mérito e função de forças revolucionárias (as forças que se propõem transformar a sociedade) é preparar essa acumulação, reconhecer os momentos da mudança qualitativa, e intervir activamente nesse processo.

Mas o derrubamento da velha ordem é apenas o começo de

uma revolução. A transformação social começa depois.

A grande inovação de Outubro de 1917 foi iniciar a experiência de um **novo tipo de Estado**: um Estado não capitalista, procurando o caminho do socialismo.

Isso comportou êxitos e derrotas, conquistas e erros. Como toda a obra humana.

Já o próprio Lênine o reconhecia, quando, ao comemorar o 4º aniversário da Revolução, afirmava: «Não há dúvida de que cometemos e ainda cometeremos uma enorme quantidade

de tolices (...). Mas as nossas tolices são de uma espécie completamente diferente das dos nossos adversários. E nós apenas começamos a aprender.»

Com todas as dificuldades e ataques que teve de enfrentar, com todos os erros, contradições e desvios que o projecto socialista sofreu na URSS, o que é inegável, num balanço objectivo, é que a Revolução de Outubro marcou o século XX (tal como a Revolução Francesa marcou o século XIX, pese os avanços e recuos que as suas ideias e transformações sociais conheceram durante esse século).

- Ela foi uma demonstração concreta de que a criação das

**«O comunismo não é para nós um estado de coisas que deva ser fabricado, um ideal pelo qual a realidade terá de se regular. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o actual estado de coisas. As condições deste movimento resultam da premissa actualmente existente.»**

**(K. Marx - em «A Ideologia Alemã»)**

bases para uma sociedade socialista tornou possível que um país economicamente atrasado, como era a Rússia czarista, em menos de 30 anos (e apesar das destruições da guerra civil e da invasão nazi) se transformasse numa potência mundial de primeira classe - enquanto que países capitalistas como a Inglaterra e França levaram mais de 200 anos a atingir esses mesmos níveis.

- Ela deu, pelo exemplo e pelo apoio, novos impulsos, conteúdos, referências e ânimo ao movimento revolucionário mundial - traduzidos na criação de partidos comunistas em todos os continentes, na liquidação do colonialismo, no arranque e desenvolvimento da luta contra o imperialismo e na sua contenção.

- A força material, social e política do Estado por ela criado deu uma contribuição decisiva à derrota da poderosa máquina de guerra do nazi-fascismo, barrando caminho ao retrocesso da barbárie no nosso século e tornando possíveis as grandes transformações do panorama mundial na sua segunda metade.

- As transformações e realizações sociais levadas à prática no processo revolucionário por ela desencadeado colocaram na ordem do dia e consagraram uma nova dimensão aos conceitos de direitos humanos, alargando-os a áreas até aí nunca consideradas (direito ao trabalho, ao ensino, à saúde, à segurança social, incluindo a própria universalidade dos direitos políticos) - e impondo, pela sua **existência real**, novas condições nos próprios países capitalistas, que forçaram o Capital, ante a luta dos trabalhadores, a ceder terreno (que agora quer recuperar).

A perda do Estado Soviético tem revelado, pela negativa, o papel fulcral que a Revolução de Outubro teve na transformação do mundo.

O PCP já analisou (e certamente terá de aprofundar mais ainda essa análise) as causas que levaram à derrota dessa primeira experiência prática da construção do socialismo.

Mas a nossa análise não pode ceder nem fazer concessões à pressão dos inimigos do socialismo, que procuram denegrir, caluniar, destruir tudo o que em nome do socialismo se fez (e faz).

Também mau seria que, por não se terem realizado muitas das nossas esperanças, perdêssemos a confiança nos nossos ideais.

Ter ideais - **não é idealizar a vida**, supor que a realidade deve corresponder ao que desejamos, tem de ser como nós sonhamos. Isso seria regressar ao socialismo utópico.

A relação entre os ideais e a realidade é também um terreno da nossa luta - e exige, em cada situação, procurar ver onde estão os factores que (mesmo que de forma parcial e imperfeita) podem, no essencial, contribuir para a derrota, ou contenção, das componentes reaccionárias da exploração e dominação do Homem, para o avanço e aperfeiçoamento das forças revolucionárias de transformação do mundo.

É a esta luz que podemos também examinar a herança da Revolução de Outubro.

Mas não para guardar essa herança na gaveta ou para a arrumar nas estantes da História. É, sim, para nos ajudar a prosseguir caminho.

As ideias do socialismo, os seus contornos e expressões concretas, têm evoluído à medida que avança a experiência disponível do movimento revolucionário. Não eram no tempo de Lênine as mesmas do tempo de Marx, como eram diferentes quando Marx escreveu «O Capital» e participou na fundação da I Internacional e no tempo em que lançou, com Engels, «O Manifesto Comunista». Também não são hoje as mesmas do que quando da Revolução de Outubro. Até porque hoje dispomos de mais 79 anos de experiência revolucionária e o mundo não é o mesmo.

Temos de dar resposta às novas condições e exigências colocadas pelo nosso tempo com a mesma audácia e criatividade de que deram prova os revolucionários de Outubro de 1917.

Num mundo em que as relações de classe (económicas e sociais) e as suas contradições ganharam novas formas e novas dimensões, uma vez mais a questão que se nos coloca é procurar os factores que podem ser base de um projecto de emancipação.

Sob o aparente triunfo do capitalismo cavam-se fissuras profundíssimas que é necessário explorar. O capitalismo continua sendo um implacável produtor de desigualdades concretas. É não só injusto como inviável: a sua eficácia é cada vez mais destrutiva - tanto da natureza como da própria sociedade humana. Tem recursos e poder mas não tem futuro, e manifesta os seus limites com a carência estrutural de resposta para as aspirações do ser humano.

As próprias necessidades de salvaguarda das conquistas civilizacionais adquiridas a custo de enormes esforços humanos colocam na ordem do dia questões como sejam: a promoção de critérios de desenvolvimento **não mercantis**; a procura de **formas sociais de apropriação e gestão dos meios de produção** que dêem suporte aos imperativos do desenvolvimento social; a intervenção e **participação dos produtores nas escolhas da gestão**; as formas de concretização e exercício da **democracia** e de **controlo do poder**; a promoção de **formas diversificadas de cooperação**, nacionais e internacionais, sem dominação; e muitas e muitas outras que só podem encontrar solução com a contribuição das **propostas, concepções e experiências do socialismo**.

Hoje, quando o ideal comunista dispõe também da vastíssima e diferenciada experiência prática (nos seus aspectos positivos mas também nos negativos) de que a Revolução de Outubro foi propulsor, abrem-se novos espaços e possibilidades para a sua insubstituível e imprescindível intervenção.

Para o revigoreamento e renovação da **consciência de classe e da acção das massas populares**; para a recuperação e aprofundamento da **iniciativa e da acção política**; para forjar a **força revolucionária** capaz de fazer convergir as forças dispersas que se levantam contra os desumanos efeitos do capitalismo.

O projecto comunista tem condições de ganhar uma renovada credibilidade e influência. O que não acontecerá por acção espontânea. Exige luta: a nossa luta. Em Outubro de 1917 também foi assim.

(\*) Intervenção feita por ocasião do 79º aniversário da Revolução de Outubro, durante o convívio comemorativo realizado na sede central do PCP.



## EM FOCO

## Interrupção Voluntária da Gravidez

Lei actual  
é «perversa e antinatalista»

As alterações à Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez estiveram em debate no colóquio promovido pelo PCP, no passado sábado, na Assembleia da República. Dividido em dois painéis - o primeiro sobre questões médico-sociais relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez e o segundo sobre a IVG e os problemas de Direito Penal, moderados respectivamente pelas deputadas Luísa Mesquita e Odete Santos -, contou com a participação designadamente do Prof. Dr. Carlos Jorge, da Universidade de Medicina da Universidade do Porto, da Dr.<sup>a</sup> Maria José Alves, da Associação para o Planeamento da Família, e dos penalistas Prof. Dr. Costa Andrade, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e ex-deputado do PSD, e Dr. Rui Pereira, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, abriu o colóquio com uma breve intervenção onde, contestando a proposta de referendo sobre a actual lei do aborto preconizada pelo líder do PSD, considerou-a um subterfúgio para desviar as atenções das questões para as quais o PSD não tem respostas.

De seguida, dando início ao debate, Graça Mexia, psicóloga do Hospital Miguel Bombarda, começou por considerar que as leis de Protecção da Maternidade e da Paternidade, do Planeamento Familiar e da Exclusão da Ilicitude em alguns casos da Interrupção Voluntária da Gravidez infligiram em 1984 a primeira derrota às posições obscurantistas que dominavam em Portugal o curso da história sobre o papel da mulher.

«Foi em 1973 que se esboçaram as primeiras tentativas de planeamento familiar», afirmou Graça Mexia, lembrando, contudo, que só em 1976 este é legalizado e integrado na valência de saúde materno-infantil de todos os centros de saúde. Tendo sofrido, desde então, ataques generalizados, foi de grande oportunidade para a sua defesa a apresentação em 1984 de um projecto de lei do PCP sobre a matéria. Embora a partir daí o planeamento familiar tenha adquirido uma maior amplitude, a gravidez na adolescência continua um problema grave.

A IVG, último recurso contra uma gravidez indesejada - e nunca um método anticoncepcional -, pode no entanto surgir quando falha a Educação Sexual e/ou o Planeamento Familiar, afirmou Graça Mexia. E referindo que dos 16.000 abortos realizados por ano em Portugal - segunda causa de morte materna -, 97% são clandestinos e realizados em condições deploráveis, diz que «enquanto houver mortes por aborto, isso significa que a informação sobre contracepção e acessibilidade dos serviços de saúde são insuficientes».

É grande a hipocrisia dos que, manifestando-se contra as alterações propostas pelo PCP à lei da IVG, ignoram a realidade social e económica que estão na origem do recurso ao aborto e defendem uma política que conduz ao agravamento desta mesma realidade, denuncia por fim esta psicóloga.

Para o Prof. Carlos Jorge, presidente da Associação Portuguesa de Diagnóstico Pré-Natal, que a seguir interveio, só a «linguagem biológica» deve ser utilizada na discussão destes temas.

Contestando os prazos previstos na actual lei para a interrupção voluntária da gravidez - uma vez que os métodos de diagnóstico existentes não permitem ter certezas quanto às mal-formações do feto - este prestigiado médico classifica de «antinatalista e perversa» a actual lei. É que o prazo de 16 semanas estabelecido para a rea-



Um debate sério e enriquecedor, tomado possível pela participação de prestígiados médicos e penalistas e de uma assembleia interessada e participativa

lização do aborto eugénico, não permite - em caso de dúvida - a avaliação rigorosa da existência ou não de mal-formações no feto.

A perversidade da actual lei está, pois, em não dar às mulheres «outra alternativa senão a de abortar à cautela, de forma irracional e inadmissível», considerou Carlos Jorge, defendendo que um prazo mais alargado permitiria equacionar outras soluções. E queixando-se de uma lei mal feita que «atira para cima dos médicos e das instituições responsabilidades perfeitamente iníquas» que não são suas, deu o seu acordo, na generalidade, ao projecto de lei do PCP.

Maria José Vale, por sua vez, refere o caso da Holanda - país que tendo desde 1970 o aborto legalizado, apresenta hoje a taxa mais baixa de aborto da Europa - e considera que as leis restritivas, mesmo em termos de políticas pré-natalistas, têm-se mostrado ineficazes.

## Uma lei ineficaz

A iniciar o debate do segundo painel, o Prof. Costa Andrade pronunciou-se a favor do alargamento dos prazos actualmente previstos para o aborto «embriopático» ou «fetopático», como lhe preferia chamar, e disse-se favorável à lei vigente, «corrigida naquilo que deve ser corrigido em ordem à sua aplicação autêntica».

«Não faz sentido a manutenção dos actuais prazos para a reali-

zação do aborto eugénico», sublinha este penalista, uma vez «que eles não têm aplicação prática».

Sendo embora contra a liberalização do aborto até às 12 semanas, Costa Andrade concorda com algumas das medidas avançadas pelo projecto de lei do PCP sobre esta matéria, remetendo, no entanto, para os médicos e os cientistas a definição dos prazos legais para a realização da IVG.

Para Costa Andrade, uma coisa é certa: os defensores da vida não estão todos do mesmo lado, não podendo dizer que é defensor da vida quem manteve «um silêncio de 8 ou 10 anos» e aproveita agora uma iniciativa legislativa de outros para «esconjuram fantasmas» e defender a criminalização como «um guarda-nocturno que guarda consciências». Todos aqui somos defensores da vida, prosseguiu Costa Andrade, e «contra aquilo que apressadamente se pode julgar», o alargamento do prazo para o aborto eugénico é nesse sentido que aponta.

O penalista Rui Pereira, por seu turno, considera «um dever cívico» pronunciar-se sobre o tema em questão: dizer que o aborto é «uma questão de consciência» não pode servir para «calarmos a nossa própria palavra». E debruçando-se sobre os prós e os contras de um referendo sobre a matéria, considera que este pecará sempre por um défice democrático.

Para Odete Santos, o «aborto inseguro é causa de graves lesões físicas e psíquicas da mulher», sendo também um grave problema de saúde pública que cabe ao Estado resolver.

À semelhança do que se passa nos países da União Europeia, e mesmo no mundo, diz a deputada comunista, a taxa de feminização da pobreza é elevada e as mulheres, «as principais vítimas da recessão económica», vêem-se privadas do direito a uma maternidade consciente. E depois de referir a especial gravidade da situação que se vai deparar às mulheres, nomeadamente com a entrada em vigor «da lei que desregulamenta os horários de trabalho, permitindo horários de 50 horas em muitas semanas do ano», Odete Santos denuncia a discriminação que as mulheres sofrem no acesso ao emprego pelo facto de serem mães.

Depois de assinalar a «reduzida eficácia da lei penal, com efeitos negativos quanto à prevenção do crime», a deputada comunista diz que «ao invés de criar o valor da norma penal, o desrespeito continuado das proibições, contribui para o desvalor das normas penais» e considera que a solução que o PCP propõe «é a que melhor cumpre o objectivo de combate ao aborto clandestino e a que melhor se enquadra no figurino constitucional do Direito Penal».

A lei da IVG precisa de ser alterada e não obriga ninguém a abortar («só aborta quem quiser!»), foram as tónicas dominantes de um debate que se revelou extremamente interessante e rico. Intervenções como as de Teresa Tellerias, da Direcção Geral de Saúde, de Lígia Amâncio, presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, do representante da Ordem dos Médicos, de psiquiatras, médicos e outros técnicos ligados à Saúde e ao Direito, de mulheres do MDM e da UMAR, provaram ser possível uma discussão séria sobre uma matéria que, na opinião de Odete Santos, chega a assumir «foros de irracionalidade».

Assim também concluiu o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, no encerramento do colóquio. Apesar da diversidade de pessoas presentes, conseguiu-se obter no debate, segundo a opinião deste dirigente comunista, um largo consenso: quer quanto à necessidade de a lei ser alterada quer quanto à riqueza das intervenções que nele se verificaram.

## Adequar a lei

Dando «voz às mulheres que continuam a percorrer o calvário do aborto clandestino», o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei sobre Interrupção Voluntária da Gravidez para pôr fim a esse flagelo/negócio. O projecto em discussão, instituindo um regime mais adequado à realidade e aos conhecimentos de medicina, contempla designadamente:

\* Exclusão da ilicitude da Interrupção Voluntária da Gravidez quando realizada nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher;

\* Nos casos de mãe toxicod dependente o alargamento do período atrás referido para as 16 semanas;

\* O alargamento de 16 para 22 semanas nos casos de aborto eugénico, especificando-se que o risco do nascituro vir a ser afectado pela síndrome de imunodeficiência adquirida constitui um dos casos em que pode ser praticado o aborto eugénico;

\* O alargamento de 12 para 16 semanas do prazo dentro do qual a I.V.G. pode ser pra-

ticada, sem punição, nos casos em que a mesma se mostre indicada para evitar perigo de morte ou de grave lesão para o corpo ou saúde física ou psíquica da mulher grávida. Na verdade, a vida demonstrou, nomeadamente nas doentes submetidas a tratamentos antidepressivos, a necessidade de alargamento do prazo;

\* O alargamento de 12 para 16 semanas no caso de vítimas de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, e quando menores de 16 anos ou incapazes por anomalia psíquica, o alargamento para 22 semanas. De facto, a situação de incapacidade pode determinar atraso no recurso à I.V.G.;

\* A obrigação de organização dos serviços hospitalares distritais, por forma a que respondam às solicitações de prática da I.V.G.;

\* A impossibilidade de obstruir o recurso à I.V.G. através da previsão da obrigação de encaminhar a mulher grávida para outro médico não objector de consciência ou para outro estabelecimento hospitalar que disponha das condições necessárias à prática da I.V.G.;

\* A despenalização da conduta da mulher que consinta na I.V.G. fora dos prazos e das condições estabelecidas na lei;

\* O acesso a consultas de planeamento familiar.



## EM FOCO

## Um filme que ajuda a compreender o conflito na Irlanda

■ Manoel de Lencastre

## "Michael Collins"

**A**tribuição dos principais prémios do Festival de Veneza ao filme de Neil Jordan, «Michael Collins», distribuído pela Warner Bros., fez concentrar a atenção do mundo, uma vez mais, na candente questão da Irlanda – não só nos problemas da actualidade, já bastante divulgados, mas nos das lutas patrióticas do princípio do século. Foram estas que originaram condições para a tumultuosa situação presente.

Quem foi Michael Collins?

O realizador do filme, ao trazer dos arquivos da História da Irlanda moderna esta controversa mas central figura do processo da independência e ao expô-la à análise do público internacional, prestou um positivo serviço a todos os que procuram compreender melhor o que se passa na Irlanda e no Ulster dos nossos dias.

## Transigência fatal

Collins, secundado por Arthur Griffith, foi o homem que negociou e assinou com o governo britânico, em 1921, a criação do "Irish Free State" (Estado Livre da Irlanda). Mas deixou sob o domínio da Coroa inglesa os seis condados do Ulster (Irlanda do Norte). Tinha apenas 31 anos de idade, e todo um passado de guerra que os ingleses temiam. Entretanto, consciente de que a concessão feita produziria consequências, trágicas, declarou: "Acabo de assinar a minha própria sentença de morte." Sabia perfeitamente que a Irlanda sublevada e disposta a levar até às últimas consequências a luta pela independência, não aceitaria facilmente a divisão do país.

Nas condições em vigor, Michael Collins tornara-se na personalidade mais relevante da política irlandesa. A sua espectacular postura durante as negociações com o governo britânico foram, porém, interpretadas sob os mais diversos ângulos. Por exemplo: as suas aventuras de carácter romântico viram-se abundantemente exploradas pelos ingleses. Sob certos aspectos, estes haviam-se convencido de que lhes seria possível dar à Irlanda uma impressão de liberdade, uma ilusão sob o estatuto de Domínio. Mas Collins exigiu o reconhecimento da independência sob o regime republicano, o fim do recrutamento para o serviço militar britânico, a aceitação da posição da Igreja católica em toda a Irlanda. Estávamos em Dezembro de 1921.

Mas o governo de Whitehall achava-se preparado para deixar o processo evoluir e, estranhamente, parecia confiar em Collins. O referido "Free State" foi aceite desde que o político e militar irlandês concordasse com a partilha do país. Quando se chegou a acordo sobre esta fundamental questão, ficava traçado o destino de muitos. A decisão de Collins de aceitar que o Ulster permanecesse no Reino Unido foi fatal. Ele esperava, possivelmente, que o correr do tempo lhe permitiria novas negociações em condições diferentes. Mas ainda hoje, como está bem à vista do mundo, os problemas criados como resultado do Tratado onde Collins colocou a sua assinatura permanecem.

## Antecedentes

Tudo começara com o heróico levantamento da Páscoa de 1916 (24 de Abril, uma segunda-feira). Pela voz de patriotas iluminados e decididos a todos os

sacrifícios, a Irlanda declarou-se uma República independente. Forças revolucionárias ocuparam o edifício dos Correios, na O'Connell Street, em Dublin, de onde realizaram a célebre proclamação e pretenderam combater o exército inglês. Mas a base política dos revolucionários era precária. A composição das forças rebeldes, con-

traditória. Muitos patriotas irlandeses não tinham aderido ao movimento. Entre as formações de maior peso e com mais capacidade para combater, contavam-se o I. R. B. (Irish Republican Brotherhood-Irmandade Republicana Irlandesa) que dispunha de um Conselho Militar de sete membros sob a direcção de Patrick Pearse, e o exército de "Volunteers" (a classe operária dirigida pelo heróico James Connolly) que, entretanto, não possuía efectivos superiores a 1500 combatentes.

Pode dizer-se que o povo irlandês tinha dúvidas quanto ao êxito deste arriscado empreendimento. O apoio prestado aos revoltosos esteve longe das melhores expectativas. Mas a conjuntura alterou-se, já na sexta-feira, 28 de Abril, quando começaram a espalhar-se notícias das prisões realizadas pelos ingleses, dos julgamentos sumários, das condenações à morte. James Connolly, com ferimentos graves sofridos em combate e não podendo manter-se de pé devido ao alastramento da gangrena provocada por esses ferimentos, foi fuzilado amarrado a uma cadeira. Estes actos bárbaros conduziram a que toda a Irlanda sentisse na alma o significado da execução dos 16 chefes revolucionários, os mártires da histórica insurreição da Páscoa. Alguns poemas de W. B. Yeats, fizeram o resto. A legitimidade da ocupação britânica da Irlanda foi posta em causa. Ficou em ruínas. Abria-se o caminho para a luta revolucionária e para a guerra contra a ocupação estrangeira.

## Guerra secreta

Foi nesta situação, portanto, que a guerra antibritânica conheceu o seu início. O conflito ganhou, rapidamente, um carácter subversivo em que o terrorismo aberto e o heroísmo total se misturaram em múltiplos momentos. Os ingleses possuíam forças militares consideráveis na Irlanda. E nas tarefas mais sujas da espionagem e das provocações nos meios civis, destacavam-se os sinistros contingentes do "Black and Tans" (Negros e Queimados) que ora surgiam como polícias, ora como soldados. Para fazer frente à guerra secreta dos ingleses, o IRA nomeou um dos seus mais jovens e brilhantes activistas (30 anos de idade) oriundo da região de Cork – Michael Collins (1890-1922). E este conseguiu infiltrar os serviços secretos britânicos através da acção de agentes que funcionavam no próprio ninho onde o poderio da Inglaterra se exercia, "The Castle", no centro de Dublin. Em pouco tempo, as estruturas de espionagem e de contra-espionagem dos serviços ingleses foram expostas e desmanteladas. Mas as actividades dos "Black and Tans" também se intensificaram. Passaram a operar armados até aos dentes e sem referência a quaisquer princípios de disciplina.

Não é de estranhar que, em condições de tal ferocidade, os protestantes do Ulster tivessem querido aproveitar o momento para a abertura de negociações particulares com os ingleses. Pretendiam e obtiveram um Tratado que lhes garantia o governo interno da chamada Irlanda do Norte. Assim, os unionistas do Sul viram-se ultrapassados. Os republicanos do Norte acharam-se absorvidos no mini-Estado orangista. A batalha pela Irlanda unida perdeu terreno. E a guerra, o terrível conflito que trazia o inferno à nação católica irlandesa, não abrandava na sua fúria. Era imperativo abrir caminho para que se encontrassem soluções políticas. E Collins partiu para Londres, como já sabemos, na qualidade de negociador principal em nome da nova Irlanda que já conhecia 800 anos de opressão por parte dos ingleses.

Eamon de Valera (1882-1975), chefe do "IRA-Sinn Fein", recusou integrar a delegação. Tratava-se de um professor de matemática que nascera em Brooklyn (New York), filho de pai espanhol e mãe irlandesa, e tinha sido, com Michael Collins, um dos principais quadros revolucionários de Thomas MacDonagh que assinara a declaração à porta dos Correios e morrera por isso. Tinha recusado com muitos outros o lugar de deputado à Câmara dos Comuns. De Valera demitiu-se da "Dail" (parlamento irlandês) que aprovara o Estado Livre negociado por Collins. Fez perceber que a criação do "Free State" não passava de uma traição à Irlanda. Mas a nova situação resultava de um processo bastante complexo que já não era possível travar. O pavilhão britânico foi feito arrear pela última vez no Castelo de Dublin (The Castle).

Seguiu-se a guerra civil entre os que apoiavam o Tratado e os que, comandados por De Valera, se lhe opunham. O assassinio de Michael Collins por um comando do IRA que, segundo alguns, fora ordenado por De Valera, teve lugar a 22 de Agosto de 1922. Em 1949, o Estado Livre da Irlanda transformou-se na República da Irlanda sob a presidência do mesmo De Valera que, antes, havia deposto William Cosgrave, o político que sucedera a Collins e a Griffith.

Entretanto, na Irlanda do Norte, os protestantes nunca haviam deixado de desconfiar da natureza conservadora da Igreja católica e do poder que exercia no território da República. A contradição mantém-se. E os seis condados do Ulster continuam, até ver, como jóias da Coroa britânica.

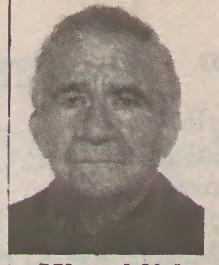


A guerra pela libertação ainda não acabou na Irlanda (pormenor de uma foto de Donald McCullin)



EM FOCO

# A xenofobia norte-americana e a resposta dos latinos



■ Miguel Urbano Rodrigues

**A** marcha dos latinos sobre Washington em 12 de Outubro passado, aniversário da chegada de Colombo à América, assustou os assessores de Clinton, já então seguro da reeleição. «Eram muitos e agressivos» – desabafou um dos homens do Presidente. A concentração de 80 000 manifestantes em frente da Casa Branca foi uma resposta à nova política de imigração, repudiada pelos estrangeiros de origem latino-americana, particularmente visados.

Da Califórnia, do Texas, do Illinois, de Nova Iorque, de Nova Jersey, um pouco de todo o país chegaram milhares de pessoas.

Sete são as principais reivindicações de uma minoria que se sente cada vez mais discriminada: respeito pelos direitos humanos e constitucionais, igualdade de oportunidades, educação para todos, direito pleno à saúde, comissões cívicas de revisão policial, reforma da legislação do trabalho e direito a um salário mínimo.

A marcha foi uma resposta firme à dura lei de imigração aprovada pelo Senado a qual veio tornar ainda mais crítica a situação de quase cinco milhões de clandestinos, na maioria latinos.

Uma palavra pouco conhecida na Europa serve hoje aos norte-americanos das classes média e alta para designar os imigrantes: **alien**. Para a direita radical, eles configuram uma ameaça à segurança nacional dos EUA. Porque existem e são prolíficos. Daí a exigência, repetidamente formulada, da proibição da entrada de novos imigrantes.

O Governador da Califórnia vai mais longe e pede que seja aprovada uma emenda constitucional que negue a cidadania norte-americana a crianças nascidas no país filhas de imigrantes clandestinos. Alguns membros da Câmara dos Representantes e do Senado sugerem que aos indocumentados não seja prestada assistência médica e que as escolas não recebam os seus filhos.

Essas reacções fascizantes são expressivas da vaga de xenofobia que varre os EUA. Em alguns Estados do sul queimam as igrejas dos negros, mas a nível nacional a agressividade contra os latinos supera a que atinge os afro-americanos.

A alta natalidade dos latino-americanos constitui um motivo de preocupação permanente para o americano médio anglo-saxão. «Eles reproduzem-se como ratos», desabafou recentemente um senador do Texas.

Em Los Angeles, nos últimos cinco anos, as mães de mais de metade das crianças nascidas eram estrangeiras, na maioria sem documentos; em Nova Iorque a percentagem atinge os 40%. Não é de estranhar que nesta cidade o castelhano seja a língua materna de mais de 50% dos alunos das escolas públicas.

Os latinos em situação legal não deixam por isso de ser discriminados. Um estudo do gabinete de Direitos Cívicos de Washington revela que um em cada cinco latinos residentes na área do Distrito Federal sofre discriminação no emprego e que as mulheres dos imigrantes figuram no topo da lista do assédio sexual.

A condição socioeconómica da comunidade latina é pior que a dos afro-americanos. Um terço vive abaixo do nível da pobreza.

A enorme e recente comunidade brasileira – actualmente mais de um milhão e meio – resiste mais à integração do que

as hispano-americanas e asiáticas. A atitude dos latinos perante os valores defendidos pelo *establishment* norte-americano varia, aliás, muito.

A grande maioria dos imigrantes nascidos na América Latina não se sente atraída pela cultura da sociedade norte-americana do final do milénio, tal como a capta na vida quotidiana.

acaba de revelar que a comunidade asiática da cidade apresenta hoje «um maior nível de educação, rendimentos anuais e emprego» do que a cubana. O segundo lugar é ocupado pelos peruanos, seguidos pelos jamaicanos. O poder político obtido em Miami pelos cubanos – inseparável da cumplicidade de sucessivos governos dos EUA – não resulta actualmente do poderio económico da comunidade. A chegada da última vaga de imigrantes pobres, antes e durante a crise dos *balseros*, alterou a composição socioeconómica da imigração na Flórida.



Diferente é a atitude dos 17 milhões de hispânicos (parte dos quais descendentes da população que residia na Califórnia, no Texas, no Novo México, no Arizona e no Colorado quando os EUA, recorrendo às armas, anexaram essas regiões em meados do Século XX) de cidadania norte-americana.

Parcela ponderável dessa gente está integrada no estilo de vida do país e adopta mesmo uma atitude agressiva perante a imigração latino-americana. Segundo uma sondagem promovida pela Universidade do Texas, a maioria dos norte-americanos de origem latina prefere expressar-se em inglês; sete em cada dez entrevistados manifestaram-se contra a entrada no país de novos imigrantes.

A inserção da comunidade de origem cubana está longe de corresponder ao que os *media* difundem sobre o tema. Em primeiro lugar, não se trata de um grupo homogéneo. A identidade cubano-americana, enaltecida por Clinton e pelos chefes das organizações contra-revolucionárias de Miami, somente aflora naqueles que foram educados em boas escolas nos EUA e assimilaram a ideologia do *american way of life*. Esses constituem, porém, uma minoria.

A maioria dos cubanos residentes nos EUA apresenta as características mais comuns do imigrante latino-americano.

A imagem de uma Miami paradisíaca governada na prática por descendentes de cubanos empenhados na luta pelo derubamento do Socialismo em Cuba é mítica. A segunda geração de cubanos da Flórida não herdou dos pais o ódio ao regime de Havana e a Fidel, apesar dos efeitos da desinformação. Não participa nas campanhas de Mas Canosa, o presidente mafioso da Federação Cubano-Americana, desaprova o bloqueio e desejaria poder visitar Cuba e fazer negócios na Ilha, como os europeus.

Outra inverdade é a relativa à suposta riqueza generalizada. Numa bem documentada reportagem, a Revista Bohemia, de Havana, lembra que um estudo da Universidade de Miami

da. De acordo com o estudo citado, os imigrantes cubanos situam-se hoje, quanto à média do rendimento anual, entre os colombianos e os porto-riquenhos, quase no fim da escala. Mais de 35% dos cubanos negros e 23% dos mulatos vivem ali abaixo do nível da pobreza.

\*  
\* \*

A grande concentração de protesto dos latinos, em Washington, tornou mais evidente o óbvio: a nova lei de imigração norte-americana confirma que os EUA estão dispostos a fechar as portas aos estrangeiros sem alta qualificação profissional.

«Tanto falaram do Muro de Berlim», recordou Fidel Castro no seu discurso de 28 de Setembro, «e estão a construir na fronteira do México (ou, melhor, em território mexicano, porque do lado de lá dessa fronteira era território mexicano até que o arrebataram numa guerra cruel e injusta) um muro cem vezes maior que o de Berlim, onde, diariamente, sofrem acidentes ou são maltratadas ou privadas da vida de pessoas que procuram cruzar essa fronteira, vindas do México, da América Central, da América do Sul e de muitas partes.»

A nova Lei de Imigração dos EUA e a resposta que lhe deram os latinos não são incidentes conjunturais da política interna dos EUA. Expressam a crise profunda, estrutural, da sociedade norte-americana, iluminam as fissuras de um império que, apesar do seu enorme poderio, apresenta múltiplos indícios de decadência.

O ódio aos *alien*, a rancorosa rejeição dos imigrantes, projecta o retrato de um sistema social e económico desumanizado.



# PONTOS CARDEAIS

## Hebron

A cidade de Hebron, na Palestina, assistiu durante séculos ao convívio pacífico da sua população árabe com as famílias judaicas, obviamente minoritárias, que também há séculos ali se instalaram. Foi a arrogância do sionismo israelita que introduziu o conflito, ao impor pela força das armas a criação de colonatos judaicos na cidade, política que o novo governo de Nehanayhu retomou, ameaçando ainda mais o processo de paz. Foi neste contexto que há dias uma delegação, representando as oito maiores famílias judaicas da antiga comunidade da cidade, visitou oficialmente a Câmara de Hebron e o seu presidente, o palestino Mustapha Natché, afirmando taxativamente no final, e em comunicado: «Os colonos não têm o direito de falar em nome dos judeus de Hebron, nem de utilizar as suas propriedades. Os judeus podem viver aqui se um acordo de paz for

concluído com os palestinianos, mas não como os colonos que fundamentam a sua presença nas armas e nas ameaças». A este comunicado acrescentaram-se as declarações de dois judeus que integravam a delegação: Yosef Ben Yehuda Erza (cuja família vive em Hebron há 450 anos) que afirmou que os colonos impostos pelo sionismo em Hebron «são estrangeiros que ocuparam as nossas casas e que não têm qualquer direito de aqui viver - devem partir imediatamente», e Shulamit Rahov, de 50 anos, que declarou que a velha comunidade judaica de Hebron, onde os seus pais eram professores, «seguia o princípio de que as pessoas, apesar de diferentes, vivem em conjunto. Os colonos desconhecem tal princípio». Por doloroso que seja e interminável que pareça, o lado certo das coisas há-de sempre florescer sobre a barbárie. Garante-o a capacidade intrinsecamente humana de lutar por isso.

## Alqueva

Entretanto a vida mostra - e bem dramaticamente - como pode ser maléfico o fundamentalismo, cujo traço essencial assenta na intolerância e na presunção cega de se possuir a verdade única. Vem isto a propósito de uma reunião de organizações ambientalistas cá do burgo que se juntaram há dias para, entre outros problemas de louvável preocupação ecológica, anatemizar a barragem do Alqueva. Argumentaram estes preocupados cidadãos que o empreendimento vai ameaçar algumas espécies mais ou menos indeterminadas, pelo que deve pura e simplesmente ser suspensa. Esqueceram-se estes briosos defensores das espécies que há uma outra espécie - a humana - em grave ameaça, e para quem a construção do

Alqueva é fundamental para a sobrevivência...

## Que surpresa!

Manuela Ferreira Leite, a «dama de ferro» do cavaquismo desorientado, anunciou em conferência de Imprensa que o grupo parlamentar do PSD vai apresentar propostas de alteração na especialidade para o Orçamento de Estado de 1997, o que foi entendido pela generalidade dos órgãos de Comunicação Social como «forte indício» de que o PSD se prepara para viabilizar o (mau) Orçamento do Governo do PS através duma conveniente abstenção. Palavra?!... Mas que grande surpresa!

## Os honestos

Argumentava há dias um senhor qualquer na televisão



# PONTOS NATURAIS

## A fabular é que a gente se entende

### A tartaruga

Não pôde a tartaruga é evidente pôr-se em fuga.

Apanhou-a o leão. Rói aqui, rói ali. Pois sim. Foi tudo em vão.

Nesta hora de caça fabrica a tua própria carapaça. Se não, entram contigo.

É um conselho de amigo.

### O leão e a gazela

Disse o leão à gazela que ia logo a passar: - *Então, então, ó bela, vem cá dialogar!*

Responde a bela: - *A vida já me deu a entender. Não quero ser comida tu queres-me comer. A conversa fiada conheço-a de ginjeira.*

*E aí vai disparada a matreira.*

*O leão, pata no ar, ficou a olhar para ela e a meditar na falta de espírito democrático da gazela.*



### A árvore e o cão

- *Olá cedro velhote (dizia o rafeirote juvenil) Dizem que a tua idade é a maior cá na herdade e que já vais nos mil! Vê aqueles pinheiros são uns jovens cavaleiros, ardentes de paixão e sôfregos dos dias. Quanto é que não darias para ser como eles são?*

Mas quando o Verão chegou na raiva dos braseiros não foi sob os pinheiros que o Fiel se abrigou...

... decerto a pensar já que a muita juventude em si não é virtude e o que mais vale é a sombra que se dá.

### O mocho e a formiga

- *Vê onde a casa levantas!* Dizia o mocho à formiga. Ela julgou que era intriga e às tantas ergueu o formigueiro na base de um outeiro que ruiu em Dezembro com imenso alarido.

Não é nada. Só lembro o caso ao leitor distraído.

que a corrupção na arbitragem não era bem assim. E porquê? Porque - argumentava a criatura com a energia de quem brande a incontestabilidade das Escrituras - havia árbitros «empresários» e com situação económica tão desafogada, que é um insulto supor que se deixariam corromper. Retira-se daqui que os ricos são intrinsecamente honestos - garante-o a própria riqueza - e que os pobres são desonestos - indu-lo o reverso do raciocínio. Pelo que, como pobre de espírito, este raciocinador não tem safa: pertence ao vastíssimo grupo dos corrompíveis...

### O machão

Avelino Ferreira Torres, presidente CDS/PP da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, aproveitou a presença de Manuel Monteiro numa quase confidencial festa em Penafiel organizada pela Juventude Centrista, para exhibir mais uma vez a sua imprevisibilidade. Transpirando uma paixão assolapada pela liderança de Manuel Monteiro, ameaçou que não se recandidatará à Câmara de Marco de Canaveses se o PP «vier a cair nas mãos» do grupo que contesta Monteiro, nomeadamente Paulo Portas e Nobre Guedes. E para se assegurar de que tinha sido bem compreendido, deslocou-se mesmo junto dos jornalistas para sublinhar que «sou machão, sim senhor! Não alinho com "copos de leite" nem com grupos de gays!». Com machões destes, Monteiro não precisa de Paulos Portas para nada...

Mário Castrinho



## AGENDA

## AVEIRO

Aveiro - Reunião distrital de Quadros da JCP: dia 16 às 15h no CT de Aveiro  
 Águeda - da organização local de Valongo: dia 15 às 21h30; da org. local de Trofa do Vouga: dia 15 às 21h30.  
 Arouca - da org. local: dia 20 às 21h30.  
 Espinho - Ass. Plenária da Org. Concelhia, com António Salavessa: dia 15 às 21h30, CT de Espinho.  
 Feira - Ass. Plenária da Org. Concelhia, com Manuela Silva: dia 16 às 15h, na JF de Fiães.

## BRAGA

Guimarães - de militantes da freguesia de *Caldelas*: dia 16 às 10h, na Esc. Primária das Caldas das Taipas.

## BRAGANÇA

"Debates com o PCP": série de debates públicos, no CT do PCP, integrados na preparação do XVI Congresso. Sob o tema *Ser Comunista hoje*, com Agostinho Lopes: dia 15, às 21h15.

## CASTELO BRANCO

Covilhã - do org. da Cidade: dia 15 às 21h, no CT.  
 Pinhel/V.V. Ródão - Ass. plenária conjunta dos dois concelhos: dia 15 às 21h, no CDRC, Porto do Tejo, com Luís Garra.  
 Idanha-a-Nova - Ass. plenária concelhia, com Armando Moraes: dia 16, às 20h30, no Rest. "Carmel" (junto à Esc. Secundária).

## COIMBRA

Arganil - Ass. plenária das organizações concelhias de *Arganil-Góis-Pampilhosa da Serra*: dia 17 às 10h30, na Casa do Povo de Arganil, com Carlos Fraião.  
 Coimbra - Ass. plenária das organizações de freg. de *Almedina-Sta. Cruz-S. Bartolomeu-Sé Nova*: dia 16 às 16h30, no CT de Coimbra; das organizações de freg. de *Boão-Brasfemes-S. Paulo de Frades-Souselas-Torres Vilela-Trouxemil-Vil Matos*: dia 16 às 20h30, em casa do cam. Mariano; das organizações de freg. de *Antuzede-S. Silvestre-Lamarosa-S. João do Campo-S. Martinho de Arvore*: dia 15 às 20h30, no Polidesportivo de S. João do Campo (todas com Jorge Monteiro).  
 Condeixa e Penela - Ass. plenária das organizações concelhias: dia 16 às 21h, em casa do cam. Temido (em Sobreiro/Condeixa), com Vasco Paiva.  
 V. N. de Poiares - da org. concelhia, com Francisco Guerreiro: dia 17 às 15h, no CT (Ferreira/V.N.Poiares).  
 Sector Intelectual - Ass. plenária do SI de Coimbra: hoje, dia 14, às 21h30, no CT, com Carlos Fraião.

## ÉVORA

Arraiolos - da freg. de *Vimieiro*: hoje, dia 14, às 20h, na JF; da freg. de *Arraiolos*: dia 15 às 20h30, na JF.  
 Borba - Ass. plenária, com Raimundo Cabral: dia 19 às 21h, no CT.  
 Estremoz - de *S. Lourenço*: hoje, dia 14, às 18h30, na JF; de *Sta. Vitória*: dia 15 às 18h30, na JF; de *Estremoz*: dia 16 às 15h, no CT.  
 Évora - da zona do *Centro Histórico*: dia 16 às 15h, no CT; *Convívio*, com Magusto de S. Martinho: dia 15 às 18h30, no CT. Ass. plen. de *Silveiras*: dia 16 às 20h30, no Centro Cultural.  
 Montemor-o-Novo - de *Escoural*: dia 15 às 20h30, no CT; de freg. de *Montemor*: dia 15 às 15h no CT; da *cidade de Montemor*: dia 15 às 21h, no CT; da freg. de *Lavre*: dia 16 às 20h30, na JF.  
 Vendas Novas - do Sector *Reformados*: dia 15 às 15h, no CT; de *Landeira*: dia 15 às 21h, no Centro Cultural; da célula da *CM*: dia 17 às 17h30, no CT; do Sector *Empresas*: dia 18 às 21h, no CT.

## FARO

Dia 14 - Ass. plenárias da org. de *Odeixe* e do Sector *Serviços de Faro*, ambas às 21h.  
 Dia 15 - Ass. plenárias de *Giões e Silves* (às 21h).  
 Dia 16 - Ass. plenárias de *Montegordo e S. Brás de Alportel* (às 15h); de *Monchique* (às 21h).  
 Dia 17 - Ass. Plen. de *S. Bartolomeu de Messines*, às 15h.  
 JCP - Plenário Regional, aberto a não filiados, com a participação de Carlos Luís Figueira: dia 16 às 15h, no CT de Faro.

## GUARDA

Pinhel - Ass. plen. das organizações de *Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel*, com Agostinho Lopes: dia 16 às 21h, na Casa do Povo de Pinhel.  
 Gouveia - Ass. plen., com a participação de Agostinho Lopes: dia 16 às 15h, no CT. No final, convívio/magusto.

## LISBOA

Alenquer - 5ª Assembleia da Organização Concelhia, também com eleição de delegados: dia 16 às 10h, na Romeira, com Domingos Abrantes.  
 Amadora - da organização de freg. da *Damaia*: dia 16 às 15h, no CT da Damaia; da freg. da *Mina*: dia 16 às 15h, no CT da Amadora; da freg. de *Venteira*: dia 16 às 15h, no CT da Amadora; da freg. da *Brandão*: dia 16, às 15, no CT da Brandão, com António Filipe; da célula da *CMA*: dia 21 às 17h30, no CT da Amadora.  
 Azambuja - dos militantes das freg. de *Vale Paraiso, Aveiras de Cima e Aveiras de Baixo*: dia 16 às 15h, no CT.  
 Lisboa - da freg. do *Lumiar*: hoje, dia 14, às 21h30, no CT do Lumiar; da célula da *CP*: hoje, dia 14, às 18h, no CT Vitória; da célula da *Carris*: hoje, dia 14, às 18h, no CT Vitória; das freg. de *Sta. Justa e Socorro*: na JF da Sta. Justa, hoje, dia 14, às 19h.; da freg. do *Beato*: dia 15 às 21h30, na JF Beato; das freg. *Arroios e Anjos*: dia 15 às 21h, no CT Vitória; do Sector *Empresas*: dia 15 às 19h, no CT Duque Loulé, com Magusto/Convívio no final; das freg. de *Sto. Estevão, S. Miguel e Sé*: dia 15 às 21h, no Centro de Convívio dos Reform. de S. Miguel; das freguesias da *Colina da Graça*: dia 16 às 16h, na V. Operário; das freg. *Coração Jesus, Pena e S. José*: dia 16 às 15h30, no CT Vitória; da freg. de *Marvila*: dia 16 às 15h, na Com. Moradores da Zona I; 6ª Assembleia da Organização de *Sta. Maria dos Olivais*: dia 16 às 16h, no Palácio do Contador Mor; dos *Jovens do Partido da Zona Norte*: dia 16 às 15h, no CT Vitória; das freg. de *Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião*: dia 16 às 15h, no CT Vitória; das células *Montepio Geral e MCI*: dia 16 às 10h, no CT Vitória; da célula da *VRN*: dia 16, das 10 às 13h, no CT Vitória; 4ª Assembleia da Org. Freg. *Penha de França*: dia 17 às 15h30, no CT da Graça; Conselho plenário do Sector *Bancários*: dia 19 às 17h30, no CT Vitória; das células do *GDP e Petrogal*: dia 19 às 18h30; da célula da *17h30*, no CT Vitória; das células do *GDP e Petrogal*: dia 19 às 18h30; da célula da *17h30*, no CT Vitória; das células do *MAP e MIE e Aposentados da FP*: dia 20 às 18h30, no CT Vitória; das células do *MEC/SEC*: dia 20 às 18h30, no CT Vitória; da célula do Sector *Aéreo*: dia 20 às 18h, no CT Vitória.



CONGRESSO  
**PCP**

UM PARTIDO  
 MAIS FORTE  
 NOVO RUMO  
 PARA PORTUGAL



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

**Plenários  
 e reuniões  
 para  
 discussão  
 das TESES**

Loures - da freg. da *Pontinha*: dia 14 às 21h30, no Centro de Dia; da freg. de *Sto. António do Tojal*: dia 14 às 21h30, na JF; da freg. de *Odivelas*: dia 15, às 21h30, no Centro de Dia, com Jerónimo de Sousa; da freg. de *Loures*: dia 15 às 21h, no CT de Loures; da freg. de *Ramada*: dia 15, às 21h30, no CT de Odivelas; da freg. de *Lousa*: dia 15, às 21h30, na garagem do cam. José Clamente, com Domingos Abrantes; da freg. de *Fanhões*: dia 16, às 16h, no salão da Assembleia de Freguesia; da freg. de *Olival Basto*: dia 17 às 15h, no Centro de Dia; da freg. de *Sto. António dos Cavaleiros*: dia 20 às 21h30, na Assembleia de Moradores; da célula da *CM e SMAS de Loures*: dia 21 às 17h45, no refeitório Municipal; das células da *Iglo, MEC, Alcântara, Cava*: dia 21 às 18h, no CT de Sta. Iria de Azóia.  
 Mafra - Ass. plenária do concelho de *Mafra*: dia 16 às 15h, no CT.  
 Oeiras - Assembleia plenária da freg. de *Queijas*: dia 15 às 21h, no CT local; da freg. de *Carnaxide*: dia 15 às 21h, no CT local; da freg. de *Barcarena*: dia 16 às 15h, no Valejas Atlético Clube; da freg. de *Linda-a-Velha*: dia 16, às 15h, no CT de Algés, antecedido de almoço-convívio.  
 Sintra - da célula da *Tabaqueira*: hoje, dia 14, às 16h30, na garagem do cam. Lacerda; da freg. de *Queluz*: dia 15 às 21h30, no CT de Queluz, com Jaime Félix; da célula da *CM/SMAS de Sintra* e de outras células de empresas do concelho: dia 14 às 21h, no CT do Cacém; das freg. de *S. João das Lampas e Terrugem*: dia 15, às 21h30, no CT S.J.Lampas; da freg. de *Belas*: dia 16 às 15h, na JF; de militantes das *Empresas do concelho de Sintra*: dia 21 às 18h, no CT de Algueirão.  
 Sobral de Monte Agraço - Ass. plen. do concelho de *Sobral de Monte Agraço*: dia 15 às 21h30.  
 Torres Vedras - Ass. plen. da freguesia de *A-dos-Cunhados*: dia 16, às 21h30, em Palhagueras.  
 Vila Franca de Xira - Ass. plen. da freg. de *Póvoa de Santa Iria*: dia 15 às 21h30, no CT local; da freg. de *Vila Franca de Xira*: dia 16, às 16h, no CT; da célula da *Tudor*: dia 19 às 18h, no CT da Castanheira; 6ª Assembleia da Célula da *CM V.F.X.*, com José Casanova: dia 21 às 18h, no Refeitório Municipal.  
 Sector da Saúde da ORL - Ass. Plenária do Sector *Saúde*, com José Casanova: hoje, dia 14, às 19h, no CT Vitória.  
 Sector Sindical da ORL - Ass. plen. da célula dos *Funcionários Sindicais*: dia 19 às 19h, no CT Vitória.  
 Sector Intelectual da ORL - Ass. plen. dos Sectores *Património e Cinema*: hoje, dia 14, às 18h30; do Sector *Quadros Técnicos*: dia 14 às 21h30; do Sector de *Artes do Espectáculo*: dia 19 às 18h; do Sector de *Artes Plásticas, Arquitectos e Design*: dia 21 às 21h; dos *Professores do Ensino Superior*: dia 21 às 21h30; do Sector da *Cultura Literária*: dia 18 às 18h30 (todas no CT Vitória).

## PORTO

Gondomar - das freguesias de *Rio Tinto e Baguim do Monte*, na Esc., Prep. do Monte da Burra, dia 16 às 15h; das freguesias de *S. Cosme, Jovim, Medas, Melres, Foz do Sousa, Covelo e Lomba*: dia 16, às 15h, na Esc. Prim. do Monte Crasto.  
 Maia - das freguesias de *Águas Santas e Pedrouços*: dia 15 às 21h30 no CT de Pedrouços; de *Vermoin e restantes freguesias*: no CT de Vermoin, dia 15 às 21h30.  
 Matosinhos - Ass. plen. da freguesia de *Sra. da Hora*: dia 16, às 15h30, no CT da Sra. da Hora; de militantes de *S. Mamede de Infesta*: dia 17 às 15h, no CT de S. Mamede.  
 Marco de Canavezes - Ass. plenária das freg. de *Sto. Isidro, Toutosa, Banho e Carvalhosa, Constance, Vila Boa de Quires, Várzea de Ovelha e Alviada*: dia 15 às 21h, na Casa do Povo de Livração; da freg. de *Marco de Canavezes*: dia 16 às 20h, no Rest. Vasconcelos.  
 Paços de Ferreira - da organização concelhia: dia 16 às 15h, na JF de Freamunde, com Emídio Ribeiro.  
 Paredes - Ass. plen. da organização concelhia: dia 16, às 15h30, na JF de Recarei.  
 Penafiel - das freguesias de *Boelhe, Abragão, Luzim, Rio Moinhos, Vila Cova, Penafiel*: dia 15 às 21h, na JF de Boelhe; das freguesias de *Paço de Sousa, Galegos, Irivo, Urró, Fonte Arcada, Lagares, Capelas e Rãs*: na JF de Paço de Sousa, dia 16 às 15h.  
 Porto - das freg. de *Miragaia, Sto. Ildefonso, S. Nicolau, Sé, Vitória*: hoje, dia 14, às 21h30, no CT Barão de S. Cosme; dos Sectores *Bancários e Seguros*: dia 15 às 21h30, no CT da Boavista; da freg. de *Campanhã* (dia 16 às 15h no CT da Boavista; de Sector *Diversos da ORP (SI/PA, Técnico, Sede, Camponês, Sindical, Deficientes, Reformados)*: dia 16 às 15h no CT da Boavista; de *Empresas I Porto (EDP, Telecom, CTT, CP, EMEF, STCP, CMP, SMAS, Constr. Civil, Gráficos, Via Rápida, Diversos)*: dia

## JCP 17.º Aniversário

## COMÍCIO-FESTA no Ritz Club

com a presença de  
**CARLOS CARVALHAS**  
 Sábado, 16 de Novembro, a partir das 16h



## VENDA DE LIVROS

no Espaço Vitória  
 Encontro com Escritores  
 - Concurso Literário  
 Livros de várias Editoras  
 - De 200\$ a 1000\$  
 De 15 (às 17h30) a 17 de Novembro

## Reunião em SETÚBAL

O distrito de Setúbal, o OE'97,  
 as propostas do PCP  
 Terça-feira, 19, a partir das 10h,  
 Edifício Arrábida

## Debate em FARO

sobre a Revolução de Outubro  
 com projecção do filme "Outubro",  
 de Eisenstein  
 e a participação de Aurélio Santos:  
 dia 15 no CT

## Debate em VILA REAL

sobre o Tratado de Maastricht  
 com a participação de  
 Avelino Gonçalves:  
 dia 15 às 21h30,  
 no Centro Cultural

## Encontro de Professores de Santarém

sobre a política educativa  
 com a participação de  
 Edgar Correia e Paulo Sucena:  
 dia 16 a partir das 10h30,  
 na Biblioteca de Constância

## Passeio da Camaradagem da Freguesia da Ajuda

Almoço no Rest.-Marisqueira  
 O Gonçalo II:  
 dia 17  
 (Inscrições: cam. Bôto  
 - Tel. 3636552)

16 às 9h30, no CT da Boavista; do Sector *Intelectual*: dia 16 às 15h no CT da Boavista.

Santo Tirso - Ass. plenária de várias freguesias de *Sto. Tirso*: dia 15, às 21h30, no Café Estrela (Carneiro / Lugar do Fural); das freg. de *Guidões, Alvarelos, Covelas, Muro, Santiago e S. Martinho de Bougado, S. Mamede e S. Romão do Coronado*: dia 16, às 21h30, na sede do PCP em Guidões.

## SANTARÉM

Coruche - IV Assembleia da Organização Concelhia, com eleição de delegados ao Congresso: dia 16, às 15h, no CT do Couço, com Carlos Brito.  
 Dia 15 - Ass. plenárias em *Almeirim* (no CT, às 21h) e em *Vale de Santarém* (às 21h30).  
 Dia 16 - Ass. plenárias em *Vale de Cavalos* (no CT às 15h30), *Entroncamento* (no CT, com Sérgio Ribeiro), *Rio Maior* (no CT às 21h) e *Tomar* (no CT, às 16h)

## SETÚBAL

Alcácer do Sal - Ass. plenária de *Casabres*: dia 15, às 21h, no CT; de *Comporta/Carregueira/Brejos*: dia 16 às 16h, na Comporta.  
 Alcochete - de *Empresas* e da freg. de *Alcochete*: dia 15 às 21h, no CT; da freg. de *S. Francisco*: dia 15 às 21h, no refeitório da Escola.  
 Almada - das células *Academia Almadense, Almada Atl. Clube, C. Campismo de Almada, Incrível Almadense, Comp. Teatro de Almada*: dia 16 às 15h, no CT de Almada; da célula da *SFUAP*: dia 16 às 15h, no CT concelhio; da org. do *Laranjeiro, no CT local, dia 16 às 14h30; de militantes de Sobreda e Vale Figueira*: dia 17 às 15h, na Com. de Moradores de Vale Figueira; da célula do *Arsenal do Alfeite*: dia 19, às 18h, no CT concelhio; da célula dos *Trab. da Autarquia*: dia 9, 18h, CT concelhio.  
 Barreiro - das *Empresas de Serviços*: dia 15 às 17h30, no CT; da freg. de *Coina*: dia 15 às 21h, na Ass. Moradores da Quinta da Areia; da freg. de *Sto. António*: dia 16 às 15h, no Sto. Antonense.  
 Grândola - dos *Trab. das Autarquias*: dia 15, 17h, CT; da freg. *Carvalhal*: dia 15, 21h, JF; de *Ameiras*: dia 16, 21h, no Casão do Virgílio, em Melides; de *Reformados e Mulheres*: dia 17, 15h, CT; de *Dispersos*: dia 19, 21h, CT; da freg. de *Grândola*: dia 20, 21h, CT.  
 Moita - da freg. da *Moita*: dia 16 às 15h; da freg. *Sarilhos Grandes*: dia 16, às 21h (ambas no CT).  
 Montijo - dos *Trabalhadores/Eleitos das Autarquias e Empresas/Saúde/Deficientes*: dia 15, 21h, CT; das organizações de *Pegões/Canha/Sto. Isidro*: dia 16 às 16h, casa da cam. Adélia.  
 Palmela - da freg. de *Palmela*: dia 15, 21h30, CRT; da *Marateca*, dia 19 às 21h30, em Cajadas.  
 Santiago do Cacém - de *S. Bartolomeu*: dia 16, às 20h30, na Sala de Convívio;  
 Seixal - do grupo de *Trabalho para o Mov. Associativo*: hoje, dia 14, às 21h, no CT do Seixal; da *JCP*: dia 15 às 21h, no CT do Seixal; de *Arrentela*: dia 16 às 15h, no I.F.C. Torrense; de *Casal do Marco*: dia 16, às 17h, na deleg. da JF no Casal do Marco; de *Mirajejo*: dia 16, às 15h30, na delegação da JF em Mirajejo; de *Pinhal de Frades*: na C. Solid. S., dia 16 às 15h.  
 Sesimbra - da freguesia de *Santiago*: dia 15 às 21h30, no CT; da *Quinta do Conde*: dia 16, às 21h30, no CT; do *Castelo*: dia 16, às 21h30, na Biblioteca do Zambujal.  
 Setúbal - Ass. Plen. da *Lisnave / Mitrena*, com Jorge Pires: dia 16, às 10, no Ed. Arrábida; da *Auto-Europa*: dia 16, às 15, no Ed. Arrábida, com Francisco Lopes; dos *Trab. da CM/SMAS*: dia 14 às 18h; das *Empresas Metalúrgicas*: dia 16 às 16h - todas no CT; da freg. *S. Sebastião*: dia 16, às 16h, no CT, JF, Atl. Pinheirinhos e LATI; das org. *Função Pública* (às 16h) e *Favilhão* (às 21h) - dia 16 e no CT; de *Gâmbia, de Alto da Guerra e de Pontes* - dia 16, às 21h; do Sector *Serviços*: dia 17 às 15h, no CT.  
 Sines - dos *Trab. das Autarquias*: dia 16 às 14h, no CT; dos *Pescadores*: dia 16 às 17h, no CT; de *Parol*: dia 16, às 20h, no Salão de Convívio; de *Mulheres*: dia 17, às 15h, no CT.

## VILA REAL

Peso da Régua - Ass. plenária dos militantes de *Peso da Régua, Mesão Frio, Sta. Marta*, com Mário Costa: dia 19 às 15h, na JF de Peso da Régua.



EM FOCO

Quinta, 14

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Seleção RTP
15.30 Lições de Tonescas
16.00 Ilusões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telegiornal
21.05 Vidas de Sal
22.20 Tudo às Escuras
22.55 Polícias
23.50 24 Horas
00.20 RTP/Financial Times
00.35 Olho Vivo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2

Sexta, 15

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Olho Clínico
15.05 Seleção RTP
15.40 Polícias
16.35 Tudo às Escuras
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telegiornal
20.55 Vidas de Sal
21.25 Futebol: Rio Ave-Porto
23.30 A Mulher do Sr. Ministro
00.05 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.50 Olho Vivo
01.20 O Renascimento
(de Louis Mathew, EUA-1990, com Chris Robinson, Louis Lemus, Shelley Stolaroff. «Thriller» Fantástico)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil

Sábado, 16

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 Jornal Jovem
15.15 Beverly Hills 90210
16.25 Magazine
16.55 O Passo do Tigre
(de Norman Tokar, prod. Walter Disney, EUA-1963, com Brian Keith, Vera Miles, Pamela Franklin, Sabu. Ver Destaque)
18.35 Super Bébés
19.05 Há Horas Felizes
20.00 Telegiornal
20.50 Futebol: Espinho-Benfica
23.00 Os Imparáveis
23.40 Contra-Infomção (Compacto)
23.55 Serviço de Urgência
00.40 24 Horas
01.05 Presa Mortífera
(de Ernest Dickerson, EUA-1994, com Rugier Hauer, Ice T., Charles S. Dutton. «Thriller»)
03.00 O Lado Escuro do Amor
(de Sam Wanamaker, EUA-1979, com James Stacy, Glynnis O'Connor, Mickey Rooney, Jan Sterling. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Vida por Vida
12.35 Onda Curta - "SOS Stress"
(curta-metragem de Sérgio Godinho, Port-1992, com Maria João Luís, Miguel Guilherme, Maria do Céu Guerra. Ver Destaque)
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Antologia dos Beatles (4)
18.50 Spray
19.30 2001
20.05 Foyer - «Os Homens de Hollywood» (3)
21.00 Semana ao Sábado
22.05 Horizontes da Memória
22.30 África Minha
(de Sydney Pollack, EUA-1985, com Meryl Streep, Robert Redford, Klaus Maria Brandauer. Ver Destaque)

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.50 Malhação
16.10 Médicos Sem Fronteiras
17.10 Cidade a Saque
(de George Armitage, EUA-1976, com Kris Kristofferson, Jan-Michael Vincent, Victoria Principal. Drama)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Pensão Estrela
22.50 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.55 Orquídea Selvagem III
(de Zalman King, EUA-1992, com Brigitte Bako, David Duchovny, Billy Wirth. Erótico)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.30 É Urgente Salvar o Planeta
13.35 Contra-Ataque
15.10 Ténis
15.30 Animação
15.50 Darling Lili
(de Blake Edwards, EUA-1970, com Julie Andrews, Rock Hudson, Jeremy Kemp. Ver Destaque)
18.00 Top of the Pops
19.00 Cybernet
19.30 A Máscara
20.00 Telegiornal
20.45 A Balada de Hill Street
21.40 Dr. Katz
22.10 Models
23.00 Futebol
00.50 Notícias
22.25 Agora ou Nunca
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdes Anos
01.35 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Visões e Profecias
21.55 Notícia Escaldante
22.50 Carlos Cruz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Domingo, 17

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.25 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.45 Animais da Austrália
16.50 Avós e Netos
17.50 Caixa Mágica
18.25 Golos
18.35 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telegiornal
20.50 Os Principais
21.45 Enviado Especial
22.40 Domingo Desportivo
24.00 24 Horas
00.20 Prisioneiros - A Revolta
(de John Frankenheimer, EUA-1991, com Jean-Claude Van Damme, Geoffrey Lewis, Alan Scarfe. Acção)
00.05 RTP/Financial Times
00.20 Segunda Parte

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Rumo à Lua
13.00 Máquinas
13.35 Desporto 2
18.05 Até Amanhã, Mário
(de Solveig Nordlund, Port/Suécia-1993, com João Silva, Vítor Norte, Percy Brandt. Ver Destaque)
19.55 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «Eva Arnold»
21.25 Projecto Lazarus
22.25 O Nosso Século
23.00 Bailado: «Speaking in Tongues»
24.00 Notas de Música

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.40 Balada de Nova Iorque
16.30 Guerra dos Mundos
17.20 A Última Golpada
(de Michael Cimino, EUA-1974, com Clint Eastwood, Jeff Bridges, George Kennedy. Ver Destaque)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 A Lei do Reitor
(de Christopher Cain, EUA-1987, com James Belushi, Louis Gossett, Jr., Rae Dawn Chong. Drama)
00.15 Último Jornal
00.45 O Ressuscitado
01.45 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 Um Americano na Bermuda
(de Mark Sobel, EUA-1993, com William Sadler, David Herewood, Serena Scott Thomas. Policial)
18.00 1 West Waikiki
19.00 O Detetive das Mil Caras
20.00 Telegiornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 Doças
22.25 O Último Dia
23.05 Notícias
23.25 O Jogador
(de Robert Altman, EUA-1992, com Tim Robbins, Greta Scacchi, Fred Ward, Woopi Goldberg, Peter Gallagher. Ver Destaque)

Segunda, 18

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.50 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.15 País Real
20.00 Telegiornal
20.50 Vidas de Sal
20.55 Duplo Impacto
(de Sheldon Lettich, EUA-1991, com Jean-Claude Van Damme, Geoffrey Lewis, Alan Scarfe. Acção)
23.45 24 Horas
00.05 RTP/Financial Times
00.20 Segunda Parte

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Universidade Aberta
19.35 Missão Impossível
20.30 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.45 Uma Família Húngara
(de János Rózsa, Hungria-1987, com Dorotya Udvaros, Robert Koltai. Drama)
00.20 Falatório

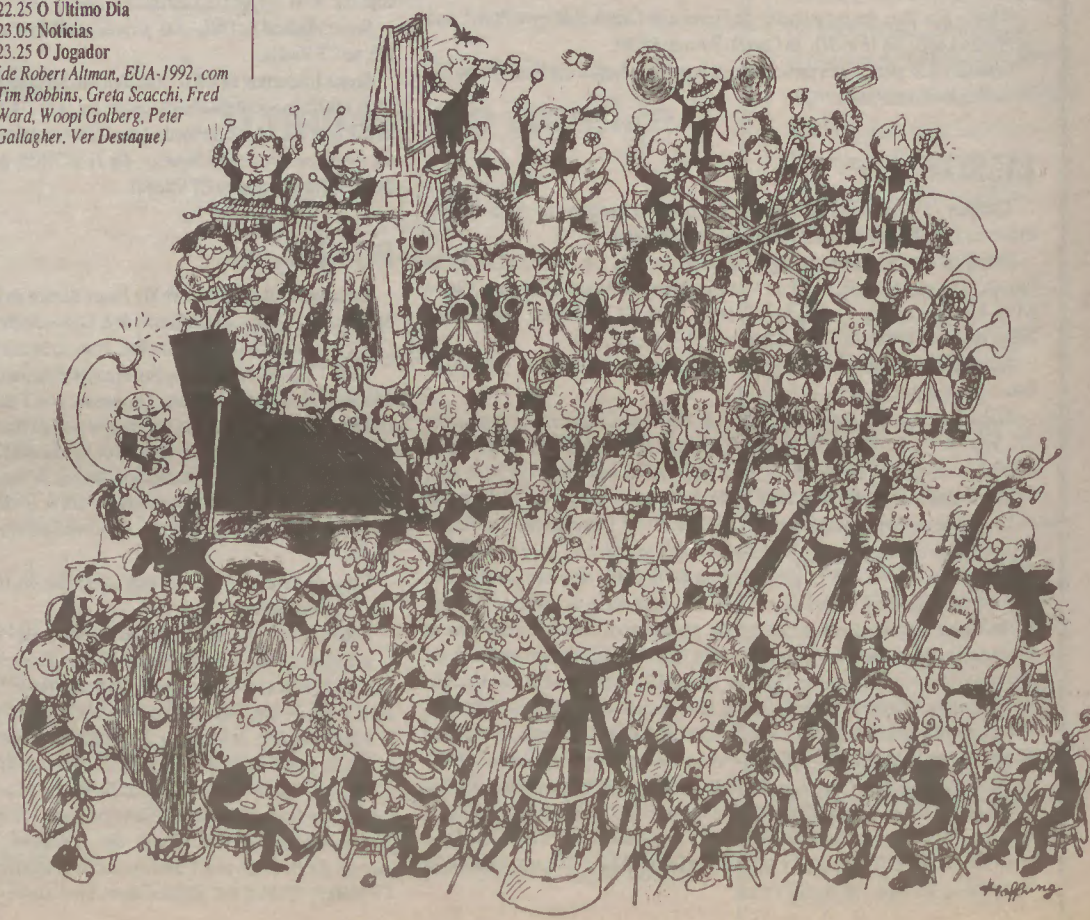
SIC

10.15 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 No Caminho das Estrelas
15.30 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
21.45 Ponto de Encontro
22.45 O Meu Primeiro Beijo (Parte II)
(de Howard Zieff, Eua-1994, com Dan Akyroyd, Jamie Lee Curtis. Comédia Dramática)
00.50 Último Jornal
01.15 Contos de Arrepiar
02.15 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Doido por Ti
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 Invento Secreto
(de Steven Schachter, EUA-1992, com Charles Durning, Patti Lupone, William H. Macy, Joe Mantegna. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
00.25 Alfred Hitchcock Apresenta...

Notas de Música, na RTP2, volta a mudar de horário: agora passa à meia-noite de domingo



Murphy Brown de regresso, presume-se que em repetição: à segunda, 20 e 30, RTP2

22.50 As Vinhas da Ira
(de John Ford, EUA-1940, com Henry Fonda, Jane Darwell, John Carradine, Russel Simpson. Ver Destaque)
01.05 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdes Anos
01.35 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Visões e Profecias
21.55 Notícia Escaldante
22.50 Carlos Cruz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**As Vinhas da Ira** (Quinta, 22.50, RTP2)

Apresentando por vezes nas suas cenas exteriores a força inultrapassável do cinema documental, *As Vinhas da Ira* é uma grande obra-prima do cinema realista americano, uma intensa e poderosa adaptação cinematográfica do romance homónimo de John Steinbeck centrado sobre a odisséia de uma família despossada das suas terras por uma grande empresa capitalista. Embora por vezes arriscando-se a cair num sentimentalismo que, a confirmar-se, roubaria ao filme toda a desejável intensidade dramática, John Ford soube sobretudo seguir com escrupulo e grande sentido de austeridade o ponto de partida que escolheu para a composição das imagens e das personagens, num estilo narrativo épico que lhe transmite inegável beleza e atracção. Com Henry Fonda, Jane Darwell e John Carradine, um filme a não perder.

**A Paixão dos Fortes** (Sexta, 22.50, RTP2)

Perto de Tombstone e prestes a chegar ao fim o transporte de uma manada de gado em direcção à Califórnia, os irmãos *Earp* são assaltados por um bando de malfeteiros, o irmão mais novo é morto e as cabeças de gado roubadas. Nomeado *sheriff* e os irmãos seus ajudantes, Wyatt *Earp* enceta a perseguição aos criminosos e acaba por alcançá-los. Com uma magistral interpretação de Henry Fonda e dois excelentes papéis de Victor Mature e Linda Darnell, este bellissimo filme de John Ford é inspirado na fortíssima e lendária personagem do Oeste - Wyatt *Earp* - e conta-nos um episódio famoso da história de um dos mais corajosos defensores da Lei. Sendo, sem dúvida, um celebrado *western* de John Ford (numa impressionante lista de 54!), a obra mostra-se ainda superior às várias versões da história dos irmãos *Earp*, incluindo mesmo o excepcional *O.K. Corral* realizado por John Sturges em 1957. Um dos melhores filmes da semana.

**S.O.S. Stress** (Sábado, 12.35, RTP2)

Integrada numa série de três curtas-metragens subordinadas ao título genérico *Ultimatos*, este primeiro filme (estreia de Sérgio Godinho atrás das câmaras) é um exercício de humor em que é focada a história de uma funcionária de um serviço de atendimentos a pessoas com problemas amorosos que tenta evitar que um «cliente» se suicide.

**Darling Lili** (Sábado, 16.00, TVI)

À primeira vista, *Lili Smith* é uma cantora de *music-hall* adorada pelo público de Londres. Mas, no fundo, a artista não passa de uma espiã alemã (*Lili Schmidt*) a quem, durante a Grande Guerra 14/18, é cometida a tarefa de seduzir, numa deslocação a Paris, um major britânico, comandante de uma esquadrilha aérea, para obter elementos sobre a estratégia da RAF. Ao dirigir este aparente *musical*, o realizador Blake Edwards consegue com assinaláveis engenho e arte misturar neste filme inclassificável numerosos elementos pertencentes a vários géneros - a «comédia sentimental», o «filme de guerra», o «filme de espionagem» e até mesmo o «burlesco» - colhendo e subvertendo ao mesmo tempo, com verdadeiro sentido inovador, os elementos próprios de cada um deles, o que torna o resultado final altamente interessante.

**África Minha** (Sábado, 22.30, RTP2)

Adaptação (quase autobiográfica) ao cinema de três romances da escritora dinamarquesa Karen Dinesen Blixen, *África Minha* é a evocação dos tempos que esta passou no Quênia e do romance vivido com um caçador e aventureiro que ali conheceu e com quem viveu até à sua morte num desastre de aviação. Sempre à beira do *melodrama* bem condimentado pelas furtivas lágrimas, *África Minha* não deixa de ser, por isso mesmo, um filme extremamente eficaz realizado com «grande mão» por Sidney Pollack. Com Meryl Streep e Robert Redford.

**Até Amanhã, Mário**

(Domingo, 18.05, RTP2)

Num misto de ficção e documentário, a realizadora sueca Solveig Nordlund (durante anos radicada no nosso país) debruça-se neste seu

último filme sobre o quotidiano de um grupo de miúdos de Câmara de Lobos (Funchal), em que um deles (*Mário*) sonha com a pesca da baleia, enquanto enfrenta a vida dura ao tentar ganhar dinheiro junto dos turistas.

**O Jogador**

(Domingo, 23.25, TVI)

Este filme esteve previsto para a semana passada, mas é agora novamente anunciado pela TVI. Realizado por Robert Altman e tendo alcançado grande êxito no Festival de Cinema de Cannes de 92, *O Jogador* é uma sátira corrosiva aos meios cinematográficos de Hollywood, com as suas personagens entregues a jogos de corrupção e de traição e em que uma delas (um argumentista) se serve dos próprios acontecimentos em que está inserido para criar um argumento para um seu filme de ficção. Interessante é, ainda, a participação de vários actores e atrizes funcionando como *eles próprios* na vida real num filme que é, assim, um interessante jogo entre a realidade e a ficção. Com Tim Robbins, Greta Scacchi, Fred Ward e Woopy Goldberg.

**Prisioneiros: A Revolta**

(Domingo, 00.20, RTP1)

Realizado apenas há dois anos, este filme constitui o regresso de John Frankenheimer - um dos mais eficazes e seguros realizadores norte-americanos - à televisão que o viu nascer para o cinema. Especialista em temas de carácter social e político, o cineasta encena aqui um *telemovie* cujo argumento se debruça sobre uma célebre revolta dos reclusos da prisão de Attica nos EUA em 1971. A descobrir.



Henry Fonda, Jane Darwell e Victor Mature, em «A Paixão dos Fortes», de John Ford

de morte em 1957. Realizado por um cineasta vindo da televisão - Mike Newell - o filme, já exibido há três anos na RTP2, foi apresentado com grande êxito na Quinzena dos Realizadores do Festival de Cannes de 1985.

**Mefisto** (Terça, 22.50, RTP2)

O actor Hendrik Hofgen, um arrivista, abandona a sua amante negra e as suas ideias de esquerda para casar com Barbara Bruckner, cujas relações de amizade lhe permitem representar o papel de *Mefistófeles* no *Fausto* de Goethe no Teatro de Estado de Berlim. Mas o nazi-fascismo alcança o poder e, mais uma vez oportunista, torna-se director daquele teatro, sendo atacado pelo remorso e pelo desespero e publicamente humilhado. Um filme com uma memorável interpretação de Karl Maria Brandauer e que impôs definitivamente Istvan Szabo como um grande realizador.

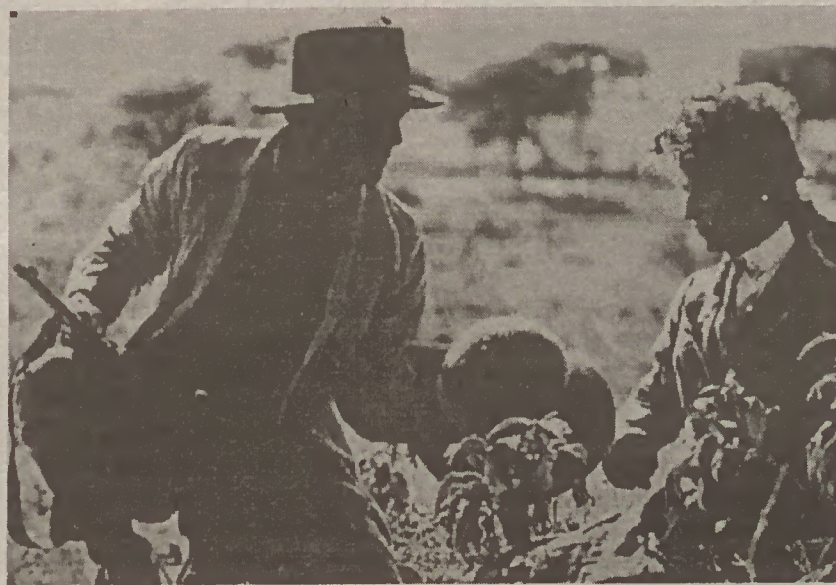
**Os Marginais** (Quarta, 22.00, TVI)

O ponto de partida para este filme de Coppola é o *best seller* homónimo de uma jovem escritora de 17 anos, Susan Hinton (que, aliás, também viria a colaborar com o realizador em *Rumble Fish*). É, assim, natural que o argumento se debruce sobre as peripécias e as agruras da vida de um punhado de adolescentes, embora situado nos anos 60. Evocando o melodrama clássico da década anterior, Coppola encena, entretanto, um filme excelente, embora de certa forma irregular, em que sobretudo se destaca um grupo de jovens e talentosos actores, hoje no primeiro plano do cinema americano, como Matt Dillon, Patrick Swayze, Emilio Estevez ou Tom Cruise.

**Coronel Redl**

(Quarta, 22.50, RTP2)

Oriundo de um meio modesto e de uma minoria étnica, em pleno império austro-húngaro, *Alfred Redl* não desperdiça a sua inteligência, prossegue os estudos e chega até à academia militar onde se torna amigo de um aristocrata. É assim que, numa trajetória imparável e renegando a sua própria família, ele sobe rapidamente na hierarquia militar e se integra plenamente nos círculos do poder, como encarregado supremo dos serviços secretos. Até que uma história de *complot* com ramificações as mais estranhas e surpreendentes o levam ao desespero e ao suicídio. Estávamos em vésperas da I Grande Guerra. Encenado com insuperável brilhantismo e escapelizando com frontalidade os mecanismos da corrupção e do poder, esta segunda obra de uma trilogia começada com *Mephisto* é uma das mais belas de Istvan Szabo e conta com uma interpretação fora de série do austríaco Karl Maria Brandauer na personagem principal.



Robert Redford e Meryl Streep, intérpretes principais de «África Minha», de Sidney Pollack

**Invento Secreto** (Segunda, 22.00, TVI)

Integrado numa série de bons *telemovies* realizados para a TV por cabo norte-americana sobre argumentos extraídos de peças teatrais de conhecidos autores, este *Invento Secreto* é a adaptação de uma peça de David Mamet cujo principal protagonista é um inventor de um automóvel movido a água e cuja história é a do seu confronto com a grande indústria automobilística. Com William Macy e Joe Mantegna nos principais papéis.

**Dança Fatal** (Terça, 22.00, TVI)

Inspirado em factos verídicos *Dança Fatal* é a história dramática protagonizada por uma mulher, Ruth Ellis, que foi a última condenada à morte em Inglaterra - um processo fortemente contestado pela opinião pública britânica e cujo crescendo conduziu à abolição da pena



Tim Robbins e Greta Scacchi, em «O Jogador», de Robert Altman



Um fotograma de «Mefisto», um filme de Istvan Szabo



## TELEVISÃO

■ Correia da Fonseca

## O Caso do Ouro Pilhado

**C**orriam os primeiros anos da década de 40, os blindados de Hitler assolavam a Europa e em Portugal mandava Salazar, Salazar, Salazar. Resguardado por uma neutralidade que se sobrepuja aos sentimentos da clique governante, o País, ou melhor, os grandes negociantes portugueses, exportavam para ambos os lados beligerantes, mas mais diligentemente para a Alemanha nazi, produtos que muitas vezes faltavam de um modo pungente nos lares dos trabalhadores que os produziam. Havia fomes no Alentejo e noutros lugares, a partir de certa altura houve no País inteiro racionamento de produtos essenciais. Mas as exportações prosseguiram, as reservas do banco de Portugal em ouro e divisas iam crescendo, assim se consolidando a reputação do ditador como talentoso, senão miraculoso, financeiro. Só que uma parte desse ouro era pilhado, o agora chamado «ouro nazi», e vinha, digamos, manchado de sangue.

## Mancha que não incomoda

Sabia-se disso há anos, praticamente desde sempre, mas só no círculo limitado de técnicos ou afins que habitualmente se ocupam de tais coisas. De qualquer modo, não parece que alguém se importasse muito com o caso. Compreende-se: quando se escreveu que o ouro vinha manchado de sangue, a fórmula não deve ser entendida em sentido literal, naturalmente, mas só figuradamente. Ora, está visto que o sangue em sentido figurado não mancha as mãos de ninguém, excepto também no plano das figuras de estilo e, sendo assim, é mancha pouco reparada, que não incomoda. Os senhores que ao tempo desempenhavam, decerto com muito patriotismo e, como rezava a fórmula oficial, «com activo repúdio de todas as doutrinas subversivas», as funções de governadores do Banco de Portugal, de ministro das Finanças, de presidente do Conselho e de Chefe de Estado, não tinham de branquear as mãos com sabão azul-e-branco, que era o detergente então possível, antes de se sentarem à mesa dos banquetes. Tudo bem, portanto; não haveria grande motivo para memória.

Sucedeu, porém, que um dia destes o caso do ouro espoliado e passado para Portugal foi referido por umas publicações norte-americanas, dessas que todo o indivíduo bem formado, isto é, tão fascinado pela civilização USA quanto convém, tem a obrigação de ler. A partir daí tivemos notícia, pois, como bem se sabe, tudo quanto existe significativamente só existe porque os Estados Unidos o reconhecem e da exacta forma como o reconhecem. Daí que alguma imprensa portuguesa se tenha ocupado do assunto, aliás, no exercício da função de eco que é uma das suas competências. E, na sequência do mesmo reflexo, houve programa de Televisão sobre o assunto. Foi na TVI, na rubrica «Sem Reservas» de Fernanda Mestrinho. Em boa verdade podia ser em qualquer das três estações portuguesas de Televisão, pois até a SIC anda agora aparentemente empenhada em conseguir uns álibis de TV interessada em coisas sérias.

## O sangue de Anna Frank

Como convidados, estiveram no estúdio da TVI o historiador Fernando Rosas e o dr. Joaquim Ruah, presidente da comunidade judaica em Portugal. Aconteceu, porém, que o dr. Ruah estava ali por engano, e é curioso esmiuçar ligeiramente as raízes desse equívoco. É que quando agora se falou do «ouro nazi» muita gente se

convenceu de que se tratava do ouro roubado aos judeus massacrados nos campos de extermínio, o chamado «ouro de Auschwitz», o que implicava um elevado interesse «jornalístico» por se imaginar tratar-se de jóias roubadas às vítimas ou mesmo de dentes arrancados aos cadáveres, pormenores sinistros que «vendem» muito e que de resto se integram na verdade histórica. Mas, afinal, não era assim: como cedo Fernando Rosas explicou, o ouro em questão não era de origem concentracionária nem sequer era judeu. Como ao longo dos anos foi habilmente inculcado no espírito das gentes que o grande crime do nazismo, senão o único, foi o assassinio de seis milhões de judeus, o esclarecimento de Fernando Rosas terá porventura desapontado muitos, e designadamente a própria Fernanda Mestrinho, enquanto deixou o dr. Ruah à deriva em águas territoriais a que era estranho. A deriva até lhe deu para, em certa altura, desculpabilizar o ditador e o salazarismo, coisa que certamente aconteceu a muitos outros. É que se o ouro não provinha de dentes arrancados e ainda enegrecidos pelo forno crematório, se o ouro até tinha sido passado para Portugal em pagamento de fornecimentos, tudo estaria bem e não haveria problema. É a ilustração da regra que diz que em tempo de *business* não se limpam éticas.

Felizmente, Fernando Rosas estava ali e os esclarecimentos que prestou foram suficientes para cortar o passo à tendência para uma tão generosa compreensão das coisas, pelo menos em quem não tenha a vocação de estrangulador de escrupulos. O ouro aceite por Salazar não havia sido obtido em Auschwitz mas fora pilhado nos países invadidos e ocupados, nomeadamente na Bélgica e na Holanda: não era ouro alemão, era ouro roubado, e Salazar, que por razões técnicas que Rosas claramente referiu, não podia ignorar o facto, comportou-se como qualquer vulgar receptor, com a óbvia agravante de, neste caso, o ladrão vendedor ser também assassino, e dos piores que a História regista. Quanto a este aspecto, é claro que o ouro aceite por Salazar, ainda que não ostentando manchas físicas, estava inevitavelmente sujo pelo sangue dos milhares de civis holandeses e belgas que os nazis assassinaram, e não penso apenas nos judeus, embora, neste caso como em todos os outros, só os judeus sejam lembrados. Na verdade, se fosse possível procurar bem nas barras de ouro vindas da Holanda, pelo menos numa delas haveria vestígios do sangue de uma criança chamada Anna que, um dia, os nazis prenderam num sótão de Amesterdão e levaram para incerto lugar de onde nunca mais voltou. E de milhares de outras Annas, da Holanda e não só. Salazar cumpliciou-se com o lucro material desses crimes (que ainda não eram amplamente conhecidos, é certo, mas que já eram pressentidos e até denunciados). Fê-lo em nome de um certo patriotismo, para aumentar substancialmente a segurança financeira do Banco de Portugal e do País? A questão é que o sentido patriótico não exclui o veemente desejo de uma pátria honrada, até para que nós a possamos honrar melhor.

## Os bolsos e o estômago

Chegados aqui, é preciso regressar um pouco ao início deste texto, onde se falou das fomes alentejanas e de outras penúrias graves vividas em Portugal nos anos 40. Não seria aceitável que a situação do povo português fosse melhorada com o sangue alheio feito ouro, mas nem sequer foi isso que aconteceu. Fernando Rosas sublinhou que a neutralidade salazarista tantas vezes gabada foi «um grande negócio», sim, gerido com muita habilidade, mas sempre em favor de uma estreita oligarquia que engordou o património pessoal pelo preço complementar de «terríveis carências para uma parte da população». E citou mesmo o testemunho de um diplomata britânico acreditado em Lisboa que se referiu a um país de «bolsos cheios e estômagos vazios». Os bolsos eram de apenas uns poucos, o estômago era o do povo em geral.

Significa isto que Salazar foi receptor de crimes tenebrosos para exclusivo proveito dos opressores locais e, quando muito, maior brilho da auréola de saneador das finanças com que quase se canonizou. Foi bom que isto tivesse ficado claro e é preciso que seja lembrado, quando for caso disso, perante os saudosos dos talentos financeiros do «velho abutre», como lhe chamou Sophia de Mello Breyner num poema que também é bom não esquecer.





## ESCAPARATE

### TEATRO

#### Um clássico de Albert Camus



Teresa Gafeira e Paulo Matos, num momento de «Calígula»

Com representações de 3ª a Sábado às 21.30 e aos domingos pelas 16.00 horas, estreou-se na semana passada no Teatro Municipal de Almada a peça «Calígula», de Albert Camus, numa encenação de Joaquim Benite. O cenário é da autoria de João Vieira e, para além de membros da Companhia de Teatro de Almada, como Teresa Gafeira, Alberto Quaresma, Alfredo Sobreira, Luís Vicente ou António Assunção, foram convidados para esta produção, entre outros, os actores Paulo Matos, Alexandre de Sousa e Carlos Lacerda.

### MULTIMEDIA

#### Filhos de Rimbaud

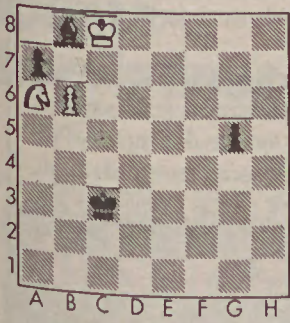


Com este título, será apresentado na próxima quarta-feira, 20, no Coliseu dos Recreios em Lisboa (pelas 21.30), um espectáculo integrado no «Programa Monumental'96» e que constituirá um percurso pela obra e vida de Rimbaud. Participarão no espectáculo (que incluirá vídeos de Manuel Mozos e terá cenografia de Alexandre Cortez Pinto) vários artistas ligados a áreas diferentes da música e outras, como o poeta Al Berto, o actor João Grosso e os cantores Jorge Palma, Rui Reininho e Sérgio Godinho, a que se juntarão, entre outros, percussões da Guiné-Bissau (os Netos do N'Gumbé), o percussionista José Salgueiro, o trompetista Sei Miguel e os guitarristas Paulo Monteiro («Pop Dell'Arte») e Manuel Mota.

### XADREZ

DLXXXV - 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X046  
Por: ENRI RINCK  
DEUTSCHE SCHACHZEITUNG, 1904

Pr.: [4]: Ps. a7, g5 - Bb8 - Rç3  
Br.: [3]: Pb6 - Ca6 - Rç8



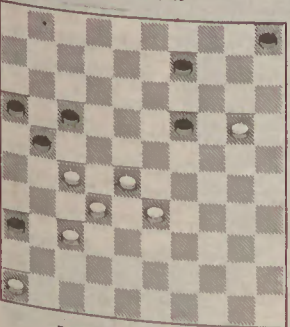
Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXV  
Nº 1996X046 [I.R.]: 1. b7, b4; 2. C:b8, g3; 3. Cç6, G2; 4. Cd4, R:d4; 5. b8-D, g1-D; 6. Da7 +e.g.  
A. de M. M.

### DAMAS

DLXXXV - 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D046  
Por: GERMAIN AVID  
La Marseillaise, 1961

Pr.: [7]: 5-9-16-17-19-21-36  
Br.: [7]: 20-27-28-32-33-37-46



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXV  
Nº 1996D046 [G.A.]: 1. 46-41!, (36x47-D); 2. 20-15, (47x29/24\*); 3. 28-22, (-); 4. 32x3-D, (-); 5. 15-10 (5x14); 6. 3x36+  
A. de M. M.

### Cinema Documental na Malaposta

Com a exibição dos filmes *Fado Lusitano* de Abi Feijó e *Flamenco* de Carlos Saura, começa no próximo sábado, 16, no Auditório Municipal da Póvoa de S. Adrião, a aguardada 7ª. edição dos «Encontros Internacionais de Cinema Documental», um dos mais importantes certames europeus neste domínio. Paralelamente à exibição do exigente programa deste ano, serão também homenageados dois realizadores especializados no documentário: a jornalista da RTP Diana Andringa, da qual será exibida uma retrospectiva da sua obra que incluirá «Sol a Sol: Os Refugiados / América Latina», «A Geração de 60», «Aristides Sousa Mendes, O Consul Injustiçado» e «O Caso Big Dan's, Violação Numa Comunidade Portuguesa»; e o alemão Winfried Junge, um dos mais importantes realizadores documentais dos estúdios da DEFA (ex-RDA), cuja retrospectiva apresentará, entre outras obras, «Drehbuch: Die Zeiten», «After One Year» e, sobretudo, «Die Geschichten der Kinder von Golzow»,



O operador de câmara Hans Leupold e o realizador Winfried Junge durante a rotação do segundo filme da série «Golzow», em 1962

extraídos da série de 12 documentários realizados entre 1961 e 1995, acompanhando o percurso de algumas crianças da aldeia de Golzow desde a sua entrada para a escola até aos nossos dias, acompanhando as transformações e incidências das suas histórias pessoais com as do quotidiano da História.

### BAILADO

#### A Nova Temporada da Gulbenkian

Prolongando-se até Abril do próximo ano, começou ontem a temporada de bailado do Ballet Gulbenkian 1996/1997. O Programa I, que ainda tem espectáculos hoje e sexta-feira (21.30) e sábado (16.00 e 21.30), é constituído pelos seguintes bailados: «Old Children» («Velhas Crianças»), com coreografia de Mats Ek, música de Flakkvartetten, Massenet, Grieg, de Frummerie, Klami e Saint-Saens, cenário e figurinos de Karin Ek e luzes de Goren Westrup; «Comédia Off» (estrela absoluta), com coreografia de Paulo Ribeiro, banda sonora e composi-



Um momento do bailado «Old Children» («Velhas Crianças»)

ção musical de João Lucas, dispositivo cénico e figurinos de Nuno Carinhas e luzes de Rui Marcelino; e «Azioma 7» (estrela em Portugal), com coreografia,

cenário, figurinos e luzes de Ohad Naharin e música de J. S. Bach. Os espectáculos realizam-se no Grande Auditório Gulbenkian, em Lisboa.

### RÁDIO

#### Um Americano em Paris



«Um Americano em Paris» na Antena 1

O próximo programa «A Menina Dança?», da autoria de José Duarte, terá como prato forte a transmissão da banda original do filme «Um Americano em Paris», de Vincent Minnelli, com música de George Gershwin. As vozes serão de Leslie Caron e Gene Kelly. Mas no mesmo programa, poderão ouvir-se, ainda, as vozes de Frank Sinatra, Dianne Reeves, Betty Carter e Nat «King» Cole, entre outros, em temas célebres de Richard Rodgers. É no próximo sábado para domingo (16 para 17) às 23.05, na RDP-Antena 1.

### MARIONETAS

#### Uma companhia do Porto vem à Moita

Realiza-se no próximo sábado, pelas 21.30, na Sociedade Filarmónica Capricho Moitense um espectáculo pelo consagrado Teatro de Marionetas do Porto. Utilizando um conjunto de mais de 50 bonecos com 45 cm. de altura, a companhia apresentará «IP-5» que, segundo os seus próprios textos, «é um espectáculo musical, divertido, crítico, polémico, perturbador da ordem pública, poético, anti-depressivo e altamente desaconselhável a pessoas sem uma sólida formação moral.»

### LIVROS

#### Histórias do Nordeste

De novo Trás-os-Montes afloando na escrita de Modesto Navarro, desta vez em várias histórias que se entrecem num fio que é a própria terra em que acon-

Modesto Navarro

HISTÓRIAS DO NORDESTE



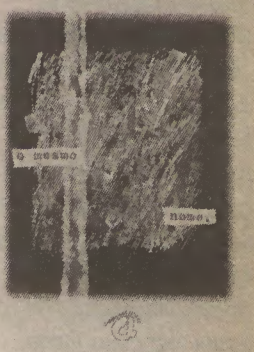
Escritor

tecem e que as proporciona. Não são propriamente contos, estes textos que pedem consequências e raízes uns aos outros, concluindo-se em livro. Passado - ainda bem vivo na memória de alguns - e presente mostram-se ao leitor a demonstrar a vida da gente transmontana, através dos pequenos e grandes dramas do quotidiano. O narrador não levanta a voz. Mas parte em viagem ao mais obscuro das vidas, sublinhando-lhes a violência insuportável em cenários de uma normalidade de notícia. Mais um livro a acrescentar à vasta obra de Modesto Navarro, em publicação da editorial Escritor. Na capa, um óleo sobre tela de Armanda Andrade.

#### O Mesmo Nome

Recentemente lançado no Porto, com apresentação do Prof. Vítor Aguiar e Silva, este novo livro do poeta Albano Martins, constitui o sexto volume da colecção *Campo da Poesia*, da editora Campo das Letras. O Mesmo Nome é o vigésimo título da extensa obra poética do autor, sobre a qual Eduardo Lourenço uma vez disse ser «uma longa viagem pelos labirintos da vida real,

O MESMO NOME  
Albano Martins



da vida-metáfora, sobretudo da metáfora da vida como erótica inesgotável».

Albano Martins pertenceu ao grupo de poetas da *Árvore* e esteve ligado ao movimento Nova Renascença. Como tradutor, de salientar o seu recente trabalho - *Os Versos do Capitão*, de Neruda, editado este ano e que recebeu o *Prémio de Tradução da Sociedade de Língua Portuguesa*.

A poesia de Albano Martins encontra-se por sua vez traduzida em castelhano, inglês, japonês e chinês.

### COPOS E PETISCOS

#### A Rota das Tabernas

Subordinado a este saboroso e original título, a Câmara Municipal de Grândola está a promover, pelo segundo ano consecutivo, uma realização gastronómica itinerante que pretende corresponder à forte tradição «petisqueira» da região, patente no elevado número de estabelecimentos que fornecem petiscos e que foram objecto de um levantamento pela edilidade. «Fígado de coentradada», «cachola», «orelha e tromba de porco», «couratos grelhados», «galinho chinês de molho», «pipis de molho» ou «lebre com feijão branco» são alguns dos sabores que esperam o visitante. Mas a «Rota das

Tabernas», para além de proporcionar a descoberta de petiscos e dos copos mais adequados ao seu acompanhamento, preocupa-se também com a animação cultural a cargo de poetas populares, grupos corais e vários acordeonistas do concelho. Até domingo, 17, data de encerramento desta «Rota», ainda poderá ir aos «Dois Irmãos» em Grândola, ao «Marcelino» em Água Derramada, ao «Viso» no Monte do Viso, ao «Tanganhal do Outeiro» em Sobreiras Altas, ao «Justense» em Aldeia da Justa ou ao «Figueira Preta» em Fontainhas de Cima. Bom proveito!





## ÚLTIMAS

# ATALHE DE FOICE

## A náusea

O país assistiu a semana passada a um dos mais degradantes episódios da vida política nacional, que testemunha de forma lapidar a hipocrisia de um sistema auto-intitulado de democrático.

Um punhado de «notáveis» reuniu na capital para assistir e apoiar o lançamento do livro de Proença de Carvalho sobre a defesa da ex-ministra da Saúde, Leonor Beza, no caso do plasma contaminado com o vírus da SIDA, e ao mesmo tempo para conjugar esforços no mais orquestrado ataque levado a cabo contra o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues.

Um acto de solidariedade com o advogado e respectiva cliente, disseram.

Na verdade, aquilo a que o país assistiu foi a uma encenação em que a mistificação dos factos tocou as raízes do mais kafkaniano dos processos.

De Mário Soares a Freitas do Amaral, de Cavaco Silva a Isaltino Morais, de Pacheco Pereira a Herman José, só para citar alguns nomes, os «notáveis» vieram dizer ao país que há cidadãos acima de toda a suspeita e que Leonor Beza é um deles. Daqui se infere, logicamente, que eles próprios, «notáveis», fazem parte desse círculo restrito de intocáveis, o que confere às suas declarações o peso de uma sentença. Sem apelo, claro.

A partir de agora, juízes e tribunais só terão que se preocupar com a ralé. Aos membros da elite bastará uma declaração de fé dos seus correlegionários para afastar qualquer suspeita que sobre eles recaia.

Previdentes, os «notáveis» absolveram a ex-ministra de tudo, até daquilo de que ninguém a acusa. O Estado pode poupar tempo e dinheiro. Para quê processos, quando a sentença está dada?

Que cada um dos presentes tivesse os seus próprios motivos para acorrer ao evento é irrelevante.

Que a Procuradoria-Geral da República se tenha tornado no inimigo a abater de uma elite pouco dada a explicar os seus actos, sejam eles concursos públicos de duvidosa legalidade, suspeitas de fraude com as verbas do Fundo Social Europeu, enigmas como o fax de Macau, escândalos como o das facturas falsas, convívios espúrios com mafias várias nacionais e estrangeiras, não vem naturalmente ao caso.

Que o que está em causa em todo este processo seja determinar se sim ou não Leonor Beza deve ser chamada a tribunal para apurar responsabilidades num caso que já provocou 70 mortos e tem outras tantas pessoas condenadas, não importa.

Que os solidários com Beza não tenham tido em qualquer momento, nem antes nem depois de serem detentores de cargos públicos, qualquer manifestação de solidariedade com as vítimas e respectivas famílias, é de somenos importância.

O que é preciso é que a justiça não seja cega e veja claramente visto quem são os intocáveis. Esta é a única democracia que entendem e a única justiça que aceitam. Sentindo-se ameaçada, a elite que de facto domina o poder tocou a rebate, e à chamada acorreram quantos se consideram membros de uma casta superior, dispensados pelo estatuto que a si próprios se outorgam de dar explicações das decisões tomadas, de assumir responsabilidades pelas consequências dos seus actos, sejam elas quais forem.

Morreu gente e mais gente vai morrer? Paciência. O Estado - os contribuintes - que pague as indemnizações e não fale mais nisso. Os traseiros da elite são demasiado delicados para os duros bancos dos tribunais, as consciências tão etéreas que não podem ser confrontadas com terrenas minudências, os bons nomes tão absolutos que não admitem a mínima beliscadela.

Como em qualquer república das bananas, o longo braço da justiça deve ser reservado para a arraia miúda, para o zé povinho, para os trabalhadores, para os «inimigos» do sistema.

Indignação soa a pouco para exprimir a profunda náusea que tudo isto provoca.

■ AF

## Continuar a privatização é o objectivo Telecom abandona o interior

A direcção regional de Vila Real do PCP manifestou anteontem «o mais vivo repúdio» face à intenção da administração da Portugal Telecom de extinguir a direcção da área de telecomunicações para Braga. No Alentejo, os protestos contra a centralização na PT vêm também dos que apoiaram a «nova maioria».

A tomada de posição da DORVIR do PCP foi motivada pela anunciada extinção da direcção de Telecomunicações de Vila Real (responsável também pelos serviços de Bragança, Chaves, Mirandela, Moncorvo e Peso da Régua). Os comunistas transmontanos lembram, na nota de imprensa que divulgaram terça-feira, que «a transferência da Área de Telecomunicações de Mirandela para Vila Real, em 1992, indicava desde logo um grande apetite pela concentração das telecomunica-

ções, sem qualquer respeito pelos interesses e direitos dos cidadãos daquela área». Mas «nada fazia prever que a mesma medida viesse a concretizar-se agora de Vila Real para Braga, tanto mais que o centro geográfico das telecomunicações para a Região Norte se situa exactamente na cidade de Vila Real» e «menos se esperava ainda, pelo facto mudança de gestão e direcção, resultante da mudança política operada com os resultados eleitorais de Outubro de 1995».

Para a direcção regional do PCP, a intenção dos responsáveis da Telecom «em nada favorece o processo de regionalização» e «visa concentrar as telecomunicações para mais facilmente concretizar a sua privatização que, prosseguindo a lógica do maior lucro, em nada interessa a sua descentralização».

Afirmando que tudo fará para impedir a extinção da direcção de Telecomunicação, a DORVIR exige do Governo PS que actue para que a administração da Portugal Telecom não concretize aquela medida.

No seu último número, o «Diário do Alentejo» dava nota de críticas contra a orientação centralizadora da PT, surgidas num recente seminário promovido pelo «Forum Alentejo», estrutura onde «pontificam soci-

alistas de Évora» e que entende agora que «as soluções encontradas pela Portugal Telecom contrariam o espírito do «contrato de legislatura» subscrito com o Partido Socialista, uma vez que o interior é cada vez mais prejudicado».

O futuro pretendido pelo Governo para o actual modelo de gestão no Alentejo (dividido desde 1993 em três zonas, dependentes de Lisboa, Setúbal e Faro) foi questionado na AR pelo deputado comunista Lino de Carvalho, que perguntou ao executivo se pretende confirmar tal divisão ou preferir que a PT crie «uma única direcção de gestão das telecomunicações para todo o Alentejo, de modo a apoiar o desenvolvimento da região», refere ainda aquele semanário.

## Não aos despedimentos na Grundig

Impedir que cerca de 700 trabalhadores fiquem sem emprego é o principal objectivo das movimentações desencadeadas pelas estruturas sindicais e CTs desde anteontem na GIP, uma das empresas do complexo Grundig/Blaupunkt, em Braga.

Depois de conhecida a intenção de alienar a Grundig Indústria Portugal ao grupo Bosch (aleadamente devido a prejuízos de cerca de 2 milhões de contos em 1995, na produção de telemóveis e alta fidelidade), foi convocada uma greve para

terça-feira à tarde, com deslocação à gerência, exigindo que até hoje, às 9 horas, fosse garantido que os postos de trabalho não serão postos em causa. É que as empresas não estarão a contar com esta exigência legal - alertou Amélia Lopes, do Conselho Nacional da CGTP e trabalhadora da Grundig, em declarações ao «Avante!».

Para hoje ficou convocado novo plenário de trabalhadores da GIP, prevendo-se uma acção procurando ganhar a solidariedade do restante pessoal do complexo Grundig/Blaupunkt.

## Emprego e direitos

Tendo por tema «O emprego e os direitos sociais dos trabalhadores», a União dos Sindicatos de Vila Franca de Xira convocou para ontem à tarde um encontro em que, com a participação de representantes de organizações e associações, poder local e comunicação social dos concelhos de Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja e Arruda dos Vinhos.

Amanhã, no Hotel Roma, em Lisboa, a federação da Construção, Madeiras e Mármoreos promove um encontro nacional sobre o trabalho precário e as suas consequências nos acidentes de trabalho.

Sábado realiza-se em Portel, onde está a formar-se uma associação de desempregados, um seminário internacional sobre desemprego e exclusão social.

## PCP protesta contra atitudes da RTP

1. O PCP não pode deixar de protestar publicamente contra o facto de a RTP não ter feito deslocar qualquer equipa de reportagem à conferência de imprensa que hoje realizou e que abordou duas questões de inegável actualidade: os insignificantes aumentos das pensões de reforma, ontem anunciados pelo Governo, e as questões relativas aos ataques em curso ao Ministério Público a pretexto do «processo Leonor Beza».

Como exemplo do carácter discriminatório desta atitude, basta referir que, ainda ontem, a RTP procedeu à cobertura da conferência de imprensa do PSD sobre aquela última matéria.

2. É também indispensável sublinhar que a semana passada ficou marcada por um patente silenciamento por parte da RTP de importantes actividades do PCP, como se demonstra pela não cobertura das deslocações do secretário-geral do PCP a Coimbra (onde abordou os problemas mais vivos dos estudantes no momento actual) e à Covilhã (onde abordou problemas dos trabalhadores e do aparelho produtivo daquela região).

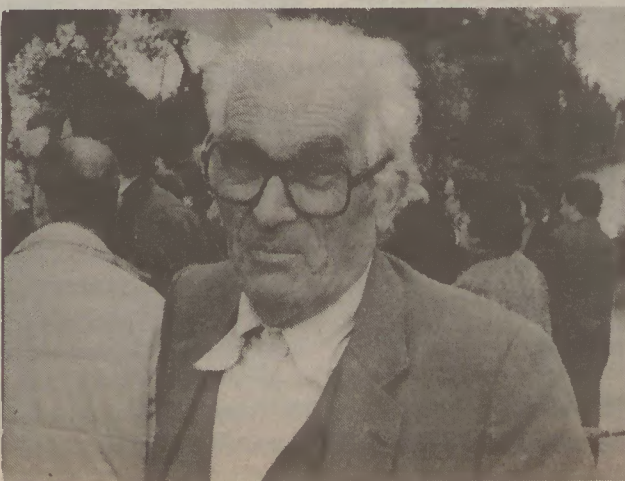
3. É uma evidência que, com tais procedimentos, a RTP não respeita princípios elementares do pluralismo e acaba por sonegar aos telespectadores importantes tomadas de posição do PCP sobre matérias de grande repercussão social, protegendo assim, objectivamente, o Governo do PS de críticas e denúncias que, exceptuando o PCP, nenhuma outra das principais forças políticas formula.

4. Nestes termos, o PCP volta a reclamar com veemência que a RTP, tendo presente as suas especiais responsabilidades de serviço público de televisão, rectifique prontamente os critérios discriminatórios que vem usando no acompanhamento das actividades dos partidos políticos.

Lisboa, 12.11.96

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Faleceu Manuel Baridó



A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP participou terça-feira à noite, «com grande mágoa e profundo pesar», o falecimento do camarada Manuel de Sousa Baridó, que contava 83 anos de idade.

Manuel Baridó, refere a nota de imprensa divulgada pela concelhia, era militante do PCP há mais de 60 anos, participou na revolta de 18 de Janeiro de 1934, esteve preso pelo regime fascista durante mais de 18 anos e, depois do 25 de Abril, foi eleito por diversas vezes para a Assembleia Municipal da Marinha Grande. A Comissão Concelhia do Partido afirma que Manuel Baridó «foi um comunista convicto, que prestigiou o PCP pela sua entrega abnegada à causa da classe operária, da liberdade e do socialismo» e «um dos melhores filhos da terra que o viu nascer, a Marinha Grande».

